

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO
EXERCÍCIO DE 2012**

GOIÂNIA-GO, MARÇO/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Resolução TCU nº 234/2010, da Resolução TCU nº 244/2011, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Decisão Normativa TCU nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e da Decisão Normativa nº 124/2012.

Goiânia, 03/2013



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	11
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	13
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
1.3.1 Organização Administrativa da Reitoria do Instituto Federal de Goiás	14
1.3.2 Competências	15
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	21
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	22
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	23
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	24
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	24
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	24
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	25
2.4 INDICADORES	25
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	54
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	54
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	55
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	55
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	55
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 (PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA)	56
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	56
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	56
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	58
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	63
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	63
4.2.2 Programação de Despesas	63
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	64
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	64
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	65
4.2.2.4 Análise Crítica	66
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	67
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	67
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários	68
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	68
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	69
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	70
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	70



4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	71
4.2.4.2.3	Análise crítica.....	72
5	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	74
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	74
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	74
5.2.2	Análise Crítica	75
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	75
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	75
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	76
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Cartão Corporativo (CGPF)	76
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	77
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	78
5.4.1.6	Análise Crítica	78
6	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 (GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS)	79
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	79
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	79
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	80
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	80
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	81
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	82
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	83
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	84
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	85
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	86
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	86
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	86
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	86
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	86
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	88
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 (GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO)	91
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	91
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	94
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	94
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	95
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	96
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	98
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	98
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	98
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	100
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	100



9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	101
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	101
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	105
10.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	105
10.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	106
10.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	117
10.5	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI N.º 8.730/93	118
10.5.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	118
10.6	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV....	119
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	120
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	120
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	120
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	120
12	PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	122
12.1	DA GESTÃO ACADÊMICA	138
12.2	INDICADORES DE GESTÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005	148
12.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	149
	CONCLUSÃO	150
	ANEXOS.....	151
	ANEXO I – ORGANOGRAMA FUNCIONAL	152
	ANEXO II – QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	157
	ANEXO III – QUADRO C.7.1 - RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	160
	ANEXO IV – QUADRO C.7.2 - EVOLUÇÃO DA QUILOMETRAGEM POR VEÍCULO EM 2012	163
	ANEXO V – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	166
	ANEXO VI – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	170
	ANEXO VII – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	173
	ANEXO VIII – DADOS BÁSICOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES DA GESTÃO ACADÊMICA.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	11
Quadro A.4.4.1 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.....	56
Quadro A.4.4.2 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.....	56
Quadro A.4.4.3 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.....	57
Quadro A.4.4.4 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.....	57
Quadro A.4.4.5 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.....	58
Quadro A.4.6.1 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	58
Quadro A.4.6.2 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	59
Quadro A.4.6.3 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	59
Quadro A.4.6.4 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	60
Quadro A.4.6.5 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	60
Quadro A.4.6.6 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	60
Quadro A.4.6.7 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	61
Quadro A.4.6.8 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	61
Quadro A.4.6.9 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	61
Quadro A.4.6.10 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.....	62
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	63
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes.....	64
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....	64
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	65
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	67
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários.....	68
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	69
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	70
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	71
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	74
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	76
Quadro A.5.10 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	76
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	77
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	78
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	79
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	80

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	81
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	82
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	82
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	83
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	85
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	86
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	87
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	87
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	87
Quadro C.7.3 – Custos com Serviços de Transportes 2012	92
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	94
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	95
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	96
Quadro C.10.1 – Redução da Equipe de Atuação na AUDIN	103
Quadro C.10.2 – Desenvolvimento Institucional e Capacitação da AUDIN	104
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	105
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	106
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	117
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	118
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	119
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	121
Quadro B.7.1 – Resultado dos Indicadores Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	148
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	158
Quadro C.7.1 – Relação da Frota de Veículos	161
Quadro C.7.2 – Evolução da Quilometragem por Veículo	164
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	167
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	171
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	174

LISTA DE TABELAS

Tabela A.12.9 – Indicador 7 - Relação Candidato por Vaga	139
Tabela A.12.10 – Indicador 8 – Relação de Ingressos por Alunos	141
Tabela A.12.11 – Indicador 9 – Relação de Concluintes por Alunos	143
Tabela A.12.13 – Indicador 11 – Índice Histórico de Retenção Escolar	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 12.8 – Evolução da Concorrência	140
Gráfico 12.9 – Potencial de Vagas Ofertadas	142
Gráfico 12.10 – Percentual de Conclusão	144
Gráfico 12.11 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente.....	145
Gráfico 12.12 – Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar.....	147

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CGU – Controladoria-Geral da União
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DDRH – Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG
DN – Decisão Normativa
EAD – Educação a Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFB – Instituto Federal de Brasília – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFG – Instituto Federal de Goiás – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
OCI – Órgão de Controle Interno
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIGE – Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização
PIQS – Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado
PPA – Plano Plurianual
PROAPP – Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RG – Relatório de Gestão
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
TI – Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, criado pela Lei Federal nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É, funcionalmente, uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Sua finalidade é formar cidadãos profissionais para os diversos setores da economia, realizar pesquisas, promover a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, gerar novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento social e a soberania do Brasil.

O Instituto Federal de Goiás vive nesses últimos anos uma estratégica fase de expansão. De acordo com os parâmetros e metas definidos pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proposto pelo Ministério da Educação, nos últimos 6 (seis) anos, o Instituto Federal de Goiás passou de 2 (dois) para 10 (dez) Câmpus em atividade nas seguintes cidades: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu. Além destes, estão em fase de implantação mais 5 (cinco) Câmpus nos municípios de Águas Lindas, Goiânia (Região Oeste), Novo Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás.

Em respeito ao interesse social e em cumprimento ao seu dever de prestar contas, por ser Instituição mantida com recursos públicos, o Gabinete da Reitoria do Instituto Federal de Goiás apresenta, neste Relatório, as ações assumidas pela Instituição e que visam a oferecer à sociedade uma educação pública, gratuita e com qualidade - um Direito Social garantido pela Constituição Federal de 1988 e uma necessidade estratégica para a construção de um país desenvolvido, socialmente justo e soberano.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão do IFG exercício 2012 foi elaborado conforme o conjunto de normas sobre a prestação de contas estabelecidas na Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011, das Decisões Normativas TCU nº 119/2012, nº 121/2012 e nº 124/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e da Portaria da CGU nº 133/2013.

ITENS QUE NÃO SE APLICAM OU SEM OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

Em relação à aplicabilidade dos itens previstos no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 tem-se a justificar que os itens 1.1.1, 1.1.3, 1.1.4, 5, 5.1, 5.1.1, 5.1.2, 5.3, 5.4.1.2 (apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2012, pois a Instituição não possui Conta Tipo “B”), 5.5, 5.6, 6.1.7.2, 6.2, 11.3 e 11.6 Parte A, não refletem a realidade da Instituição, pois o Relatório de Gestão do IFG é do tipo Consolidado e esta Instituição não gerenciou programa governamental no exercício; não teve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, nem terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.

Em relação ao Item 6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico, também não se aplica às rotinas do IFG, uma vez que todos os atos do Sisac são realizados eletronicamente.

O Instituto Federal de Goiás não tem responsabilidade integral ou parcial por programas do Plano Plurianual vigente, apenas executa ações vinculadas a estes programas. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 150, de 03/07/2012, não serão apresentadas informações referentes aos quadros A.4.1 – Informações sobre os programas temáticos, A.4.2 – Informações sobre os objetivos vinculados a programas temáticos, A.4.3 – Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos e A.4.5 – Informações sobre programas de gestão, manutenção e serviço ao estado. Estes estão sob a responsabilidade da Administração Direta, que é gestora de todos os Programas de Governo vinculados a esta UJ.

No atendimento as orientações da Portaria nº 150, de 03/07/2012, as informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (item 5.1), Transferências Recebidas e Realizadas (item 5.3), Renúncia Tributária (item 5.5) e Gestão de Precatórios (item 5.6), apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2012.

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1.1. IDENTIFICAÇÃO

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS			
Denominação abreviada: IFG / Instituto Federal de Goiás			
Código SIORG: 451	Código LOA: 26429	Código SIAFI: 158153	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Média, Técnica, Profissional e Superior			Código CNAE: 8541-4
Telefones/Fax de contato:	(062) 3612-2200	(062) 3612-2221	(062) 3612-2217
Endereço eletrônico: gabinete@ifg.edu.br; proad@ifg.edu.br			
Página da Internet: http://www.ifgoias.edu.br/			
Endereço Postal: Avenida Assis Chateaubriand, no 1.658, Setor Oeste. CEP: 74130-012. Goiânia - GO.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei nº 3.552, de 16/02/1959, que dispõe sobre a organização e estrutura das ETFs; ▪ Lei nº 8.948, de 08/12/1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências; ▪ Decreto nº 2.406, de 27/11/1997, regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências; ▪ Decreto s/n de 22 de março de 1999, publicado no D.O.U. 23/03/1999, que dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; ▪ Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – INSTITUIÇÕES FEDERAIS, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica; Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. ▪ Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, aprovado pelo Ministério de Estado da Educação através da Portaria nº 833 de 19/05/1999, publicado no D.O.U. em 20/05/1999; ▪ Decreto nº 5.224, de 01/10/2004, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências; 			

- Portaria do MEC nº 538, de 31 de maio de 2007, publicado no D.O.U. em 01/06/2007, que aprova o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;
- Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007, que altera e acresce dispositivos ao do Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e dá outras providências;
- Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, aprovado pelo Conselho Diretor e formalizado através da Portaria nº 488, de 27/08/2009, publicado no D.O.U. em 28/08/2009;
- Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, regulamenta os arts. 11, 12, e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Os manuais, regulamentos e publicações do Instituto Federal de Goiás constam do portal da Unidade Jurisdicionada (<http://www.ifgoias.edu.br/>).

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
158153	Reitoria Câmpus Águas Lindas
158522	Câmpus Anápolis
158610	Câmpus Aparecida de Goiânia
158611	Câmpus Cidade de Goiás
158523	Câmpus Formosa
158430	Câmpus Goiânia
158432	Câmpus Inhumas
158433	Câmpus Itumbiara
158431	Câmpus Jataí
158524	Câmpus Luziânia
158434	Câmpus Uruaçu

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
26429	Reitoria e Câmpus do Instituto Federal de Goiás

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158153	26429
158430	26429
158431	26429
158432	26429
158433	26429
158434	26429
158522	26429
158523	26429
158524	26429
158610	26429
158611	26429

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

MISSÃO

O Instituto Federal de Goiás, na condição de centro de referência da educação profissional e tecnológica de Goiás, apresenta como responsabilidade o desenvolvimento de processos de inovação tecnológica, atuando na formação de profissionais dos mais diversos níveis e modalidades, tendo como suporte uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade; articulada ao desenvolvimento da pesquisa e ações de extensão, estabelecendo uma relação com a comunidade goiana que seja calcada na correspondência aos anseios da sociedade civil organizada.

VISÃO

Constituir-se como referência na área profissional e tecnológica, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios norteadores do Instituto Federal de Goiás estão descritos a seguir:

- a) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente;
- b) Transparência e gestão democrática;
- c) Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- d) Compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- e) Compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão;
- f) Natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

As finalidades e características do Instituto Federal de Goiás estão descritas a seguir:

- a) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) Assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição;
- c) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- d) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

- e) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás.
- f) Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico;
- g) Qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares de licenciatura, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- h) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- i) Realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano;
- j) Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

1.3.1. Organização Administrativa da Reitoria do Instituto Federal de Goiás

I. COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II. COMISSÕES PERMANENTES

- a) Comissão Própria de Avaliação;
- b) Comissão de Ética;
- c) Comissão Própria de Pessoal Docente;
- d) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos;

III. REITORIA

- a) Diretoria Executiva;
 - i. Coordenação-Geral de Comunicação e Eventos;
 - ii. Coordenação de Relações Internacionais;
- b) Gabinete;
- c) Pró-Reitorias:
 - i. Pró-Reitoria de Ensino;
 - i.i. Diretoria de Administração Acadêmica;
 - i.i.i. Coordenação de Registro de Diplomas;
 - i.i.ii. Coordenação de Pesquisa Institucional;
 - ii. Diretoria de Educação Básica e Superior;
 - i.ii.i. Coordenação de Programas Especiais de Ensino;
 - i.ii.ii. Coordenação de Educação a Distância;
 - i.iii. Centro de Seleção;



- ii. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - ii.i. Departamento de Pesquisa e Inovação;
 - ii.i.i. Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica;
 - ii.ii. Coordenação de Pós-Graduação;
 - ii.iii. Coordenação de Publicações;

- iii. Pró-Reitoria de Extensão;
 - iii.i. Departamento de Ações Sociais;
 - iii.ii. Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas;

- iv. Pró-Reitoria de Administração;
 - iv.i. Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária;
 - iv.i.i. Coordenação de Aquisições e Contratos;
 - iv.ii. Diretoria de Execução Financeira e Contábil;
 - iv.ii.i. Coordenação de Contabilidade;
 - iv.ii.ii. Coordenação de Abastecimento e Patrimônio;
 - iv.iii. Gerência de Projetos de Infraestrutura;
 - iv.iv. Coordenação de Serviços de Transportes;

- v. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
 - v.i. Coordenação de Apoio ao Planejamento e Avaliação Institucional;
 - v.ii. Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho;
 - v.iii. Diretoria de Recursos Humanos;
 - v.iii.i. Coordenação de Gestão de Pessoas;
 - v.iii.ii. Coordenação de Cadastros, Pagamentos e Benefícios;
 - v.iv. Diretoria de Tecnologia da Informação;
 - v.iv.i. Gerência de Desenvolvimento e Administração de Sistemas de Tecnologia da Informação;

- d) Auditoria Interna;

- e) Procuradoria Federal.

1.3.2. Competências

Abaixo estão descritas, de forma objetiva, as principais competências dos órgãos vinculados à Reitoria do Instituto Federal de Goiás, apresentadas no Organograma Funcional.

Conselho Superior

De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. É composto por 21 (vinte e um) membros, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.

Colégio de Dirigentes

De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) os Pró-Reitores; c) os Diretores-Gerais dos Câmpus.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

Comissão de Ética

Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD

Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.

Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos – CIS

Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo da instituição.

Reitoria

A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Diretoria Executiva

É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Coordenação-Geral de Comunicação e Eventos

É o órgão subordinado à Diretoria Executiva responsável pela gestão da comunicação, apoio, coordenação e/ou supervisão de eventos institucionais e supervisão das ações de comunicação e eventos realizadas nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Coordenação de Relações Internacionais

É o órgão subordinado à Diretoria Executiva responsável pela indução, viabilização e coordenação das ações de intercâmbio internacionais promovidas pelo Instituto Federal de Goiás.

Gabinete

É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

Pró-Reitoria de Ensino

É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.

Diretoria de Administração Acadêmica

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Ensino responsável pela proposição, implementação e acompanhamento das ações de normalização e de apoio à administração acadêmica nos Câmpus, registro, expedição e arquivamento de documentos acadêmicos e escolares do Instituto Federal de Goiás.

Coordenação de Registro de Diplomas

É o órgão subordinado à Diretoria de Administração Acadêmica responsável pelo registro de diplomas dos cursos de graduação e pós-graduação, observando a legislação educacional em vigor e a matriz curricular dos cursos e a normalização acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Coordenação de Pesquisa Institucional

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Ensino responsável pelo levantamento dos dados institucionais, alimentação dos sistemas de dados, conforme orientação do Ministério da Educação, e pela realização de estudos, análises de dados e elaboração de relatórios, para subsidiar as instâncias competentes na tomada de decisões para o aprimoramento e os ajustes do desempenho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Diretoria de Educação Básica e Superior

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Ensino responsável pela proposição, articulação, indução e acompanhamento do desenvolvimento das políticas e pela gestão do ensino da educação básica e da graduação em todos os Câmpus do Instituto Federal de Goiás.

Coordenação de Programas Especiais de Ensino

É o órgão subordinado à Diretoria de Educação Básica e Superior responsável pelo fomento, implementação e coordenação de programas e projetos especiais de ensino no âmbito de todos os Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Coordenação de Educação a Distância

É o órgão subordinado à Diretoria de Educação Básica e Superior responsável pela proposição, implementação e desenvolvimento das políticas e ações voltadas para a oferta de educação a distância e para a disseminação, no meio acadêmico, do uso de ferramentas digitais de formação, informação e comunicação nas práticas pedagógicas, no âmbito de todos os Câmpus da Instituição.

Centro de Seleção

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Ensino responsável pelo planejamento, coordenação e realização dos processos seletivos para ingresso dos estudantes nos diferentes níveis e nas diferentes modalidades de ensino oferecidos pelo Instituto Federal de Goiás, e pelo apoio à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional nos procedimentos de seleção de servidores para a Instituição.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.

Departamento de Pesquisa e Inovação

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação responsável pela viabilização e desenvolvimento das políticas de pesquisa e inovação no âmbito dos Câmpus da Instituição.

Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica

É o órgão subordinado ao Departamento de Pesquisa e Inovação responsável pela viabilização de ações que promovam o desenvolvimento e visem à adequada proteção das invenções geradas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e sua transferência à sociedade.

Coordenação de Pós-Graduação

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação responsável pelas ações de viabilização das atividades de pós-graduação desenvolvidas pelos Câmpus do Instituto Federal de Goiás.

Coordenação de Publicações

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação responsável pelas ações de publicação e socialização dos trabalhos relacionados à pesquisa, pós-graduação e inovação, desenvolvidos em sintonia com as políticas institucionais.

Pró-Reitoria de Extensão

É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Departamento de Ações Sociais

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Extensão responsável pela indução, orientação, viabilização e acompanhamento de políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, políticas de apoio e assistência ao estudante, além de projetos, programas e eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos e de inclusão social desenvolvidos pela Instituição.

Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Extensão responsável pela indução das políticas de viabilização de ofertas de estágio e emprego aos estudantes, orientação e supervisão de visitas técnicas, acompanhamento da atuação de alunos egressos, indução e supervisão de projetos e serviços tecnológicos e pelo credenciamento dos cursos oferecidos pelo Instituto Federal de Goiás.

Pró-Reitoria de Administração

É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Administração responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações de execução das metas orçamentárias estabelecidas para o Instituto Federal de Goiás e para o cumprimento da Lei Orçamentária Anual e legislação correlata em vigor.

Coordenação de Aquisições e Contratos

É o órgão subordinado à Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária responsável pela coordenação das ações de licitações, aquisições e contratações previstas no planejamento institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, para o cumprimento da Lei Orçamentária Anual.

Diretoria de Execução Financeira e Contábil

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Administração responsável pelo acompanhamento da gestão patrimonial, lançamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Instituto Federal de Goiás.

Coordenação de Contabilidade

É o órgão subordinado à Diretoria de Execução Financeira e Contábil responsável pelo acompanhamento das ações contábeis realizadas em cada Câmpus e Reitoria e pelo lançamento e controle da execução financeira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Coordenação de Abastecimento e Patrimônio

É o órgão subordinado à Diretoria de Execução Financeira e Contábil responsável pelo recebimento, registro e controle de entradas, saídas e distribuição de materiais, manutenção e controle patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Gerência de Projetos de Infraestrutura

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Administração responsável pelo desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, elaboração de projetos básicos, administração de contratos de projetos, construções, reformas e manutenção das obras de engenharia e pela supervisão da gestão de todos os planos de desenvolvimento de infraestrutura dos Câmpus da instituição.

Coordenação de Serviços de Transporte

É o órgão subordinado à Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária responsável pela aquisição e manutenção de veículos de transportes, contratação e acompanhamento dos serviços de transportes, supervisão e viabilização das ações de transportes no âmbito de todos os Câmpus e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.

Coordenação de Apoio ao Planejamento e Avaliação Institucional

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional responsável pelo assessoramento no planejamento estratégico da Instituição, a partir do acompanhamento e avaliação sistemática da execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, e pela sistematização do Relatório Anual de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho

É o órgão responsável pelos estudos, prospecções, coleta e geração de dados, informações e análises para subsídio às instâncias competentes para a definição da oferta da educação profissional, científica e tecnológica, bem como pela geração de elementos que permitam a avaliação, intensificação e redirecionamento da atuação local e regional de todos os Câmpus do Instituto Federal de Goiás.

Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional responsável pela implementação, desenvolvimento e avaliação de todas as ações relacionadas à política de recursos humanos do Instituto Federal de Goiás.

Coordenação de Gestão de Pessoas

É o órgão subordinado à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos responsável pela proposição, implementação, acompanhamento e avaliação das ações de admissão, capacitação e atualização de desempenho funcional de recursos humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, bem como pelas políticas de assistência social ao servidor, visando ao acompanhamento do servidor enquanto indivíduo, as suas necessidades e as responsabilidades institucionais para contribuição com o seu bem-estar, com a sua motivação e desempenho profissional.

Coordenação de Cadastros, Pagamentos e Benefícios

É o órgão subordinado à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos responsável pela realização de ações de registro e pagamento de salários, impostos, consignações e demais despesas, bem como pela coordenação da aplicação correta dos dispositivos legais na concessão de benefícios na gestão de recursos humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Diretoria de Tecnologia da Informação

É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional responsável pelo planejamento e desenvolvimento das ações de estruturação, suporte e manutenção do bom funcionamento do complexo de tecnologia da informação do Instituto Federal de Goiás.



Gerência de Desenvolvimento e Administração de Sistemas de Tecnologia da Informação

É o órgão subordinado à Diretoria de Tecnologia da Informação responsável pelas ações sistêmicas de desenvolvimento, administração, estruturação, suporte e manutenção do bom funcionamento do complexo de tecnologia da informação nos Câmpus e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Auditoria Interna

É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Procuradoria Federal

É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº. 10.480/2002, observada a legislação pertinente.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Novos desafios se colocaram para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; como compreender o caráter e a natureza das transformações, identificar o impacto social e profissional nos arranjos produtivos, repensar as modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os cursos oferecidos e estabelecer uma sintonia entre as referidas modalidades e cursos ofertados as demandas locais e regionais. O IFG procurou, através dos estudos do Observatório do Mundo do Trabalho, sintonizar sua oferta de cursos com as demandas profissionais apresentadas pelas comunidades por meio da análise dos Arranjos Produtivos Locais (APL) e pelos empreendimentos que compõem os setores mais fortes da economia goiana, cumprindo com o seu papel social de disseminar a educação profissional e tecnológica na região de sua abrangência.

- **Macroprocesso 1.** Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores: capacitar, aperfeiçoar, especializar e a atualizar os profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- **Macroprocesso 2.** Educação profissional técnica de nível médio: oferecer educação de qualidade para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- **Macroprocesso 3.** Cursos superiores de tecnologia e bacharelado (engenharias): formar profissionais para os diferentes setores da economia.
- **Macroprocesso 4.** Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica: formar professores para educação básica e para a educação profissional.



- **Macroprocesso 5.** Cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu (Aperfeiçoamento, especialização e mestrado): contribuir no processo de geração e inovação tecnológica.
- **Macroprocesso 6.** Desenvolvimento de pesquisas aplicadas: estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.
- **Macroprocesso 7.** Desenvolvimento de projetos de Extensão: capacitar as comunidades locais regionais de acordo com os arranjos produtivos locais (APL).

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento dos processos finalísticos do IFG e que por sua vez, viabilizaram o funcionamento coordenado em busca do melhor desempenho da instituição.

- **Macroprocesso 1.** Gestão do Ingresso: acompanhar os ingressos e monitorar a evasão.
- **Macroprocesso 2.** Gestão dos Programas de Assistência Estudantil: desenvolver ações articuladas, a partir dos perfis do público que acessa o IFG, para garantir a permanência e o êxito do educando.
- **Macroprocesso 3.** Gestão de Informações Acadêmicas: implantar um sistema de gestão acadêmica.
- **Macroprocesso 4.** Gestão de Eventos, Comunicação e Marketing Institucional: estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos internos e externos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos da comunicação do IFG.
- **Macroprocesso 5.** Gestão Orçamentária e Financeira: normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução financeira.
- **Macroprocesso 6.** Gestão de Pessoas: conceber e implantar um programa que promova atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.
- **Macroprocesso 7.** Elaboração do Planejamento: avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IFG e consolidar estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional.



- **Macroprocesso 8.** Gestão das Políticas de Ensino: normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Um protocolo de intenções foi assinado pelos reitores do Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano, Universidade Estadual de Goiás e Universidade Federal de Goiás em 2012, onde instalou-se oficialmente o Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás. Os objetivos do fórum são: debater e criar ações conjuntas na área de educação pública em Goiás; realizar um debate no âmbito destas instituições sobre o seu verdadeiro papel para a sociedade; atuar de maneira integrada; ampliar ações de cooperação já existentes e criar novas, a fim de promover em âmbito estadual o desenvolvimento socioeconômico.

Ainda, foram realizadas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Secretaria Estadual de Educação de Goiás, Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, Agência Goiana Prisional (Presídio Feminino de Luziânia), Embrapa, FNDE, Super Estágios LTDA/ME, Agência Brasileira de Estudantes LTDA entre outros.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é o documento que identifica a Instituição no que diz respeito ao seu papel social, à sua filosofia de trabalho, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é também o documento que orienta o planejamento estratégico da Instituição para o período de sua abrangência (2012-2016) e ainda o planejamento anual das ações e atividades a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi o resultado de um processo que teve como origem a Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG (2010-2014), encaminhado para consulta pública pela Reitoria do IFG, ao final do ano letivo de 2010. Mediante a mobilização da comunidade interna da Instituição com vista na sua integração direta ao processo de elaboração do PDI, foi proposto por parte da Pró-Reitoria de ensino e prontamente acatada pela Reitoria o documento convocatório do I Congresso Institucional de Educação do IFG – I CONGRESSO PDI, aprovado pelo Colégio de Dirigentes após amplo processo de debate e deliberação que envolveu a comunidade interna da Instituição. O documento convocatório estabeleceu como objetivo central deliberação do Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016) por meio da realização de um congresso institucional, com a participação dos três segmentos internos da Instituição. Tal processo redundou na efetiva realização do I Congresso Institucional de Educação do IFG – I CONGRESSO PDI, nos dias 08,09 e 10 de fevereiro de 2012.

As resoluções aprovadas no I Congresso Institucional de Educação do IFG foram organizadas tendo como base a minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG (2010-2014) e encaminhada a Reitoria para apreciação e deliberação do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Considerando a análise dos programas e ações desenvolvidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás no ano de 2012, é possível visualizar efeitos positivos em relação aos objetivos institucionais bem como as metas do PPA 2012-2015 de elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563; ampliar o número de matrículas da educação da educação profissional e tecnológica; oferecer 8 milhões de vagas da educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferências de renda, ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com a elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social; elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES

Nos últimos anos o Governo Federal vem investindo em políticas públicas que visam à disseminação do conhecimento utilizando a educação a distância – EAD, como ferramenta fundamental. Nesse contexto, o IFG, visando atender a política do MEC, de expansão e interiorização da Educação Profissional no país, passou a atuar em vários municípios do Estado de Goiás para cursos a serem ministrados em 2013.

Outra ação do Governo Federal é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC expandiu, interiorizou e democratizou a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores. Medidas consistentes foram tomadas pelo IFG no intuito de aumentar a oferta gratuita de cursos no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

2.4 INDICADORES

É esperado para final do ano de 2013 o levantamento e identificação dos indicadores estratégicos através da preparação e realização de evento técnico para discussão e elaboração da proposta de indicadores estratégicos; da validação da proposta dos indicadores estratégicos durante o evento com todas as lideranças e da elaboração de relatório final, detalhando os indicadores com as respectivas fichas de indicadores estratégicos.

Além das ações detalhadas, definidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás no Plano Estratégico, são apresentadas, a seguir, outras ações de ordem institucional assumidas pela Reitoria do Instituto Federal de Goiás.

I - MISSÕES REALIZADAS PELO GABINETE DO REITOR FORA DO PAÍS

Atividades realizadas pelo Gabinete do Reitor fora do país

País	Atividades
França	De 12 a 16 de março, delegação brasileira visitou instituições de ensino francesas e participou de eventos realizados em Paris: “Encontro das Universidades e Empresas e o Dia do Sistema Universitário Brasileiro na França”. Por convocação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, o Reitor integrou a comitiva. O objetivo foi aprofundar as relações institucionais e discutir o intercâmbio acadêmico e científico entre o Brasil e a França. Foi dado destaque a temas como intercâmbio de estudantes, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras, e o desenvolvimento de parcerias entre instituições de ensino dos dois países. Foram visitados liceus profissionais, que são escolas de educação profissional em nível equivalente ao Ensino Médio brasileiro.
Estados Unidos da América	De 21 a 24 de abril, o Reitor integrou a missão a Orlando, na Flórida, por convocação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, para o encontro anual da Associação Americana dos <i>Colleges</i> Comunitários (AACCC). A Rede Federal participou de uma mesa que abordou o tema da parceria entre Brasil e Estados Unidos, parcerias referentes ao programa Ciência Sem Fronteiras e inovação tecnológica.
China	Na qualidade de representante do Ministro de Estado da Educação e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

	<p>Tecnológica (CONIF), o Reitor foi à China, de 13 a 16 de maio, para participar do 3º Congresso Internacional de Educação e Formação Técnica e Profissional, que reuniu cerca de 800 (oitocentos) representantes de diversos países. Promovido pelo governo chinês e organizado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o evento discutiu os desafios do ensino técnico-profissional, de modo que ele seja fator indutor de desenvolvimento socioeconômico em todo o mundo.</p>
Portugal	<p>O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi a Portugal em missão de trabalho, por convocação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, de 29 a 05 de outubro, para participar do Congresso da Rede Europeia das Universidades de Ciências Aplicadas (2ª Conferência UASnet), realizado em Bragança. Durante a viagem, o Reitor participou também de visitas técnicas a institutos superiores politécnicos portugueses, ocasião em que assinou acordos de cooperação acadêmica. A viagem foi agendada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) junto ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal (CCISP), e seu objetivo foi promover a articulação entre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira e a Rede daquele país.</p>

II - AÇÕES REALIZADAS JUNTAMENTE AO CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF, COM A PARTICIPAÇÃO DO REITOR.

Atividades realizadas juntamente ao CONIF

	Data	Atividades
CONIF	25 a 26/01	Reunião da Coordenação de Câmaras Temáticas, para planejamento das atividades do ano de 2012, entre outras atividades.
	06 a 08/02	22ª Reunião Ordinária, para a posse da nova Diretoria Executiva, proposta de trabalho da nova Diretoria, apresentação do Balanço Financeiro de 2011, apresentação do calendário da instituição para 2012, sistema nacional de avaliação de Cursos Técnicos, revalidação de diplomas estrangeiros: discussão, encaminhamento e calendário de eventos CONIF 2012.
	06 a 08/03	1ª Reunião Extraordinária. Assuntos diversos relacionados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
	17 a 19/04	23ª Reunião Ordinária do CONIF, em Curitiba-PR, que tratou, entre outros assuntos, das Diretrizes Curriculares, REDITEC e Regimento do CONIF.
	02 a 03/05	Reunião, cuja pauta foi Carreira dos Docentes, e participação na abertura dos trabalhos do Fórum de Relações Internacionais da Rede Federal.
	23 a 25/05	2ª Reunião Extraordinária do CONIF, sobre Carreira e Progressão dos Professores, e 13ª Reunião Ordinária do Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação (FORTI).
	29 a 30/05	3ª Reunião Extraordinária do CONIF. PRONATEC, Projeto de Lei nº. 2134 (Criação de Cargos no âmbito do Ministério da Educação), Reestruturação da Rede Federal (Proposições de Melhoria), Sistemas de Gestão e Reditec.

	27 a 29/06	Participação na 24ª Reunião Ordinária do CONIF. Informes da Presidência. Composição da Comissão de Análise de Estrutura de Funções do CONIF.
	11 a 12/07	4ª Reunião Extraordinária do CONIF, em Salvador-BA, para apresentação dos trabalhos da Comissão de Análise de Estrutura de Funções do CONIF.
	07 a 09/08	25ª Reunião Ordinária do CONIF. Reditec, Relações Internacionais, Banco de Professores Equivalentes, Discussão da Institucionalização da EAD, Apresentação da Comissão de Cargos e Funções e o FORTI.
	11/ a 13/09	26ª Reunião Ordinária, para tratar de Reestruturação da Rede Federal, Banco de Engenheiros, reposição dos dias letivos e Missão Portugal.
	22 a 26/10	Participação na XXXVI Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC), evento que visa a promover e intensificar o intercâmbio de experiências, além de discutir as políticas e perspectivas das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
	20 a 22/11	27ª Reunião Ordinária do CONIF, em João Pessoa-PB. Assinatura de acordo com Autodesk, Mulheres Mil, Regimento CONIF, Ciência sem Fronteiras e eleição da nova Diretoria.
	06/12	Reunião da Comissão Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal para avaliação dos trabalhos realizados pelo Banco de Profissionais de Engenharia da Rede Federal. Agendamento e proposição da Ação.2. Ampliação e recomposição do Banco de Profissionais.
	12 a 14/12	28ª Reunião do CONIF, que tratou, entre outros, dos seguintes assuntos: REDITEC 2013, Educação a Distância, carga horária docente, Orçamento e calendário da instituição para 2013.

III - AÇÕES REALIZADAS JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Atividades realizadas junto ao MEC

	Data	Atividades
MEC	24/01	Participação na cerimônia de posse do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.
	09/02	Reunião com o Secretário da SETEC para tratar do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).
	15/02	Reunião com a Secretaria Executiva do MEC. Assunto: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
	22/03	Reunião com o Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal SETEC/MEC, Aléssio Trindade, e, logo após, com o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, com a participação, nesta última, do Prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela.
	26/03	Reunião da Comissão Executiva do CONIF sobre Banco Reserva, Viver sem Limite, Jovens em conflito com a lei e Bolsa Formação, no Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), com a

	participação do Secretário, Marco Antonio de Oliveira.
29/03	Participação em reunião na SETEC/MEC para tratar de assuntos diversos.
09/05	Reunião na SETEC/MEC, para tratar da expansão da Rede Federal.
30/05 a 01/06	Participação no II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, no qual compôs a Mesa de Reuniões do CONIF.
18/06	Reunião na SETEC/MEC, com o Secretário da SETEC/MEC, para definições de políticas e ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.
10/07	Reunião, na SETEC/MEC, sobre o Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação – FORTI, para definir um modelo de Política de Segurança da Informação.
15/08	Reunião, na SETEC/MEC, para tratar de assuntos diversos.
10/09	Reunião técnica sobre Planos de Expansão e Reestruturação da Rede Federal, na Diretoria de Desenvolvimentos da Rede/Coordenação-Geral de Infraestrutura.
10/10	Participação em reunião de Instauração dos Trabalhos da Comissão Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CPPG).
17/10	Reunião sobre o PRONATEC, na SETEC/MEC, para tratar da oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.
31/10	Reunião com o Secretário da SETEC, Marco Antonio de Oliveira, para tratar de assuntos de interesse da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
26/11	Reunião sobre o PRONATEC, com todos os dirigentes do CONIF, na SETEC/MEC.
29/11	Participação na Reunião com o Banco de Profissionais do Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
04 a 05/12	Participação em reunião sobre o PRONATEC e em solenidade de comemoração de 1 (um) ano do citado programa, com a presença da Presidente da República.

IV. REUNIÃO E/OU VISITA A OUTROS INSTITUTOS E ÓRGÃOS FEDERAIS

Reunião em outros Órgãos ou Institutos Federais

Data	Atividades
02/02	Visita ao Câmpus Uberaba do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, com o objetivo de conhecer as instalações dos laboratórios da área de alimentos daquele Câmpus.

05/03	Reunião com o Reitor do Instituto Federal de Brasília , para tratar de assuntos referentes à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
09/03	Encontro com o Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) , com o objetivo de discutir assuntos de interesse das duas instituições.
22/03	Em Brasília, reunião com o Procurador-Geral Federal , Dr. Marcelo de Siqueira Freitas, na sede da Advocacia-Geral da União (AGU) , para solicitar mais um Procurador para o Instituto Federal de Goiás.
02/04	Reunião com auditores da Controladoria-Geral da União (CGU) , com a presença do Pró-reitor de Administração, professor Paulo Francinete Silva Junior, o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, professor Jerônimo Rodrigues, e a Diretora de Relações Institucionais, Maria José Braga, para tratar de assuntos diversos relacionados à administração da Instituição.
02/04	Reunião com o Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) , para discutir questões comuns às duas instituições.
10 a 14/04	Viagem ao Instituto Federal do Mato Grosso do Sul , a convite de seu Reitor, para prestar assessoria em assuntos relacionados às obras e serviços de manutenção nos Câmpus da referida instituição.
07/05	Reunião com Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) , para tratar de parcerias entre as Instituições.
09/05	Reunião com o Procurador-Geral Federal , Dr. Marcelo de Siqueira Freitas, na sede da Advocacia-Geral da União (AGU) , em Brasília, para tratar de assuntos relacionados à carreira docente dos professores.
16/05	Reunião junto a auditores da Controladoria-Geral da União (CGU) , com a presença do Pró-Reitor de Administração, professor Paulo Francinete Silva Junior, a Chefe da Auditoria Interna, Marisa Eugênia Pires, o Diretor Executivo, professor José Sergio Sarmiento Garcia, e o Auditor do IFG, Dean Mardem, para tratar de assuntos relacionados ao relatório gestão.
04/06	Reunião com os Reitores da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) para tratar de planejamento estratégico entre as Instituições, visando à oferta de cursos para vários níveis e modalidades do ensino.
20/08	Reunião com os Reitores da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) , para tratar de parcerias entre as Instituições.
29/10	Reunião com os Reitores da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) , para tratar de parcerias entre as Instituições.
22/11	Abertura da Feira do Servidor , evento promovido pela Universidade Federal de Goiás (UFG) , Instituto Federal de Goiás (IFG) e Instituto Federal Goiano (IF Goiano) , no Câmpus Samambaia da Universidade Federal de Goiás.

V. REUNIÃO COM PARLAMENTARES OU GESTORES PÚBLICOS

Reunião com Parlamentares ou Gestores Públicos

Data	Atividades
30/01	Reunião com o Deputado Pedro Chaves . Assunto: Emendas Parlamentares.



14/02	Reunião com o Deputado Pedro Chaves . Assunto: Emendas Parlamentares.
10/05	Encontro com o Prefeito de Goiânia, Paulo Garcia , para assinatura do termo de doação da área destinada à construção do Câmpus Goiânia Oeste do IFG.
22/05	Reunião com a Secretária de Educação do Município de Goiânia, Neyde Aparecida , para tratar de assuntos diversos.
24/05	Reunião com a Prefeita de Valparaíso de Goiás para assinatura da escritura do terreno que abrigará o Câmpus do Instituto Federal de Goiás na cidade.
25/05	Reunião com o Prefeito de Novo Gama , na qual foi discutida a questão da implantação de um Câmpus do Instituto Federal de Goiás na cidade.
03/07	Reunião com equipe da Secretaria de Educação do Município de Goiânia para tratar da oferta do curso de Qualificação Profissional em Alimentação (PROEJA – FIC).
07/12	Reunião com a Prefeita de Uruaçu para tratar de assuntos relativos ao Câmpus instalado na cidade.
02/08	Encontro com o Prefeito de Goiânia, Paulo Garcia , para tratar da implantação do novo Câmpus na cidade de Goiânia.
02/08	Reunião com o Prefeito de Novo Gama sobre a implantação do Câmpus do Instituto Federal de Goiás na cidade.
30/08	Reunião, em Brasília, com Olavo Noletto, subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República , para tratar de assuntos relacionados à Instituição.
09/11	Reunião com o Prefeito de São Miguel do Araguaia para tratar da possibilidade de implantação de um Câmpus do Instituto Federal de Goiás ou a possibilidade de oferta de cursos de extensão naquele Município
12/11	Reunião com o Deputado Rubens Otoni e o Prefeito de Goiânia, Paulo Garcia , para tratar de assuntos relacionados à implantação do Câmpus Goiânia Oeste e de Emenda Parlamentar
21/11	Recebeu Comendas ofertadas pelo Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo .
03/12	Instalação do Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás , que reúne a Universidade Federal de Goiás, Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano e Universidade Estadual de Goiás .

VI. VISITAS E/OU REUNIÕES COM A COMUNIDADE ACADÊMICA DOS CÂMPUS

Visitas e/ou reuniões com a comunidade acadêmica dos Câmpus

Câmpus	Atividades
Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas,	Vistoria às obras de construção, reforma ou ampliação dos Câmpus do Instituto Federal de Goiás.
	Presidir cerimônias de colação de grau para os formandos de nível superior.
	Reunião com alunos, para exposição de reivindicações, pontos de vista, sugestões e críticas. Nas reuniões, foram discutidos vários pontos pertinentes ao processo de

Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.	expansão e estruturação do Instituto Federal de Goiás, tais como: maior número de ônibus, para viabilizar o transporte em visitas técnicas; construção de refeitórios; programas de estágio; melhora no diálogo professor-aluno; melhorias nos laboratórios; sugestões de mudanças na grade curricular dos cursos; maior número de aulas práticas (laboratórios); estratégias para diminuir a evasão escolar; aumento do acervo das bibliotecas; aumento da velocidade da conexão à internet, assim como ampliação do número de pontos de acesso.
	Reunião com os servidores docentes e técnico-administrativos, para tratar de reivindicações acerca dos processos institucionais e educacionais implantados nos Câmpus em que trabalham. Foram colocadas em pauta questões como: política de comunicação da Instituição, de modo a dar maior visibilidade ao IFG e a seus projetos; matriz curricular de alguns cursos; melhorias na política de estágio; dedicação exclusiva; progressão funcional dos docentes; maior presença dos Pró-reitores nos Câmpus; questões de segurança e laudos de insalubridade nos laboratórios do IFG; greve e o posicionamento da Reitoria sobre tal questão; diretrizes da política de remoção; expansão da estrutura física (quadras, laboratórios, biblioteca) e do número de servidores; oferta de vagas para o PROEJA; gratificações FG-4 e FG-02 passarem a ser FG-1; controle de ponto dos docentes; cursos oferecidos pela Instituição por meio do Programa Bolsa Formação.
	Participar de reunião com a equipe de gestão dos Câmpus, para promover melhorias no processo de implantação e de gestão dos Câmpus e da Instituição.
	Participar de aula inaugural de Mestrado no Câmpus Jataí.
	Participar de abertura de eventos tais como Congressos, Seminários, Mesas Redondas.
	Reuniões com Prefeitos das cidades onde o Instituto atua para viabilizar maior integração com o município e região. Foram realizadas reuniões, também, com Prefeitos das cidades em que serão implantados os novos Câmpus do Instituto Federal de Goiás.

VII. COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS E SUAS DELIBERAÇÕES

Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, composto pelo Reitor, que é seu presidente; os Pró-Reitores; e os Diretores-Gerais dos Câmpus.

A ele compete apreciar os assuntos de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás a ele submetidos; apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais; apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; apreciar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional, entre outros.

Presidente: Paulo César Pereira – Reitor do Instituto Federal de Goiás
Diretor Executivo: José Sergio Sarmiento Garcia



Composição do Colégio de Dirigentes do IFG - Reitoria

Pró-Reitoria	Pró-Reitor
Administração	Paulo Francinete Silva Junior
Desenvolvimento Institucional	Jerônimo Rodrigues da Silva
Ensino	Gilda Guimarães
Extensão	Mad'Ana Desiree Ribeiro de Castro
Pesquisa e Pós-graduação	Ruberley Rodrigues de Souza

Composição do Colégio de Dirigentes do IFG - Câmpus

Câmpus	Diretor-Geral
Anápolis	Sandro Ramos de Lima
Aparecida de Goiânia	Ana Lúcia Siqueira de Oliveira Nunes
Cidade de Goiás	Lisandra Lavoura Carvalho Passos
Formosa	João Marcos Bailão de Lima
Goiânia	Edison de Almeida Manso
Inhumas	Cleiton José da Silva
Itumbiara	Roberlam Gonçalves Mendonça
Jataí	Paulo Henrique de Souza
Luziânia	José Carlos Barros Silva
Uruaçu	Ubaldo Eleutério da Silva

VIII. ASSUNTOS DISCUTIDOS PELO COLÉGIO DE DIRIGENTES EM 2012

Assuntos discutidos pelo Colégio de Dirigentes em 2012

Data	Atividade
31.01 a 01.02.2012	<ul style="list-style-type: none">• Informes;• Congresso do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional);• Relatório de Gestão;• Definições e encaminhamento das comissões responsáveis pelo Congresso Institucional de Educação do IFG;• Planejamento Anual de Atividades.
14.02.2012	<ul style="list-style-type: none">• PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego);• Colaboração Esporádica;

	<ul style="list-style-type: none"> • Regime de Dedicção Exclusiva; • Avaliação dos Calendários nos Câmpus.
04.04.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Discussões sobre o Regulamento da Carga Horária dos Servidores Técnico-administrativos do IFG; • PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional); • Regimento Interno do IFG.
08.05.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Minuta do I Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFG; • Apresentação da Minuta da Constituição do Centro de Cultura, Saberes e Idiomas do IFG; • Apresentação do Projeto de Implementação e Estruturação de Editora do IFG; • Análise da minuta do Regulamento do Programa PIQS (Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG).
05 e 06.06.2012	<ul style="list-style-type: none"> • PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
19 e 20.06.2012	<ul style="list-style-type: none"> • PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional); • Festival de Artes.
04 e 05.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamento de Estágio; • Regulamento de Prestação de Serviços; • Regulamento de Dedicção Exclusiva; • Parcerias com prefeituras para oferta de cursos de extensão.
14.08.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Regime de Dedicção Exclusiva. • Nova composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFG.
25.09.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento sobre os eventos institucionais e Sistematização do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
11.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> • PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego); • Definições de parâmetros em relação ao número de Coordenadores de Áreas nos Câmpus; • Definição do números de aulas para os professores; • Oferta de cursos nos Câmpus; • Políticas de Pós-Graduação (sugestões de implantação de cursos de mestrado e especialização para oferta no Instituto).
08.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional); • Análise do Regimento Interno da Editora.
27.11 e 28.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação da Proposta de regulamento do estágio curricular do IFG; • Apreciação da proposta de reformulação do Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG.

IX. CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS E SUAS DELIBERAÇÕES

O Art. 10, § 3º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, normatizou o Conselho Superior como órgão de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos alunos egressos da Instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

A Portaria nº 759, de 01 de junho de 2012, designou, para compor o Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás, os seguintes representantes: servidores docentes, técnico-administrativos e discentes, escolhidos por meio de processo eleitoral, com a participação de toda comunidade acadêmica da instituição; Pró-Reitores e Diretores-Gerais, indicados pelo Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Goiás; os demais membros pelas seguintes representações: Secretaria de Educação Profissional Tecnológica do Ministério da Educação, Sindicato dos Técnicos Industriais do Estado de Goiás, Central Única dos Trabalhadores de Goiás, Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Força Sindical do Estado de Goiás, Federação do Comércio do Estado de Goiás e Conselho Estadual de Educação de Goiás. Desde o ano de 2012, sua composição é a seguinte:

Presidente: Paulo César Pereira – Reitor do Instituto Federal de Goiás

Secretária: Claudia Beatriz Carrião Alves – Servidora técnico-administrativa do IFG

Composição do Conselho Superior do IFG

Representação	Conselheiros	
	Titulares	Suplentes
Reitoria do IFG	Paulo César Pereira	José Sergio Sarmiento Garcia
Colégio de Dirigentes	Sandro Ramos de Lima Ruberley Rodrigues de Souza Ubaldo Eleutério da Silva	João Marcos Bailão de Lima José Carlos Barros Silva Jerônimo Rodrigues da Silva
Corpo Docente	Josué Vidal Pereira Daniel Silva Barbosa Maria Socorro Duarte da Silva Couto	Warde Antonieta da Fonseca Zang Marcelo Escobar de Oliveira Fausto Oliveira Carvalho
Corpo Discente	Leonardo Andrade Lira Rimet Jules Gomes Teixeira Filho Caio Augusto Vieira Mariano Borges	Sudário Macedo dos Santos Claudinei Souza França Matheus Castro Diniz
Central Única dos Trabalhadores	Pedro Soares de Oliveira	Antônio Ribeiro da Costa Neto
Força Sindical de Goiás	Nivaldo Ferreira de Souza	Aloísio Silva de Aguiar
Corpo Técnico-Administrativo	Quéren dos Passos Freire Paulo Roberto de Oliveira Garcia Oniel Arantes de Araújo	Daniela Cristina Borges e Silva Wilma Joaquim Silva Osmar Albino de Oliveira Júnior

Técnicos Egressos do Instituto Federal de Goiás	Valdeon Moraes Bueno Temístocles Mendes Ribeiro	Marco Antônio de Melo Juliana Paula Gonzaga
Conselho Estadual de Goiás	Marcos Elias Moreira Manoel Pereira da Costa	Maria Lúcia Fernandes Lima Santana Antônio Cappi
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC	Aléssio Trindade de Barros	Luciano de Oliveira Toledo
Federação do Comércio do Estado de Goiás	Felicidade Maria de Faria Melo	Maria Angélica de Moraes e Silva
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Hélio Naves	Ivan da Glória Teixeira

X. ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2012 PELO CONSELHO SUPERIOR

Assuntos discutidos pelo Conselho Superior em 2012

Assuntos discutidos	Homologação do processo eleitoral para a escolha do Diretor-Geral do Câmpus Inhumas;
	Aprovação do projeto do curso de Bacharelado em Engenharia Civil – Câmpus Aparecida de Goiânia;
	Aprovação do Projeto do Curso Técnico em Secretaria Escolar Subsequente ao Ensino Médio, na Modalidade EaD – Profucionário;
	Aprovação do Projeto Curso Técnico em Infraestrutura Escolar Subsequente ao Ensino Médio, na Modalidade EaD – Profucionário;
	Aprovação da alteração do Projeto do Curso de Tecnologia em Processos Químicos;
	Aprovação de alteração do Projeto do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – Câmpus Anápolis;
	Regulamentação da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
	Análise e parecer da Prestação de Contas do Instituto Federal de Goiás referente ao exercício de 2011;
	Autorização e alteração de oferta de cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na perspectiva da implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2012 a 2016;
	Autorização do Projeto do Curso Técnico em Alimentação Escolar subsequente ao Ensino Médio, na Modalidade EAD – Profucionário;
Autorização do Projeto do Curso Técnico em Multimeios subsequente ao Ensino Médio – Modalidade EAD – Profucionário;	

	Autorização do Projeto do Curso Técnico em Cerâmica subsequente ao Ensino Médio – Modalidade EAD;
	Autorização para alteração da matriz curricular do Curso Técnico em Agrimensura subsequente ao Ensino Médio – Câmpus Jataí;
	Aprovação do Regimento Interno da Editora do IFG.

XI. RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR EM 2012

Resoluções do Conselho Superior em 2012 elencadas por número, data e descrição resumida.

Resolução nº 01, de 28 de fevereiro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais em regime semestral, no turno noturno;

Resolução nº 02, de 28 de fevereiro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar, na modalidade a distância, do Programa Profucionário, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 03, de 28 de fevereiro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância, do Programa Profucionário, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 04, de 28 de fevereiro de 2012 - Autoriza a alteração do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia de Processos Químicos do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás;

Resolução nº 05, de 28 de fevereiro de 2012 - Autoriza a alteração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio do Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás;

Resolução nº 06, de 28 de fevereiro de 2012 - Homologa o nome do Professor CLEITON JOSÉ DA SILVA, candidato eleito para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 07, de 05 de março de 2012 - Autoriza o afastamento do país do Professor PAULO CÉSAR PEREIRA, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Matrícula SIAPE nº 270960, para participar de visita profissional a Universidades Francesas, com a finalidade de discutir o intercâmbio acadêmico e científico no âmbito do Programa “Ciência sem Fronteiras”, no período de 10 a 18 de março de 2012, na cidade de Paris – França;

Resolução nº 08, de 17 de abril de 2012 - Autoriza o afastamento do país do Professor PAULO CÉSAR PEREIRA, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Matrícula SIAPE nº 270960, para participar do Encontro Anual da Associação Americana dos Colleges Comunitários, no período de 20 a 26 de abril de 2012, na cidade de Orlando, Flórida – Estados Unidos da América;

Resolução nº 09, de 13 de junho de 2012 - Deflagra o processo de escolha do Diretor-Geral do Câmpus Jataí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, designando os Conselheiros JOSUÉ VIDAL PEREIRA, PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA GARCIA e RIMET JULES GOMES TEIXEIRA FILHO para disciplinarem e coordenarem o processo de constituição de Comissão Eleitoral;

Resolução nº 10, de 28 de junho de 2012 - Normatiza a progressão funcional por titulação para os servidores docentes do Instituto Federal de Goiás;

Resolução nº 11, de 09 de julho de 2012 - Aprova a Prestação de Contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás referente ao Exercício de 2011;

Resolução nº 12, de 01 de agosto de 2012 - Homologa o nome do Professor PAULO HENRIQUE DE SOUZA, candidato eleito para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Jataí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 13, de 05 de setembro de 2012 - Autoriza o afastamento do País do Professor PAULO CÉSAR PEREIRA, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Matrícula SIAPE nº 270960, para participar do 7º Congresso da Rede Européia das Universidades de Ciências Aplicadas (UASNET) e visitar as instalações de Institutos Superiores Politécnicos, no período de 27 de setembro a 07 de outubro de 2012, na cidade de Bragança – Portugal;

Resolução nº 14, de 13 de novembro de 2012 - Ratifica a Resolução nº. 12, de 1º de agosto de 2012, feita em ad referendum do Conselho Superior, que homologou o nome do Professor PAULO HENRIQUE DE SOUZA, candidato eleito para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Jataí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 15, de 13 de novembro de 2012 - Homologa o nome do servidor DEAN MARDEM, ocupante do cargo de Auditor, Matrícula SIAPE nº. 1813867, para exercer o cargo de Chefe da Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 16, de 13 de novembro de 2012 - Aprova o quadro de autorização/alteração/extinção de oferta de cursos e vagas para o período de 2012 a 2016, constante no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 17, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Comércio Exterior Integrado ao Ensino Médio, no Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, em tempo integral, no turno diurno;

Resolução nº 18, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Secretaria Escolar Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 19, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Ciências Sociais, Licenciatura, no Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno vespertino;

Resolução nº 20, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, no Câmpus Luziânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, em tempo integral, no turno diurno;

Resolução nº 21, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Sistemas de Informação, Bacharelado, no Câmpus Luziânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 22, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, no Câmpus Formosa do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 23, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Civil, Bacharelado, no Câmpus Formosa do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 24, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, no Câmpus Itumbiara do Instituto Federal de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais, em regime semestral, no turno noturno;

Resolução nº 25, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, no Câmpus Uruaçu do Instituto Federal de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais, em regime semestral, no turno noturno;

Resolução nº 26, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Civil, Bacharelado, no Câmpus Jataí do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 27, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, no Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 28, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Sistemas de Informação, Bacharelado, no Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno matutino;

Resolução nº 29, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, em tempo integral, no turno diurno;

Resolução nº 30, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, em tempo integral, no turno diurno;

Resolução nº 31, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, em tempo integral, no turno diurno;

Resolução nº 32, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Edificação Integrado ao Ensino Médio, no Câmpus Cidade de Goiás do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, em tempo integral, no turno diurno;

Resolução nº 33, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio, no Câmpus Cidade de Goiás do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, em tempo integral, no turno diurno;

Resolução nº 34, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Conservação e Restauro Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no Câmpus Cidade de Goiás do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno;

Resolução nº 35, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 36, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Turismo, Bacharelado, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 37, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Física, Licenciatura, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais, em regime semestral, no turno vespertino;

Resolução nº 38, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Ambiental, Bacharelado, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno matutino;

Resolução nº 39, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Química, Bacharelado, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 40, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Transporte Rodoviário Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais, em regime semestral, no turno noturno;

Resolução nº 41, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Civil, Bacharelado, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 42, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 43, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Engenharia Elétrica, Bacharelado, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 44, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso de Sistemas de Informação, Bacharelado, no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás, com 30 (trinta) vagas anuais, no turno noturno;

Resolução nº 45, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza a alteração de vagas de cursos ofertados nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 46, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza a extinção de cursos ofertados nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 47, de 13 de novembro de 2012 - Autoriza a mudança de turnos de cursos ofertados nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 48, de 13 de novembro de 2012 - Homologa a alteração de turnos de funcionamento dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás a partir de 2012;

Resolução nº 49, de 12 de dezembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Alimentação Escolar subsequente ao Ensino Médio, na Modalidade a Distância, do Programa Profucionário, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 50, de 12 de dezembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Multimeios Didáticos subsequente ao Ensino Médio, na Modalidade a Distância, do Programa Profucionário, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;

Resolução nº 51, de 12 de dezembro de 2012 - Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Cerâmica Subsequente ao Ensino Médio, na Modalidade a Distância, com 150 (cento e cinquenta) vagas anuais, no Polo Uruaçu, com encontros presenciais, preferencialmente aos sábados e domingos;

Resolução nº 52, de 12 de dezembro de 2012 - Autoriza a alteração do Projeto do Curso Técnico em Agrimensura Subsequente ao Ensino Médio, no Câmpus Jataí do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Goiás, com 60 (sessenta) vagas anuais, em regime semestral, no turno noturno.

XII. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS E SUAS DELIBERAÇÕES

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás está disposto nos Artigos 12, 13 e 14 do Estatuto da Instituição como órgão consultivo e de proposição de ações para as políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão foi constituído pela Portaria nº 1.701, de 11 de outubro de 2012, com a seguinte composição: o Reitor, como presidente; o Pró-Reitor de Ensino; o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; o Pró-Reitor de Extensão; os Dirigentes de Áreas Acadêmicas de cada Câmpus e, ainda, representantes de servidores docentes, técnico-administrativos e discentes escolhidos por meio de processo eleitoral, com a participação de toda a comunidade acadêmica.

Presidente: Paulo César Pereira – Reitor do Instituto Federal de Goiás

Secretária: Claudia Beatriz Carrião Alves – Servidora técnico-administrativa do IFG

Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFG

Representação	Conselheiros	
	Titulares	Suplentes
Reitoria do IFG	Paulo César Pereira	José Sergio Sarmiento Garcia
Pró-Reitoria	Gilda Guimarães Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro Ruberley Rodrigues de Souza	
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	Adriana dos Reis Ferreira Elder Geraldo Domingues Everton Martins de Araújo Fabrício Vieira Campos José Martins do Carmo Leonne Borges Evangelista Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes Marcos Antônio Arantes de Freitas Maria de Lourdes Magalhães	

	Oberdan Quintino de Ataídes Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon Thiago Eduardo Pereira Alves Wanderley Azevedo de Brito	
Corpo Técnico-Administrativo	Kepler Benchimol Ferreira Leandro de Oliveira Garcia Luiane de Araújo Moreira	Tharles Júnior de Souza Gilmar Rodrigues Morais
Corpo Docente	Adelino Cândido Pimenta Edson Rodrigo Borges Marlus Dias Silva	Omar Arafat Kdudsi Khalil Simone Silva Machado Moisés Gregório da Silva
Corpo Discente	Larissa Farina Dieisson Medeiros Pinto Karen Hayron Resende Damasceno	Marcos Willian Francelino Gomes Richard de Moura Lemes Caio Henrique Quinterno Matos

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião do dia 15 de outubro de 2012, aprovou a participação dos Gerentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão dos Câmpus como convidados em suas reuniões.

Gerentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão convidados

Câmpus	Servidor
Anápolis	André Valente de Barros Barreto
Aparecida de Goiânia	Carlos Rangel Neves Otto
Cidade de Goiás	Ádria Borges Figueira Cerqueira
Formosa	Kaithy das Chagas Oliveira
Goiânia	José Luis Domingos
Inhumas	Simone Silva Machado
Itumbiara	Carlos Cezar da Silva
Jataí	Leonardo Magalhães de Castro
Luziânia	Alan Dumont Clemente



Uruaçu	Thiago Cardoso de Deus
--------	------------------------

XIII. ASSUNTOS DISCUTIDOS PELO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM 2012

Assuntos discutidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 2012

Assuntos discutidos	Apreciação da proposta do Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG;
	Apreciação da proposta do Regulamento do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG;
	Apreciação da proposta do Regulamento dos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> do IFG;
	Constituição das Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão para o desenvolvimento de estudos temáticos, e tendo como base legal o Artigo 14 do Estatuto do Instituto Federal de Goiás, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão está estruturado em três Câmaras Setoriais, que são: Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara de Extensão e Cultura, com a seguinte composição:
Câmara de Ensino Composição da Câmara de Ensino	
Representação	Conselheiro
Pró-Reitoria de Ensino	Gilda Guimarães (Presidente)
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	Everton Martins de Araújo José Martins do Carmo Leonne Borges Evangelista Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais Maria de Lourdes Magalhães Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon Wanderley Azevedo de Brito
Corpo Técnico-Administrativo	Luiane de Araújo Moreira
Corpo Docente	Marlus Dias Silva
Corpo Discente	Dieisson Medeiros Pinto
Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação Composição da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação	
Representação	Conselheiro
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Ruberley Rodrigues de Souza (Presidente)
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	Elder Geraldo Domingues Fabrício Vieira Campos Marcos Antônio Arantes de Freitas
Corpo Técnico-Administrativo	Kepler Benchimol Ferreira



Corpo Docente	Adelino Cândido Pimenta
Corpo Discente	Karen Hayron Resende Damasceno
Câmara de Extensão e Cultura Composição da Câmara de Extensão e Cultura	
Representação	Conselheiro
Pró-Reitoria de Extensão	Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro (Presidente)
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	Adriana dos Reis Ferreira Oberdan Quintino de Ataides Thiago Eduardo Pereira Alves
Corpo Técnico-Administrativo	Leandro de Oliveira Garcia
Corpo Docente	Edson Rodrigo Borges
Corpo Discente	Larissa Farina

XIV. CONGRESSO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Com o objetivo de realizar um amplo debate e construir de forma coletiva o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Colégio de Dirigentes e a Reitoria do Instituto Federal de Goiás encamparam a proposta da Pró-Reitoria de Ensino e constituíram, por meio da Portaria nº 528, de 13 de junho de 2011, a Comissão Organizadora do Congresso Institucional de Educação, cuja finalidade foi a sistematização do Plano de Desenvolvimento Institucional. A Comissão Organizadora foi constituída por representantes dos Câmpus e do Colégio de Dirigentes, com a seguinte composição: Sandro Ramos de Lima, Gilda Guimarães, Ubaldo Eleutério da Silva, Paulo Henrique de Souza, Walmir Barbosa, Rui Wagner Rodrigues da Silva, Paulo Roberto de Oliveira Garcia, Kepler Benchimol Ferreira, Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro, Shirley Mar Pereira Virote, Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, Daniel Silva Barbosa, Edson Rodrigues Borges, Márcia Cecília Ramos Lopes e Liberato Silva dos Santos.

Tal Portaria sofreu prorrogações em seu prazo, sendo que a de número 1.143, de 22 de dezembro de 2011, estabeleceu o dia 30 de março de 2012 como data limite para a conclusão dos trabalhos e entrega do Relatório do Congresso.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás constitui-se como documento basilar das ações e orientador para o desenvolvimento das políticas institucionais ao longo de cinco anos. Este documento tem por propósito a identificação clara da função, das responsabilidades, dos objetivos e metas institucionais para a implementação, desenvolvimento e consolidação das políticas de Estado que perpassam pela inclusão social, emancipação, formação profissional, desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e social do país.

O Congresso do PDI foi pautado por uma minuta de Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG, elaborada pelo Colégio de Dirigentes a partir de uma série de debates realizados por vários fóruns em todas as unidades de Ensino do Instituto Federal de Goiás e resultou na mobilização de toda a comunidade acadêmica.

O I Congresso do PDI foi realizado em Goiânia, de 8 a 10 de fevereiro de 2012, com a participação de representantes dos estudantes, técnico-administrativos e docentes, todos eleitos por

seus pares e constituídos proporcionalmente, conforme o documento convocatório do Congresso, e contou, ainda, com a presença de palestrantes e ouvintes.

Para viabilizar as discussões, o Congresso foi dividido em três eixos temáticos e um transversal. No primeiro dia do evento, 8 de fevereiro, uma única plenária, com a participação de todos os delegados, discutiu as questões do Eixo Transversal do Caderno de Propostas, o qual abrange temáticas gerais e que não se situam exclusivamente em nenhum dos eixos temáticos.

Já no dia 9 de fevereiro, os delegados dividiram-se em grupos de trabalho para discutir os Eixos 1, 2 e 3, de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e de Gestão e Administração, respectivamente.

No dia 10 de fevereiro ocorreu a plenária para a votação das propostas de cada um dos Grupos de Trabalho. Durante os três dias, foram apresentadas, discutidas e sistematizadas propostas dos três segmentos, o que resultou num documento que prima pelo caráter democrático e participativo, com várias contribuições no sentido de tornar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás uma instituição voltada para uma educação pública, gratuita e inclusiva.

Terminado o I Congresso, sua Comissão Organizadora, em reunião realizada no dia 21 de março de 2012, apresentou ao Reitor a proposta final do Plano de Desenvolvimento Institucional, que contempla, de forma sistematizada, as discussões e propostas aprovadas durante o Congresso. O documento apresentado foi elaborado pela Comissão Organizadora, por meio da sua Subcomissão de Sistematização e Redação. Além de redigir o que foi debatido pelos grupos de trabalho e aprovado nas plenárias, foram acrescentados textos introdutórios ao documento.

No documento apresentado à Reitoria estavam previstos desdobramentos e constituição de fóruns específicos para a discussão da oferta de cursos e contribuições à minuta de Regimento Interno da Instituição. Os trabalhos tiveram continuidade nos referidos fóruns e no Colégio de Dirigentes ao longo de todo o ano de 2012, para apresentação da Proposta do PDI ao Conselho Superior no início de 2013.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Coordenação Geral de Comunicação Social (CGCS) da Reitoria do Instituto Federal de Goiás iniciou o ano de 2012 dando continuidade às ações de planejamento de comunicação para o desenvolvimento de ações institucionais ao longo do ano nas áreas de jornalismo, relações públicas, publicidade e programação visual.

No início do ano foi finalizada pela Pró-Reitoria de Administração e instâncias competentes o processo licitatório para contratação dos serviços gráficos, serigráficos, de audiovisual e de fotografia, geridos pelo setor de Comunicação Social e respectivos fiscais de contrato.

Além de atuar com as demandas administrativas inerentes a execução de serviços de comunicação contratados nos processos licitatórios, o setor atuou na expansão do desenvolvimento das ações de comunicação social voltadas à Instituição, como foco em ações para o público interno e externo. Para dar suporte a essas ações, vários itens informativos foram elaborados e executados para adequada divulgação dos programas e ações do IFG, suas Pró-Reitorias e seus Câmpus.

A equipe da Coordenação-Geral de Comunicação Social da Reitoria do IFG trabalhou na supervisão, mesmo que não hierárquica, de todo o trabalho de comunicação desenvolvido pelos comunicadores dos Câmpus da Instituição.

Foram feitas orientações sobre a correta aplicação das logomarca institucional, por exemplo, conforme Manual de Aplicação da Marca e diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Também foi feito o acompanhamento de toda a produção de texto jornalístico pelos Câmpus, com o objetivo de manter o perfil editorial que se aplica a uma instituição pública de ensino onde a comunicação está situada no patamar de prestação de serviço ao cidadão e deve obedecer, inclusive, à legislação e normas específicas.

Para estabelecer condições ideais para o planejamento e desenvolvimento de todas as ações de comunicação, o setor elaborou uma Política de Comunicação Institucional entregue ao Reitor para os encaminhamentos necessários. A gestão de comunicação acredita que a linha mestra de todas as ações comunicacionais e informacionais deve partir de diretrizes bem estabelecidas e para isso, aguarda a aprovação do documento.

Também foi elaborado o Plano Anual de Comunicação com foco no desenvolvimento e execução de ações prioritárias à Instituição. No início do segundo semestre, nova servidora foi nomeada para o cargo de coordenadora.

A equipe também foi reforçada com a posse de uma servidora para o cargo de “Programador Visual” também em julho, o que possibilitou um avanço considerável na execução de itens gráficos e serigráficos para ações institucionais, relações internacionais, divulgação de programas e projetos, processos seletivos em geral, dentre outras demandas vinculadas às rotinas do setor e necessidades institucionais.

Ao longo do ano, as atividades foram planejadas e executadas de acordo com a divisão da Comunicação nas seguintes áreas: Jornalismo; Relações Públicas e Programação Visual.

JORNALISMO

O jornalismo tem por objetivo a divulgação de informações por meio de notícias em veículos de comunicação, como jornais, revistas, rádio, TV e internet. O Jornalismo Institucional, desenvolvido pela Coordenação-Geral de Comunicação Social da Reitoria do IFG, tem uma amplitude maior do que o Jornalismo Empresarial ou, ainda, o de uma assessoria corporativa de imprensa.

Considerando os paradigmas de qualidade, eficiência e competitividade, a Comunicação deixou de ser uma área de suporte das políticas empresariais/institucionais para se transformar em área de resultados nas organizações.

Diante da emergência da comunicação global, o jornalismo contempla ações que abrangem, inclusive, as novas demandas de seus vários públicos. Dentre as atividades e ações de jornalismo realizadas pela Coordenação-Geral de Comunicação Social no ano de 2012, destacamos:

- Encaminhamento do projeto de alteração do layout do portal institucional, tendo em vista o aumento considerável no fluxo diário de notícias e das necessidades da Instituição, seus Câmpus e respectivos setores. Para melhor encaminhamento do projeto de reformulação do Portal, foi implantada a Comissão de Reformulação do Portal Institucional por Portaria do Reitor, com profissionais da equipe de Comunicação Social, da Pró-Reitoria de Ensino, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e da Diretoria de Tecnologia da Informação da Reitoria. A Comissão foi designada para elaborar o projeto.
- Atualização das informações do portal e acompanhamento das notícias publicadas nas páginas eletrônicas dos Câmpus, com produção de boletim diário de informações de toda a Instituição intitulado “IFG Notícias”;

- Produção de notícias para o Portal na internet e releases para os veículos de comunicação sobre atividades, projetos e ações desenvolvidas dentro da Instituição e/ou de programas em que o IFG é parceiro;
- Produção e divulgação de comunicados, convites e demais comunicações;
- Gestão do mural institucional da reitoria e alimentação do mesmo com informações;
- Envio de informações diversas (notícias, comunicados, convites, documentos encaminhados por outros setores) para as listas eletrônicas de servidores;
- Envio do Boletim IFG Notícias para o mailing de servidores e alunos;
- Atendimento e contato com jornalistas de diversos veículos de comunicação do Estado e com a imprensa em geral para divulgação de notícias da Instituição;
- Atendimento direto aos profissionais da comunicação que procuraram o IFG;
- Agendamento de entrevistas nos veículos de comunicação do Estado, jornal impresso, rádio e televisão com reitor, Pró-Reitores, diretores, coordenadores e professores do IFG;
- Medição e controle das publicações oficiais realizadas para efeito do contrato de Publicidade Legal com a EBC e Imprensa Nacional. Publicação em jornal de grande circulação de editais e informações oficiais conforme prevê a legislação;
- Gestão e fiscalização de contratos para o recebimento de jornais impressos;
- Envio de fotografias para imprensa, além de preparação de banners e de conteúdo institucional conforme demandas;
- Cobertura jornalística e registro fotográfico das ações da gestão na Reitoria e Câmpus do IFG;
- Clipping – a reunião de notícias sobre o IFG e sobre educação continuou com a produção do clipping da educação, publicação diária e enviada ao mailing de servidores da Instituição.

RELAÇÕES PÚBLICAS

A Coordenação-Geral de Comunicação Social da Reitoria desenvolve ainda ações na área de relações públicas, contribuindo para o fortalecimento do nome da Instituição perante seus diversos públicos, quais sejam: alunos e servidores, meios de comunicação (imprensa), pais e sociedade em geral.

Dentre as atividades desenvolvidas no decorrer do ano, destacamos:

- Elaboração de roteiros para solenidades da Reitoria;
- Colação de grau de alunos dos Cursos Superiores do Câmpus Jataí, em 21/06/2012;
- Posse de Servidores em Aparecida de Goiânia e na Cidade de Goiás, em 27/04/2012;
- Cerimônia de início das aulas do Pró-Funcionário, em Aparecida de Goiânia, em 15/09/2012;
- 6º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica e 2º Encontro do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência do IFG, em 08/11/2012;
- Envio de roteiro-padrão para a organização de eventos para os Câmpus;
- Cerimônia de instalação do Núcleo de Pesquisas em Sistemas de Energia do Câmpus Itumbiara, em 28/03/2012;
- Cerimônia de conclusão do curso técnico subsequente em Edificações do Câmpus Anápolis, em 19/04/2012;
- Colação de grau de alunos dos cursos de Bacharelado em Informática e Licenciatura em Química e Cerimônia de conclusão dos cursos técnicos do Câmpus Inhumas, em 06/06/2012.
- Chefia de cerimonial e condução de solenidades como mestre de cerimônia pela Relações Públicas;

- Abertura do Congresso Institucional de Educação do IFG – I CONGRESSO PDI, em 08/02/2012;
- Abertura das atividades letivas no Câmpus Aparecida de Goiânia, em 23/04/2012;
- Posse dos membros do Conselho Superior do IFG, em 04/06/2012;
- Posse de Chefes de Departamento das Áreas Acadêmicas, em 04/06/2012;
- Cerimônia de registro do início das atividades do Câmpus Cidade de Goiás, em 15/06/2012;
- Cerimônia de início das aulas do Pró-Funcionário em Goiânia, em 14/09/2012;
- Aula Inaugural do Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis, em 20/09/2012;
- Cerimônia de posse dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFG, em 15/10/2012;
- Cerimônia de instalação da Comissão de Ética do IFG, em 16/10/2012;
- Ato Comemorativo à expansão do IFG em Jataí e à implantação do curso de Engenharia Civil, em 28/11/2012;
- Cerimonial para a realização de posses de servidores em: 07/02/2012; 19/04/2012; 27/04/2012; 20/09/2012; 28/09/2012; 21/11/2012 e 03/12/2012.
- Confeção e distribuição via correio eletrônico de cartões de aniversário aos servidores do IFG;
- Confeção e distribuição de cartões e/ou outros materiais alusivos a datas comemorativas (Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Servidor, Dia do Professor, Natal etc);
- Controle e empréstimos de materiais utilizados em eventos;
- Atendimento ao público que procurou a Instituição para divulgação de eventos;
- Integração da Coordenação-Geral de Comunicação Social à Comissão Organizadora da Segunda Edição dos Jogos Internos do IFG (JIF 2012), bem como a condução da cerimônia de abertura em 18/06/2012;
- Participação na organização do “1º Seminário Interinstitucional para servidores das Ifes” e 4ª Feira do Servidor, ocorridos em 22 e 23/11/2012.

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Na Comunicação Institucional, a área denominada "Programação Visual" é responsável pelo planejamento, criação, produção, controle e logística de todas as peças gráficas, eletrônicas, de impressão digital e demais itens institucionais produzidos pela Reitoria do Instituto Federal de Goiás.

Os projetos, campanhas ou *jobs*, atendem a demandas internas, como eventos, identidade visual, publicidade e marketing institucional, aproximadamente, este ano foram impressos 5.300 cartazes, 10.000 *flyers*, 345,42 m² de lona (impressão digital)* e publicados mais de 36 *banners* e outras mídias digitais. A área acompanha, aprova e administra os contratos de impressão gráfica, serigráfica e de materiais corporativos, por meio da Coordenação-Geral de Comunicação Social.

Além disso, dá suporte em relação a processos administrativos, licitatórios e contratuais da área de comunicação e processos de criação e produção gráfica aos dez Câmpus da instituição.

Seguem a relação de todos os *layouts* desenvolvidas e executados pela Coordenação-Geral de Comunicação Social em 2012:

1º Semestre

Materiais Gráficos

- Blocos institucionais para anotações 2012 (50 e 100 folhas);
- Pastas de papel com “faca” institucionais 2012;
- Certificado;

- Cartão-de-visita institucional;
- Cartão Aniversariantes 2012;
- Folder divulgação dos Mestrados do IFG e respectivas seleções;
- Cartaz cursos de Mestrado;
- Cartaz PIBIC.

Impressão digital

- Bem-Vindos Câmpus Cidade de Goiás;
- Bem-Vindos Câmpus Aparecida de Goiânia;
- Identidade Visual - Fachada da Reitoria;
- Institucional - Sala de Reuniões.

Digital/Web

- Papel de parede institucional 2012;
- Banner Digital Calendário Acadêmico 2012;
- *Button* Rádio Web;
- *Button* SIC;
- Cabeçalho para portal Dia da Mulher;
- Banner Digital Processo Seletivo 2012/1;
- Banner Digital PIBIC e PIBITI;
- Banner Digital Lei de Acesso à Informação;
- Banners Digitais Curso Acúcar e Álcool – EAD;
- Banner Digital Mestrados;
- Banner Digital Editora IFG - Edital para Publicação de Livros.

Campanha Congresso PDI

- Marca;
- Banner Digital;
- Bloco de anotações;
- Crachá;
- Flyer;
- Caderno Geral de Propostas;
- Banners) de lona;
- Bolsa em Tecido para armazenamento dos materiais do Congresso para entrega aos participantes;

JIF Goiás

Gestão e supervisão compartilhada de todo material produzido, tais como: Marca; Painel Fundo de Palco 5x3m; Faixa 3x0,8m; Convite; Banner Digital; Troféu; Medalhas; Crachá; Caneca; Squeeze; Camiseta.

Campanha Vestibular 2012/2

- Cartaz;
- Folder Programação;
- Banner Digital.

Campanha Vestibular – Novos Cursos

- Cartaz ;

- Cabeçalho para portal;
- Folder de programação.

Campanha Proeja 2012/2

- Flyer;
- Cartaz.

Outros itens

- 4 modelos de camisetas para o Programa Mulheres Mil (Inhumas, Luziânia, Itumbiara e Anápolis)
- Púlpito.

2º Semestre

Produção Gráfica;

- Agenda 2013;
- Cartaz de comunicado de entrega das agendas;
- Calendário 2013;
- Cartão de Natal;
- Cartaz Projeto Forma;
- Cartaz Feira do Servidor;
- Tag - Visitantes e Crachá – Estacionamento Identidade Visual – Micro-ônibus;
- 9 placas de identificação - Ar condicionado;
- 13 Placas de Obras - novembro e dezembro de 2012;
- Atualização de catálogo institucional - Português

Impressão Digital - Banners

- Dia do Servidor;
- Conferência UASNET;
- Autoavaliação Institucional 2011-2012.

Digital/Web

- Banners Digitais Greve;
- Banners Digitais Matrículas;
- Banner Digital PIBIC;
- Banners Digitais EAD;
- Banner Digital Dia dos Pais;
- Banner Digital Convite Mesa-Redonda;
- Banner Digital Ciências sem Fronteiras;
- Banner Digital Comunicado Vestibular 2012/2;
- Cabeçalho para portal Dia do Professor;
- Banner Digital Dia do Servidor;
- Banner Digital I Campanha de Arrecadação de Brinquedos;
- Banner Digital Autoavaliação Institucional 2011-2012;
- Cartão Aniversariantes 2013;
- Button Extensão.

Outros itens

- Sacola em juta;

- Pasta em couro;
- Caneta;
- Camiseta Pronatec.

Campanha Processo Seletivo e Vestibular 2013/1

- Flyer;
- 11 Cartazes - A2 e A3;
- Banner Digital;
- Capa para Facebook;
- Faixa para Câmpus;
- Página inicial para portal;

E-mail marketing

Campanha Proeja 2013/1

- Flyer;
- Cartaz;
- Capa para Facebook;
- Banner Digital;
- E-mail marketing.

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO IFG

No final de 2011 o setor de Comunicação Social do Instituto Federal de Goiás (IFG) iniciou a elaboração do Termo de Referência para realização de licitações para o desenvolvimento das ações de comunicação institucional para o ano de 2012.

O processo licitatório foi concluído no início de 2012 e refere-se ao Edital 39/2012, que originou os contratos 54/2012; 55/2012 e 56/2012. No estudo feito pela Coordenação-Geral de Comunicação Social para o planejamento dos itens a serem licitados foram levados em consideração fatores que foram além apenas das necessidades institucionais, mas com forte relação com os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade.

Por isso, o Termo de Referência apresenta itens em consonância com a chamada “Licitação Sustentável”. Desta maneira, os processos de seleção e quantificação foram feitos em conformidade com as necessidades de manutenção e preservação sustentável do meio ambiente, atendendo-se ao disposto no artigo 15, parágrafo 7º, inciso II, da Lei federal no 8.666/93.

Um dos objetos de consumo para confecção de parte dos materiais gráficos selecionados pelo setor foi o papel reciclado.

Além disso, a partir da finalização da licitação e assinatura dos contratos que possibilitaram a execução de materiais gráficos e serigráficos para o IFG, a Coordenação-Geral de Comunicação Social começou a trabalhar, na concepção de suas peças gráficas e respectivos layouts, com temáticas relacionadas ao conceito de Sustentabilidade.

Foram desenvolvidas ações que demonstram a importância do tema, conscientizando a todos da responsabilidade social de cada cidadão e do Instituto Federal de Goiás (IFG) na consecução do objetivo de promover o bem de todos na preservação de um ambiente ecologicamente equilibrado.

Um dos temas trabalhado foi a Reciclagem. Em atendimento à solicitação feita pela Pró-Reitoria de Administração do IFG, o setor executou a impressão de uma cartilha intitulada Coleta Seletiva Solidária – Cidadania, Oportunidade de Renda e Inclusão Social.

A cartilha impressa foi coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério das Cidades, com conteúdos sobre Coleta Seletiva; Como Implantar a Coleta Seletiva Solidária; 5 Rs (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar); além da legislação.

Foram impressas 2200 cartilhas, que foram enviadas aos 10 Câmpus do IFG (Aparecida de Goiânia, Anápolis, Cidade de Goiás, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Formosa, Luziânia e Uruaçu).

Outro material que merece destaque por sua relação direta com os conceitos da Licitação Sustentável, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade é a Agenda IFG 2013, produzida e executada em 2012 pela Coordenação-Geral de Comunicação Social.

Em consonância com o objetivo institucional de sustentabilidade é que o tema da Agenda 2013 foi baseado nos quatro componentes da Natureza: água, ar, terra e energia, despertando a reflexão e o pensamento sustentável. A Agenda contém todos os elementos que remetem à sustentabilidade, destacando não apenas o meio ambiente, mas também ações sustentáveis que podem ser aplicadas no cotidiano de cada um.

O papel reciclado, o conceito sustentável e os elementos inseridos na Agenda iniciam o processo do despertar para esse pensamento sustentável, que será aplicado também nos demais materiais a serem produzidos pelo setor nos próximos anos.

Além da Agenda 2013, podemos citar outros itens licitados que possuem o foco na Sustentabilidade: sacolas ecológicas em juta natural ou algodão cru; blocos de anotação (100 e 50 páginas), em papel reciclado; capa para CD/DVD em papel reciclado; Cartilhas em vários formatos, também em papel reciclado; folder em papel reciclado e ainda Certificado em tamanho A4 em papel reciclado. Além desses itens, um dos contratos permite a execução de camiseta em malha de fibra de garrafa PET Reciclada.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

O Instituto Federal de Goiás (IFG) implantou, em 2012, o seu Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O serviço permite que qualquer cidadão pode solicitar informações por e-mail, pelo sistema e-SIC, criado pela Controladoria Geral da União, por telefone e também pessoalmente, em qualquer unidade da Instituição.

O SIC do IFG entrou em operação no dia 16 de maio, atendendo às exigências da Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública. A lei tem como princípio que as informações produzidas e armazenadas no serviço público são da sociedade e não do órgão que a produz e que é responsável pela sua guarda e conservação.

Para garantir o acesso do público a estas informações, a lei estabelece duas formas de transparência: a ativa e a passiva. Na transparência ativa, as principais informações são disponibilizadas, independentemente de demanda. Na transparência passiva, as informações devem ser disponibilizadas a quem demandar.

O IFG pratica a transparência ativa, disponibilizando as principais informações sobre sua atuação em seu portal na internet. Para atender às exigências específicas da lei, que detalha quais informações devem ser divulgadas, a Instituição criou em seu portal o link para o acesso à informação: <http://www.ifg.edu.br/sic/>, onde ficarão concentradas as informações institucionais classificadas como obrigatórias e outras informações relevantes.

A transparência passiva, que antes era praticada sem uma metodologia específica, apenas com o atendimento ao público, por telefone, e nas unidades da Instituição, foi aprimorada com a criação e implantação do SIC.

Durante o ano de 2012, o SIC foi acessado pelo público em geral, principalmente por telefone e pelo sistema e-SIC. Nenhuma consulta foi feita pessoalmente. Todas as demandas foram respondidas e não houve nenhuma reclamação por falta de atendimento.

De maio a dezembro de 2012 foram recebidas e respondidas pelo SIC um total de 902 consultas, sendo 205 consultas pelo email institucional; 63 consultas pelo e-SIC, sistema da Controladoria Geral da União – CGU – e dentre estas, 5 não foram atendidas porque não eram da competência do IFG; e 634 consultas por telefone.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O controle no âmbito do IFG é exercido pela Unidade de Auditoria e Interna e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento à Reitoria, responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Além do assessoramento à Reitoria, a AUDIN fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. O Regimento Interno do IFG, em fase de elaboração, vinculará administrativamente a Auditoria Interna ao Conselho Superior da Instituição, conforme o ofício nº 572/2012/GAB/IFG destinado ao Controle Interno em 13 de novembro de 2012. Atualmente a equipe da AUDIN é composta por três auditores.

De acordo com a previsão contida no artigo nº 15, § 5º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2.000, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Reitor, à aprovação do Conselho Superior, e após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi estabelecida pelo Art. 15 do Regimento Geral do IFG:

Art. 15. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio, responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referente à avaliação institucional, visando o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

A avaliação elaborada pela CPA tem o objetivo de melhorar o desempenho do IFG nas suas áreas de atuação, elevando, assim, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. É por meio das respostas que a comissão pode direcionar se o IFG está cumprindo ou não suas metas.

Os Controles Internos Administrativos constituem-se em uma série de ações integradas e são um processo pelo qual o Instituto Federal de Goiás - IFG atua para atingir seus objetivos institucionais, buscando razoável segurança para o seu sistema de gestão nas seguintes categorias:

- eficácia e eficiência das operações;
- confiabilidade de relatórios financeiros; e
- cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis.

As atividades de controle desenvolvidas dentro do IFG procuram propiciar que os objetivos da gestão sejam alcançados e que sejam visualizadas estratégias para mitigação dos riscos. Dentre as diversas formas de atuação, a Instituição tem investido na capacitação profissional de seus servidores, melhorando a competência e a confiabilidade dos trabalhos; tem definidos de forma clara a autoridade e responsabilidade de cada uma das suas Pró-Reitorias; e tem trabalhado na elaboração de regulamentos e normas internas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) atuou na expansão do desenvolvimento das ações de comunicação social, com foco em ações para o público interno e

externo. Para dar suporte a essas ações, vários itens informacionais foram elaborados e executados para adequada divulgação dos programas e ações do IFG, suas Pró-Reitorias e seus câmpus.

Foram feitas orientações sobre a correta aplicação das logomarca institucional, por exemplo, conforme Manual de Aplicação da Marca e diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/Mec). As mesmas orientações foram feitas quanto a correta aplicação do Brasão da República, logomarca do Ministério da Educação e outros órgãos do Governo Federal, além das marcas dos programas federais desenvolvidos no âmbito do IFG, como por exemplo o Programa Mulheres Mil e Pronatec.

A gestão do portal institucional na Internet, bem como as páginas de cada um dos câmpus, teve acompanhamento efetivo da gestão. Também há monitoramento nas atividades de Recursos Humanos, Diárias e Passagens, Operações Contábeis, Orçamento, Transportes, Patrimônio, Aquisições e Contratos, Bolsas de Monitoria e Programa de Educação Tutorial (PET).

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Informações do Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ no Anexo 1.

3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Ainda não há sistema de correição normatizado no IFG, entretanto, os processo de encaminhamento de denúncias recebidas pelo SIC, Auditoria ou qualquer servidor são encaminhados para a Comissão de Ética, nos casos de infrações de caráter ético, ou para o Gabinete para instalação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos casos de infrações disciplinares.

3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O registro intempestivo das informações ocorreu devido ao servidor responsável pelo sistema CGU-PAD e que se aposentou, ter interpretado equivocadamente a legislação, pois havia entendido que todas as etapas seriam registradas conjuntamente após a finalização do PAD. Foi Designado outro servidor que será capacitado para atendimento e cumprimento da portaria nº 1.043 da CGU.



4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

O Instituto Federal de Goiás não tem **responsabilidade integral ou parcial por programas do Plano Plurianual vigente**, apenas executa ações vinculadas a estes programas. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 150, de 03/07/2012, não serão apresentadas informações referentes aos quadros **A.4.1 – Informações sobre os programas temáticos, A.4.2 – Informações sobre os objetivos vinculados a programas temáticos, A.4.3 – Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos e A.4.5 – Informações sobre programas de gestão, manutenção e serviço ao estado**. Estes estão sob a responsabilidade da Administração Direta, que é gestora de todos os Programas de Governo vinculados a esta UJ.

4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4.1 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.

Identificação da Ação						
Código	2030.20RJ					
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica					
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
180.214,00	406.274,00	390.115,28	332.814,71		57.300,57	332.814,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	270	510	180.214,00	390.115,28

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Quadro A.4.4.2 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.

Identificação da Ação	
Código	2031.20RG
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.200.000,00	8.834.066,00	7.200.000,00			7.200.000,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Vaga disponibilizada	Unidade	4.250	4.614	7.700.000,00	7.200.000,00
02	Vaga disponibilizada	Unidade	100		1.000.000,00	
03	Vaga disponibilizada	Unidade	01		500.000,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Obs.: As metas físicas e financeiras previstas para esta ação não foram realizadas totalmente devido a não liberação de limite para empenho. Trata-se de emendas parlamentares.

Quadro A.4.4.3 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.

Identificação da Ação						
Código	2031.20RL					
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
43.639.192,00	48.633.914,00	43.541.073,18	33.760.578,24	255.542,88	9.780.494,94	33.505.035,36
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Aluno matriculado	Unidade	15.350	12.129	43.639.192,00	43.551.886,10

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Obs.: Foram feitas duas descentralizações para outras unidades orçamentárias e gestoras, sendo uma para Universidade Federal de Goiás no valor de R\$ 5.808,76 e a outra para Ministério da Defesa – Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças de R\$ 5.004,16, totalizando em R\$ 10.812,92. O que representa a diferença entre os dados do SIAFI GERENCIAL e o SIMEC para as despesas empenhadas/realizadas.

Quadro A.4.4.4 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.

Identificação da Ação	
Código	2031.2994

Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional					
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.884.267,00	3.884.267,00	3.845.660,30	3.845.660,30	520,00		3.845.140,30
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Aluno assistido	Unidade	15.000	31.179	3.884.267,00	3.845.660,30

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Quadro A.4.4.5 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos.

Identificação da Ação						
Código	2031.6358					
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional					
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
205.200,00	205.200,00	160.781,76	160.781,76	2.709,27		158.072,49
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa capacitada	Unidade	120	175	205.200,00	160.781,76

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

4.1.6. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação	
Código	0089.0181
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Unidade Orçamentária		26429 – Instituto Federal de Goiás				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.709.999,00	24.949.999,00	24.540.472,37	24.540.472,37			23.224.469,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
*						

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

* O servidor designado para os lançamentos de ações no Sistema SIMEC somente tem acesso a 6 (seis) ações: 2109.2004.26429.0052; 2109.2010.26429.0052; 2109.2011.26429.0052; 2109.2012.26429.0052; 2109.20CW.26429.0052 e 2109.4572.26429.0052. Portanto, não foi possível preencher as informações referentes às Metas do Exercício para a Ação – Meta Física e Meta Financeira (prevista e realizada).

Quadro A.4.6.2 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código		2109.00ID				
Descrição		Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF				
Unidade Responsável		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás				
Unidade Orçamentária		26429 – Instituto Federal de Goiás				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
52.580,00	52.580,00	52.579,00	52.579,00			52.579,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
*						

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

* O servidor designado para os lançamentos de ações no Sistema SIMEC somente tem acesso a 6 (seis) ações: 2109.2004.26429.0052; 2109.2010.26429.0052; 2109.2011.26429.0052; 2109.2012.26429.0052; 2109.20CW.26429.0052 e 2109.4572.26429.0052. Portanto, não foi possível preencher as informações referentes às Metas do Exercício para a Ação – Meta Física e Meta Financeira (prevista e realizada).

Quadro A.4.6.3 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código		2109.09HB				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás				
Unidade Orçamentária		26429 – Instituto Federal de Goiás				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.999.965,00	17.196.807,00	16.870.741,88	16.870.741,88			16.870.741,88
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
*						

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

* O servidor designado para os lançamentos de ações no Sistema SIMEC somente tem acesso a 6 (seis) ações: 2109.2004.26429.0052; 2109.2010.26429.0052; 2109.2011.26429.0052; 2109.2012.26429.0052; 2109.20CW.26429.0052 e 2109.4572.26429.0052. Portanto, não foi possível preencher as informações referentes às Metas do Exercício para a Ação – Meta Física e Meta Financeira (prevista e realizada).

Quadro A.4.6.4 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código	2109.2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.800.000,00	2.271.521,00	2.265.350,49	2.265.350,49			2.265.350,49
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	1.579	2.575	1.800.000,00	2.265.350,49

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Quadro A.4.6.5 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código	2109.2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
162.000,00	210.018,00	205.788,98	205.788,98			205.788,98
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criança atendida	Unidade	182	234	162.000,00	205.788,98

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Quadro A.4.6.6 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação	
Código	2109.2011
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	



Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.092.000,00	1.142.000,00	1.125.756,70	1.125.756,70			1.125.756,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	591	649	1.092.000,00	1.125.756,70

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Quadro A.4.6.7 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código		2109.2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás				
Unidade Orçamentária		26429 – Instituto Federal de Goiás				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.960.000,00	4.984.689,00	4.970.551,07	4.970.551,07			4.970.551,07
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	1.086	1.650	3.960.000,00	4.970.551,07

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Quadro A.4.6.8 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código		2109.20CW				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Unidade Responsável		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás				
Unidade Orçamentária		26429 – Instituto Federal de Goiás				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.653,00	80.653,00					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	448		80.653,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Obs.: Não houve realização de exames periódicos no ano de 2012.

Quadro A.4.6.9 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código		2109.20TP				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Unidade Responsável		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás				
Unidade Orçamentária		26429 – Instituto Federal de Goiás				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						



Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
69.002.475,00	97.212.475,00	94.310.976,78	94.310.976,78			88.250.287,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
*						

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

* O servidor designado para os lançamentos de ações no Sistema SIMEC somente tem acesso a 6 (seis) ações: 2109.2004.26429.0052; 2109.2010.26429.0052; 2109.2011.26429.0052; 2109.2012.26429.0052; 2109.20CW.26429.0052 e 2109.4572.26429.0052. Portanto, não foi possível preencher as informações referentes às Metas do Exercício para a Ação – Meta Física e Meta Financeira (prevista e realizada).

Quadro A.4.6.10 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.

Identificação da Ação						
Código	2109.4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					
Unidade Orçamentária	26429 – Instituto Federal de Goiás					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.070.500,00	1.656.356,00	1.444.914,49	351.560,79	2.188,86	1.093.353,70	349.371,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	900	1.645	1.070.500,00	1.444.914,49

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SIMEC.

Análise Crítica

- Na execução da ação 20RJ-Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica, as metas físicas e financeiras foram superadas, respectivamente, em 89% e 116%. A execução dessa ação no IFG tem-se dado por meio do projeto FORMA que tem por objetivo geral desenvolver ações de formação continuada de professores da rede pública do estado de Goiás quanto à mediação de leitura, educação e direitos humanos, inclusão digital, relações étnico-raciais e diversidade no ambiente escolar, em atendimento à chamada pública do Ministério da Educação. No exercício de 2012 o projeto foi realizado nos Câmpus Aparecida de Goiânia, Anápolis, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu. A superação da meta deve-se basicamente a grande procura pelos cursos ofertados pelo projeto e a implantação do Câmpus Aparecida de Goiânia, que inicialmente não fazia parte do projeto. Os RP não processados da ação representa 14,7% da despesa empenha na ação e corresponde essencialmente a aquisições de equipamentos e materiais permanentes realizadas no final do exercício.
- Na ação 20GR-Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, observa-se que a meta financeira realizada atingiu 78,3% da meta prevista e a meta



física prevista foi superada em 8,56% pela realizada. A superação da meta física deu-se em função do início de funcionamento dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás. Por outro lado, a meta financeira realizada foi apenas de 78,3% da meta prevista em função que R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) tratavam-se de emendas parlamentares que não foram desbloqueadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para execução. Os RP não processados da ação representa 100% da despesa empenha na ação e corresponde a contratação de empresa de engenharia para construção do Câmpus Valparaíso que teve licitação realizada no final do exercício.

- c) Na execução da ação 20RL-Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica nota-se que a meta física alcançada corresponde a 79% da meta física prevista, enquanto que a meta financeira foi praticamente atingida (99,8%). A adequação das matrizes de cursos ofertados pelo IFG e o adiamento da entrada em funcionamento do Câmpus Águas Lindas são apontados como as principais razões para que a meta física realizada ficasse abaixo da meta prevista. Os RP não processados da ação representa 22,5% da despesa empenha na ação e corresponde em sua maioria a aquisições de equipamentos e materiais permanentes realizadas no final do exercício.
- d) A ação 2994-Assistência ao Educando da Educação Profissional apresentou uma superação da meta física prevista em 107,8%, enquanto que a meta financeira realizada corresponde a 99% da meta prevista. Essa significativa superação da meta prevista deve-se a implantação do Política Institucional de Assistência ao Educando com a implantação dos auxílios permanência (moradia, alimentação, transporte), do auxílio aos estudantes da educação de jovens e adultos, do auxílio alimentação aos alunos do técnico integrado em tempo integral, a manutenção dos programas de estágio, monitoria, iniciação científica, além do auxílio financeiro à estudantes para a realização das atividades extraclasse e visitas técnicas.
- e) Na execução da ação 6358-Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional observa-se que a meta física prevista foi superada em 45,8%. Por outro lado, nota-se que a meta financeira realizada corresponde a 78% da meta prevista.

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

No quadro a seguir são apresentadas as informações identificadoras da Unidade Orçamentária (UO) que recebem os créditos orçamentários utilizados pela UJ.

Quadro A.4.7 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	26.429	158153

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

4.2.2. Programação de Despesas

Este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, que devem ser demonstradas em três quadros, a saber: Programação de



Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro Resumo da Programação da Despesa e da Reserva de Contingência. Além dos três quadros acima especificados, a UJ apresenta uma análise crítica da programação orçamentária.

4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes

O quadro a seguir, denominado Programação de Despesas Correntes, está organizado como uma planilha contendo três (3) colunas duplas, que contemplam os três grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida e 3- Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2012 e 2011. As linhas, por sua vez, estão divididas em dois grupos de informação: LOA e CRÉDITOS, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir:

Quadro A.4.8 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	104.712.439,00	75.918.177,00			36.153.524,00	26.742.457,00
	PLoa	104.712.439,00	75.918.177,00			36.153.524,00	26.742.457,00
	LOA	104.712.439,00	75.918.177,00			36.153.524,00	26.742.457,00
CRÉDITOS	Suplementares	34.646.842,00	32.052.709,00			3.036.101,00	1.417.112,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		139.359.281,00	107.970.886,00			39.189.625,00	28.159.569,00

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

O quadro denominado Programação de Despesas de Capital, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida. Para cada grupo de despesa estão informados os valores relativos aos exercícios de 2012 e 2011.

Quadro A.4.9 - Programação de Despesas de Capital.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas de Capital		
	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
	Exercícios	Exercícios	Exercícios



		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	26.173.082,00	28.153.458,00				
	PLOA	26.173.082,00	28.153.458,00				
	LOA	29.173.082,00	28.353.458,00				
CRÉDITOS	Suplementares	279.756,00	965.066,00				
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados*	-500.000,00					
Outras Operações							
Total		28.952.838,00	29.318.524,00				

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

* Os Créditos Cancelados referem-se a Emenda Parlamentar alocada na LOA do Instituto Federal de Goiás por equívoco, pois a mesma trata-se de concessão de créditos orçamentários para o Câmpus Rio Verde do Instituto Federal Goiano.

4.2.2.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

O quadro denominado Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência, apresentado a seguir, é um quadro resumo dos dois demonstrativos anteriores contemplando ainda a Reserva de Contingência. Para esta não há programação no exercício de 2012.

Quadro A.4.10 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência. Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	140.865.963,00	102.660.634,00	26.173.082,00	28.153.458,00		
	PLOA	140.865.963,00	102.660.634,00	26.173.082,00	28.153.458,00		
	LOA	140.865.963,00	102.660.634,00	29.173.082,00	28.353.458,00		
CRÉDITOS	Suplementares	37.682.943,00	33.469.821,00	279.756,00	965.066,00		
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados			-500.000,00			
Outras Operações							
Total		178.548.906,00	136.130.455,00	28.952.838,00	29.318.524,00		

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL.

4.2.2.4. Análise Crítica

a) Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ:

Na análise dos quadros da Programação Orçamentária das despesas, a situação demonstrada reflete um aumento na LOA do Instituto Federal de Goiás de 2011 para 2012, principalmente, nas Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, que apresentaram um crescimento de 37,9% e 35,2% respectivamente, em relação ao exercício de 2011. O aumento dessas despesas é consequência do crescimento e da expansão da UJ com a implantação de novos Câmpus nas Cidades de Aparecida de Goiânia e Goiás, e a consolidação da implantação dos Câmpus Anápolis, Formosa, Luziânia, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu, além da recomposição do quadro de pessoal dos Câmpus Goiânia e Câmpus Jataí. Destaca-se ainda que as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes tiveram, respectivamente, uma suplementação orçamentária de 33,1% e 8,4%. Desse modo, os limites orçamentários para essas despesas foram compatíveis com às necessidades de crédito do IFG para cumprimento da sua programação de trabalho no exercício de 2012.

No que se refere às Despesas de Capital, observa-se um crescimento de 2% na LOA de 2012 em relação à LOA do exercício de 2011. No entanto, como houve Créditos Cancelados no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), referente à Emenda Parlamentar alocada na LOA do Instituto Federal de Goiás por equívoco, pois a mesma tratava-se de concessão de créditos orçamentários para o Câmpus Rio Verde do Instituto Federal Goiano, e ocorreu Créditos Suplementares no valor de R\$279.756,00 (duzentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais), ao final os créditos orçamentários de Investimentos tiveram uma redução de 1,2% em relação ao exercício de 2011. Essa redução explica-se pelo fato de que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), diferentemente do que ocorreu em 2011, optou em 2012 em trabalhar com descentralização de créditos orçamentários para atender as demandas de investimento, em especial no que se refere à reestruturação da rede. Desse modo, os limites orçamentários para Despesas de Investimento não foram compatíveis com as necessidades de crédito do IFG para cumprimento da sua programação de trabalho no exercício de 2012.

No que se refere ao comportamento da proposta orçamentária, desde sua elaboração até a publicação da LOA foi observado um acréscimo de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) nos créditos orçamentários de Despesas de Capital, em função de apresentação de emendas parlamentares apresentadas ao orçamento por parlamentares goianos em favor do IFG.

b) Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

No geral observa-se um crescimento de 25,4% no orçamento do IFG no exercício de 2012 em relação ao exercício de 2011, com destaque para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, que apresentaram um crescimento de 37,9% e 35,2% respectivamente. No que se refere às Despesas de Investimento, nota-se uma redução de 1,2% em relação ao exercício de 2011. Essa redução explica-se pelo fato de que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), diferentemente do que ocorreu em 2011, optou no exercício de 2012 em trabalhar com descentralização de créditos orçamentários para atender as demandas de investimento, em especial no que se refere à reestruturação da rede.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna ou Externa

O quadro denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ, ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada à UJ que não componha o Relatório de Gestão. Para efeito deste demonstrativo conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo Órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos.

Este Quadro contempla cinco colunas e está dividido em dois grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	150016		6380			415.938,40
		152734		6380			1.014.394,25
		153173		20RW			2.186.284,66
		153173		8252			459.006,35
		153173		8744			31.436,34
200016		6247			499.999,72		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	150016		6380	35.380,35		
		152734		6380	151.895,30		
		152734		20RG	32.710.106,32		
	153173		8252	41.868,51			
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, quais sejam: Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ e Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

Os conjuntos dos demonstrativos citados são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários

Os quadros a seguir destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação.

4.2.4.1.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

O quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2012 e 2011. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundos, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio da Folha de Pagamento e de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros” são consideradas as despesas que não se enquadram nos itens anteriores.

Quadro A.4.12 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	27.731.332,18	26.335.872,19	27.525.139,17	25.304.436,19
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	6.540.549,46	15.273.541,28	6.540.549,46	14.434.043,84
d) Pregão	21.190.782,72	11.062.330,91	20.984.589,71	10.870.392,35
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	3.034.657,34	3.410.518,86	2.990.196,12	2.838.885,02
g) Dispensa	2.817.644,30	3.309.050,08	2.773.183,08	2.737.416,24
h) Inexigibilidade	217.013,04	101.468,78	217.013,04	101.468,78
3. Regime de Execução Especial	5.653,98	1.049,89	5.653,98	1.049,89
i) Suprimento de Fundos	5.653,98	1.049,89	5.653,98	1.049,89
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	146.369.120,80	114.319.961,66	138.986.970,78	114.319.961,66
j) Pagamento em Folha	145.703.526,45	113.772.052,99	138.326.833,94	113.772.052,99
k) Diárias	665.594,35	547.908,67	660.136,84	547.908,67
5. Outros	5.663.661,69	2.825.569,38	5.658.812,42	2.785.079,83
6. Total (1+2+3+4+5)	182.804.425,99	146.892.971,98	175.166.772,47	145.249.412,59

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

O quadro denominado Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários, contém quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios 2012 e 2011.

As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa deve ter os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2012 discriminados em ordem decrescente desse montante, enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo” acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Quadro A.4.13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários.

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 - Despesas de Pessoal	135.722.191,03	106.102.775,10	135.722.191,03	106.102.775,10			128.345.498,52	106.102.775,10
319011-Vencimentos Vant. Fixas	90.361.107,10	68.476.672,29	90.361.107,10	68.476.672,29			84.300.417,34	68.476.672,29
319001-Aposentadorias e Reformas	21.101.574,12	17.442.644,81	21.101.574,12	17.442.644,81			19.785.571,37	17.442.644,81
319113-Obrigações Patronais	17.529.477,97	14.528.742,70	17.529.477,97	14.528.742,70			17.529.477,97	14.528.742,70
Demais elementos do Grupo	6.730.031,84	5.654.715,30	6.730.031,84	5.654.715,30			6.730.031,84	5.654.715,30
2- Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	37.933.669,62	26.822.795,81	33.374.866,17	20.450.570,65	4.558.803,45	6.372.225,16	33.169.584,12	20.225.524,83
339039-Serviços Pessoa Jurídica	12.357.726,91	4.905.595,75	8.827.879,53	3.335.745,58	3.529.847,38	1.569.850,17	8.712.810,07	3.197.022,86
339037-Locação de Mão-de-Obra	8.198.778,80	5.665.814,96	7.463.849,47	5.304.068,14	734.929,33	361.746,82	7.389.029,06	5.299.456,53
339018-Aux. Financ. Estudantes	5.203.866,48		5.203.866,48				5.199.017,21	
339030-Material de Consumo		5.124.631,11		732.167,17		4.392.463,94		690.945,23
339046-Auxílio Alimentação								
Demais elementos do Grupo	12.173.297,43	11.126.753,99	11.879.270,69	11.078.589,76	294.026,74	48.164,23	11.868.727,78	11.038.100,21
DESPESAS CAPITAL								
Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

4 - Investimentos	27.279.714,55	28.984.133,16	13.707.368,79	20.339.626,23	13.572.345,76	8.644.506,93	13.651.689,83	18.921.112,66
449051-Obras e Instalações	16.514.989,74	20.709.051,91	7.206.470,33	17.603.663,51	9.308.519,41	3.105.388,40	7.206.470,33	16.242.317,67
449052-Equip.Mat.Permanente	10.764.724,81	7.943.081,25	6.500.898,46	2.683.962,72	4.263.826,35	5.259.118,53	6.445.219,50	2.626.794,99
449061-Aquisição de Imóveis		280.000,00				280.000,00		
Demais elementos do Grupo		52.000,00		52.000,00				52.000,00
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito anteriormente, o segundo demonstrativo, denominado Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.020.904,17	20.351.347,44	1.930.628,96	20.278.964,71
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	1.363.402,14	19.891.938,71	1.318.678,90	19.819.555,98
d) Pregão	657.502,03	459.408,73	611.950,06	459.408,73
e) Concurso				
f) Consulta				



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
2. Contratações Diretas (g+h)	70.000,00	3.200,00	38.216,61	3.200,00
g) Dispensa	70.000,00	3.200,00	38.216,61	3.200,00
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal	24.798,19	8.609,38	24.349,92	8.609,38
j) Pagamento em Folha		1.712,55		1.712,55
k) Diárias	24.798,19	6.896,83	24.349,92	6.896,83
5. Outros	2.371.233,78	57.177,13	2359.833,78	57.177,13
6. Total (1+2+3+4+5)	4.486.936,14	20.420.333,95	4.353.029,27	20.347.951,22

Fonte: SIAFI GERENCIAL, observando que existe no exercício de 2011 a execução orçamentária de quatorze milhões, quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e doze centavos (R\$ 14.004.282,12) do IFB na Modalidade Concorrência.

4.2.4.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do Quadro A.4.13.

Quadro A.4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1- Despesas de Pessoal								
2- Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	4.606.510,87	94.486,51	3.147.757,76	68.986,51	1.458.753,11	25.500,00	3.015.390,89	68.986,51
339039-Serviços de Pessoa Jurídica	1.436.795,41	25.500,00	581.503,56		855.291,85	25.500,00	465.561,46	
339018-Auxílio Financeiro Estudantes	1.390.208,78		1.390.208,78				1.378.808,78	
339048-Outros Aux. Pes. Física	935.925,00		935.925,00				935.925,00	

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
339036-Serviços Pessoa Física		26.201,45		26.201,45				26.201,45
339020-Auxílio Financ. Pesquisadores		20.200,00		20.200,00				20.200,00
Demais elementos do Grupo	843.581,68	22.585,06	240.120,42	22.585,06	603.461,26		235.095,65	22.585,06
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4- Investimentos	32.939.250,48	26.747.054,10	1.339.178,38	20.351.347,44	31.600.072,10	6.395.706,66	1.337.638,38	20.278.964,71
449051-Obras e Instalações	32.710.106,32	24.684.641,10	1.292.656,33	19.891.938,71	31.417.449,99	4.792.702,39	1.292.656,33	19.819.555,98
449052-Equip. Mat. Permanente	229.144,16	2.062.413,00	46.522,05	459.408,73	182.622,11	1.603.004,27	44.982,05	459.408,73
Demais elementos do Grupo								
5- Inversões Financeiras								
6- Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2.3. Análise Crítica

a) Alterações significativas ocorridas no exercício:

As principais alterações nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, são caracterizadas pelo crescimento da despesa empenhada nos grupos de Despesa de Pessoal e de Outras Despesas Correntes em 27,9% e 41,4%, respectivamente, em relação ao exercício de 2011. Por outro lado, as Despesas de Capital empenhadas em 2012 apresentaram uma redução de 5,6% em relação ao exercício de 2011. Essa redução deve-se basicamente a duas razões: a) bloqueio das emendas parlamentares e b) alocação de recursos para reestruturação da Rede Federal pela SETEC, por meio de descentralização de créditos de movimentação.

O crescimento dos empenhos das Despesas de Pessoal e de Outras Despesas Correntes é resultado da expansão do IFG com a implantação de novos Câmpus, com consequente aumento do quadro de servidores (docentes e técnico-administrativos) e o aumento de vagas disponibilizadas. Em Outras Despesas Correntes destaca-se também a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) no segundo semestre de 2012, que impactou diretamente nas despesas de custeio da Instituição.



No que se refere aos montantes despendidos por modalidade de contratação, observa-se em 2012 um crescimento do somatório de todas as modalidades de contratação em 24,4% em relação ao exercício de 2011, com destaque para o crescimento do pagamento de pessoal (28%). Em relação às modalidades de licitação destaca-se a modalidade do pregão que representa 76,4% do total, enquanto que no exercício de 2011 representava 42%.

b) Contingenciamento no exercício: NÃO OCORREU NO PERÍODO.

c) Eventos negativos/positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária:

Cita-se como eventos negativos o bloqueio das emendas parlamentares e a opção da SETEC em não alocar recursos orçamentários diretamente na LOA para a reestruturação da Instituição.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No atendimento as orientações da Portaria nº 150, de 03/07/2012, as **informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (item 5.1), Transferências Recebidas e Realizadas (item 5.3), Renúncia Tributária (item 5.5) e Gestão de Precatórios (item 5.6)**, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2012.

5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O quadro a seguir contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.715.942,12	1.062,69	1.712.734,65	2.144,78
2010	112.725,94	871,63	110.398,31	1.456,00
2009	14.968,00		14.968,00	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	21.437.938,75	490.982,17	18.975.261,97	1.971.694,61
2010	619.074,87	88.849,97	507.103,90	23.121,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL



5.2.2. Análise Crítica

O IFG tem envidado esforços para cumprir todos os compromissos assumidos durante o exercício. Diante disso, tem feito junto aos fornecedores e às empresas contratadas, gestões para agilizar e concluir os serviços contratados e as aquisições realizadas em conformidade com o cronograma físico-financeiro. O resultado desse trabalho pode é observado na redução do saldo a pagar em 31/12/2012 de RP processados e não processados que representam, respectivamente, 0,19% e 9,04% do montante inscrito no início do exercício.

Nas razões para a existência de RP destaca-se à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, que constava no PPA 2008-2011, e consta no PPA 2012-2015 e representa grandes investimentos em todos os estados da federação. Diante disso, o IFG, comprometido com esta política de governo, está implantando desde 2007, mais treze (13) Câmpus (Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Luziânia, Novo Gama, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso). Neste período a Instituição tem investido intensamente na construção dessas unidades de ensino e na implantação da área administrativa e acadêmica com a aquisição de equipamentos e material permanente. Tudo isso, tem levado a assumir compromissos, muitas vezes, no encerramento do exercício gerando os restos a pagar.

Por fim, é relevante afirmar que os Restos a Pagar Processados e Não Processados do IFG não ultrapassaram mais de um exercício financeiro sem o embasamento legal, conforme quadro anterior.

5.4. SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

A despesa realizada por meio de suprimento de fundos está demonstrada por meio de quatro (4) demonstrativos: o primeiro está evidenciando o montante de despesas realizadas por meio do suprimento de fundos, discriminando-se entre as despesas efetuadas por meio de utilização da **Conta Tipo “B”** e as efetuadas por meio do **CPGF**; o segundo detalha a despesa realizada por meio da concessão de suprimento de fundos para ser efetuada por meio da utilização da conta corrente **Tipo “B”**; o terceiro evidencia a despesa realizada com a utilização do cartão de crédito (CPGF); o quarto, por fim, demonstrará a evolução da utilização do suprimento de fundos ao longo do tempo, segregando-se as despesas realizadas via **CPGF** e **Conta Tipo “B”**.

No atendimento as orientações da Portaria nº 150, de 03/07/2012, as **informações sobre as despesas efetuadas por meio de utilização da Conta Tipo “B” (item 5.4.1.2)**, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2012, pois a Instituição não possui Conta Tipo “B”.



5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

No quadro a seguir, correspondente ao primeiro demonstrativo citado. Compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG, código e nome; Tipo de suprimento de fundo: Conta tipo B, CPGF; total geral utilizado pela UG e total utilizado pela UJ.

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF). Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
158430	Câmpus Goiânia		1.726,68	2.817,30	4.543,98
158431	Câmpus Jataí		200,00	910,00	1.110,00
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			1.926,68	3.727,30	5.653,98

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

No quadro a seguir, correspondente ao terceiro demonstrativo citado. Compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ.

Quadro A.5.10 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador. Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	158430	Limite de Utilização da UG	250.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antônio Gonçalves da Silva	134.171.931-68	1.000,00	1.339,70	225,00	1.564,70



Edvaldo Fernandes Lucas	170.035.201-68	1.000,00		201,43	201,43
Thermutis de Melo e Araújo	589.837.401-91	1.000,00	386,98	2.390,87	2.777,85
Total Utilizado pela UG			1.726,68	2.817,30	4.543,98
Código da UG 2:	158431	Limite de Utilização da UG:		200.000,00	
Abel Ferreira de Lima	216.074.942-72	1.000,00	200,00	910,00	1.110,00
Total Utilizado pela UG			200,00	910,00	1.110,00
Total Utilizado pela UJ			1.926,68	3.727,30	5.653,98

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

No quadro a seguir, correspondente ao quarto demonstrativo citado. Compreende a despesa consolidada com suprimento de fundos realizada com a utilização da Conta Tipo “B” e do cartão de crédito corporativo, sendo composto por uma planilha onde as informações a serem prestadas estão distribuídas em (5) cinco colunas, a saber: exercícios; Conta Tipo “B”, subdividindo-se em quantidade e valor; Saque, subdividindo-se em quantidade e valor; Fatura, também se subdividindo em quantidade e valor; e, por fim, Total.

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio de Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$) (a+b+c)
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012			09	1.926,68	11	3.727,30	5.653,98
2011			06	287,00	06	762,89	1.049,89
2010			07	483,30	15	4.961,21	5.444,51

Fonte: SIAFI GERENCIAL



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

O quadro a seguir contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes à aplicação realizada pelo suprido (Conta Tipo “B”) e pelo Portador do CPGF, do exercício de referência do Relatório de Gestão e dos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme exige a legislação em vigor.

Quadro A.5.12 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).

Valores em R\$ 1,00

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							13	5.653,98	09	1.049,89	18	5.444,51

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.4.1.6. Análise Crítica

Não há na Instituição a utilização de contas TIPO B e o uso do CPGF é utilizado somente em casos excepcionais observando a legislação vigente.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6 . GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

O perfil do quadro de servidores ativos do IFG será demonstrado por meio de cinco (5) quadros evidenciando, cada um, os seguintes aspectos:

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.6.1 visa demonstrar a força de trabalho da UJ, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva e os ingressos e egressos no exercício, por tipologia dos cargos, em 31/12/2012.

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1460	1388	346	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1460	1485	346	17
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1460	1382	344	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	3	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	97	97	60	32
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	1557	1485	406	51

Fonte: SIAPE / DWSiapenet

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.6.2 visa demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho do IFG. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais (Lei 8.112/90). Para cada tipologia dos afastamentos, foi informada a quantidade de pessoas do quadro, nesta situação em 31 de dezembro do exercício de referência.

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	6
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	5
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	39
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	39
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	19
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	11
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	3
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	3
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	2
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	7
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	6
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	74

Fonte: SIAPE / DW Siapenet

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

O Quadro A.6.3 abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do IFG, baseando-se na estrutura apresentada no Quadro A.6.1.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	66	66	17	10
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	66	66	17	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65	65	17	8
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	208	171	87	68
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	204	167	86	67
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	4	4	1	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	274	237	104	78

Fonte: Fonte: SIAPE / DW Siapenet

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

O Quadro A.6.4 a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo do IFG. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.6.1 e A.6.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária, retratando a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	397	391	285	139	32
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	348	353	274	138	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários	49	38	11	1	1
2. Provedimento de Cargo em Comissão	59	66	71	32	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	14	35	12	1
2.3. Funções Gratificadas	56	52	36	20	3
3. Totais (1+2)	456	457	356	171	36

Fonte: SIAPE / DW Siapenet

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

O Quadro A.6.5 a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ. Esse quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.6.1 e A.6.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade, retratando a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência do Relatório de Gestão.

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo	0	0	1	3	237	693	83	180	45



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	3	233	601	83	176	44
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	4	92	0	4	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	42	121	20	32	20
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	28	8	16	10
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	39	93	12	16	10
3. Totais (1+2)	0	0	01	3	279	814	103	212	65

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE / DW Siapenet

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal do IFG está demonstrado por meio do Quadro A.6.6 a seguir, onde estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores (conforme informações apresentadas nos Relatórios de Gestão dos anos de 2010 e 2011).

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	38.193.593,53	-	5.518.363,62	3.045.359,97	3.052.757,09	1.111.549,93	699.236,48	4.890,28	193.613,38	51.819.364,28
	2011	2.206.033,40	145.224,18	2.048.444,61	269.269,05	3.239.316,02	309.946,55	-	-	-	8.218.233,81



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

	2010	24.130.382,74	-	28.556.716,88	589.226,34	4.195.649,56	1.757.455,78	284.543,45	-	-	59.513.974,75
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	2.728.032,33	-	311.077,77	59.449,40	352.274,02	-	187.577,05	-	-	3.638.410,57
	2011	2.613.105,85	-	-	-	-	-	-	-	-	2.613.105,85
	2010	2.306.991,70	-	-	-	-	-	-	-	-	2.306.991,70
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	231.558,66	-	29.289,97	41.468,75	18.240,00	3.102,00	6.985,08	-	-	330.644,46
	2011	513.663,58	14.311,68	31.331,06	26.135,48	-	43.359,39	371.195,35	-	-	999.996,54
	2010	169.520,90	23.394,78	44.036,90	23.239,81	-	35.121,18	34.211,14	-	-	329.524,71
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	6.596.324,72	-	704.480,86	365.967,29	10.064,00	341.100,80	91.646,38	206,25	44.313,12	8.154.103,42
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	1.615.904,55	-	723.717,40	-	-	-	-	-	-	2.339.621,95
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	8.368.758,33	-	1.218.392,30	987.379,38	574.428,00	313.096,12	187.005,18	1.407,70	6.728,28	11.657.195,29
	2011	4.856.870,93	1.163.248,57	3.124.314,32	1.043.983,84	4.376,52	1.067.925,35	47.387,74	-	-	11.308.107,27
	2010	637.754,62	-	-	196.232,33	-	-	-	-	-	833.986,95

Fonte: SIAPE e DW Siapenet

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas do IFG está disposta nos dois quadros a seguir: o primeiro compreende a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O Quadro A.6.7 abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo, compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores do IFG e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	178	25
1.1 Voluntária	148	25
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	6	0
1.4 Outras	23	0
2. Proporcional	91	1
2.1 Voluntária	56	1
2.2 Compulsória	4	0
2.3 Invalidez Permanente	3	0
2.4 Outras	28	0
3. Totais (1+2)	269	26

Fonte: SIAPE / DW Siapenet

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.6.8 abaixo corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, são informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	55	2
1.1. Integral	47	0
1.2. Proporcional	8	2
2. Em Atividade	30	1
3. Total (1+2)	85	3

Fonte: SIAPE / DW Siapenet

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há neste IFG controles internos com a finalidade de detectar possível Acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos e, na inexistência de instrumento adequado para apuração e providências, recorreremos à Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás, solicitando senha de acesso à RAIS que possibilite o cruzamento de dados dos servidores deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em 2012 nenhum Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado para apuração de possível Acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

O IFG é autoridade administrativa que tem na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Tais informações são prestadas de acordo com os quadros a seguir.

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

O Quadro A.6.9 a seguir tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a

quantidade de atos efetivamente cadastrado no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal da UJ com o art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	323	306	641	220
Concessão de aposentadoria	21	12	39	0
Concessão de pensão civil	3	0	3	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	347	318	683	220

Fonte: SISAC /DWSiapenet

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	64	33	68	31
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	64	33	68	31

Fonte: SISAC /DWSiapenet

O Quadro A.6.11 a seguir tem o objetivo de evidenciar a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, do cadastramento no SISAC dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU.

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
	-	-	-	641
Admissão	-	-	-	39
Concessão de aposentadoria	-	-	-	3

Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	683
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	68
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	68

Fonte: SISAC /DWSiapenet

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás está em fase de implantação de seus Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos. No ano de 2012 teve continuidade a implantação do indicador de desempenho funcional, por meio da avaliação de desempenho dos servidores docentes e técnico-administrativos.

A avaliação de desempenho funcional tem como objetivo mensurar a atuação dos servidores, identificando a base de conhecimentos para o cargo e/ou função, o comprometimento com a qualidade do serviço prestado e o compromisso com a ética no serviço público, além das relações internas de trabalho.

A meta da avaliação de desempenho funcional é identificar possíveis falhas na atuação dos servidores para dimensionar as medidas necessárias para a superação das mesmas. Ela é feita anualmente, inclusive para os servidores em estágio probatório.

O padrão utilizado é o da conjugação da auto avaliação com as avaliações da chefia imediata e dos colegas do ambiente organizacional. A metodologia é a da aplicação de questionários, com os seguintes parâmetros de avaliação: assiduidade, pontualidade, habilidade técnica, responsabilidade, trabalho de equipe, relacionamento, adaptação a novas situações, compartilhamento de saberes, inovação e ética.

Em 2012, foram avaliados 1080 servidores e todos tiveram avaliação positiva, com pontuação final maior que cinco. 302 servidores efetivos ingressaram na Instituição no ano de 2012 e não tiveram suas avaliações concluídas, em função do período de trabalho (menos de um ano).

Número de servidores avaliados

Categoria Funcional	Quantidade
Técnico Administrativo	640
Docente	742

Fonte: PRODI/DDRH.

Apesar de ainda não ter consolidado indicadores específicos para avaliar temas como absenteísmo, acidentes de trabalho, rotatividade, disciplina e demandas trabalhistas, a

Administração faz o acompanhamento sistemático da vida funcional dos servidores e avalia, obtendo informações sobre os temas.

O controle da jornada de trabalho (por meio de ponto eletrônico e da assinatura de folha de ponto) mostra que não existe absenteísmo: as ausências não são frequentes e, quando ocorrem, são justificadas.

Em 2012, a Instituição não registrou nenhum acidente de trabalho. A rotatividade é pequena, visto que os servidores são integrantes das carreiras de servidor público federal de Técnico-Administrativo em Educação e de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Em relação aos servidores com contratos temporários, existe rotatividade decorrente da própria natureza do contrato que, segundo previsão legal, tem duração máxima de dois anos.

A gestão de pessoas também não enfrenta problemas relacionados à disciplina. Em 2012 foi instaurado apenas 01 (um) Processo Administrativo Disciplinar que culminou com a demissão do servidor.

A gestão de recursos humanos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Federal de Goiás priorizou o dimensionamento de quadros e a admissão de novos servidores efetivos em 2012. Foram abertos 03 concursos públicos para o provimento de cargos efetivos; 20 Processos Seletivos Simplificados para contratação de professores substitutos, 07 Processos Seletivos Simplificados para professores temporários e 01 Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Profissionais Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

A priorização deveu-se à necessidade de o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás ampliar seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, principalmente, em função da ampliação do número de Câmpus e da ampliação da oferta de cursos e vagas, considerando ainda, a distribuição, por parte do Ministério da Educação, de vagas para provimento por meio de concursos públicos.

Em relação à qualificação de servidores, a Instituição manteve sua política de incentivo por meio da oferta de bolsas e da liberação dos servidores para a qualificação. Já a política de capacitação, por meio da oferta de cursos próprios, sofreu uma descontinuidade, em função da necessidade de readequação das ofertas para melhor atender às necessidades institucionais e às expectativas dos servidores.

A gestão de pessoas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Federal de Goiás, em 2012, manteve, em parceria com o SIASS/UFG, ações de assistência psicossocial, de assistência e promoção à saúde e de socialização e interação dos recursos humanos.

Análise Crítica

A Coordenação de Cadastros, Pagamento e Benefícios é a unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR dos servidores que exercem Cargos de Direção-CD e Funções Gratificadas-FG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Por inexistir um sistema informatizado a Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos encaminha Memorando Circular com as orientações sobre o envio das DBR, aos servidores ocupantes desses cargos, e determina o prazo final para o cumprimento dessa

obrigação determinada pela Lei nº 8.730/93. Nesse mesmo Memorando Circular a DDRH orienta, também, sobre a opção do servidor autorizar o acesso eletrônico de sua Declaração de Imposto de Renda.

A guarda dessas DBR é feita em envelope lacrado, com a devida identificação, no dossiê funcional do servidor, visando garantir o sigilo fiscal das informações.

Não há, até o momento, nenhum tipo de análise, pela UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida pelo servidor.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Neste subitem está evidenciado a forma pela qual a UJ realiza a gestão da frota de veículos sob sua responsabilidade. Entretanto, no atendimento as orientações da Portaria nº 150, de 03/07/2012, as **informações sobre frota de veículos automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros (item 7.1)**, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2012.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

O Instituto Federal de Goiás regulamentou através do Memorando Circular Nº05/2012 as Orientações para Utilização dos Veículos Oficiais do Instituto Federal de Goiás. Estas orientações visam disciplinar o uso de veículos oficiais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG estabelecendo princípios e condutas básicas a serem seguidas pelos servidores enquanto motorista, requisitante e/ou usuário dos veículos oficiais da Instituição, tendo como base os princípios Constitucionais da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

A frota de veículos do Instituto Federal de Goiás tem grande importância para a Instituição, seja para atividades administrativas ou para as atividades acadêmicas.

Nas atividades administrativas os veículos atuam transportando servidores para diversos compromissos como: reuniões, seminários, cursos, visitas a unidades em construção, transporte de material, etc. Esse tipo de transporte é muito comum, pois a Instituição possui unidades em Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Formosa, Anápolis, Luziânia, Goiás e Aparecida de Goiânia, sem contar as unidades ainda em construção como Águas Lindas, Senador Canedo e Valparaíso. Pode-se ainda destacar inúmeras viagens a Brasília-DF, que é onde se localiza o Ministério da Educação o qual o IFG está vinculado.

Nas atividades acadêmicas os veículos de maior porte como Vans, Micro-ônibus e Ônibus transportam alunos e professores para realização de visitas técnicas, que são atividades acadêmicas onde as turmas de alunos se deslocam até locais fora da unidade acadêmica, onde lhes são transmitidos conhecimentos teóricos e práticos.

Analisando o Decreto Nº 6.403/2008 da Presidência da República, que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais pela administração pública direta, autárquica e fundacional, podemos afirmar que o IFG conta somente com veículos oficiais de uso comum.

No ano de 2012 o IFG possuía 35 (trinta e cinco) veículos próprios em uso e 1 (um) veículo cedido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Item 08 da planilha a seguir, totalizando então 36 (trinta e seis) veículos oficiais de uso comum.

Para melhor conhecimento da frota do Instituto Federal de Goiás apresenta-se o quadro a seguir.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Quadro C.7.1 – Relação da Frota de Veículos de Instituto Federal de Goiás no Anexo III.

Os veículos do IFG rodaram em média no ano de 2012, **58.587km** (cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete quilômetros), e nesse ano totalizamos **703.042km** rodados (setecentos e três mil e quarenta e dois quilômetros). O quadro a seguir apresenta a distância percorrida, em quilômetros, para cada veículo da frota do Instituto Federal de Goiás.

Quadro C.7.2 – Evolução de Quilometragem por Veículo em 2012 no Anexo IV.

A média de idade dos veículos da frota é de 04 (quatro) anos. Os custos associados à manutenção da frota encontram se relacionados no quadro a seguir.

Quadro C.7.3 – Custos com Serviços de Transportes em 2012

Unidade	Motoristas terceirizados	Combustível	Manutenção	Limpeza	TOTAL
Reitoria	41.247,36	48.548,11	26.523,92	971,90	117.291,29
Anápolis	29.236,26	8.983,52	1.536,64	65,00	39.821,42
Aparecida	9.247,15	1.509,04	854,00	60,00	11.670,19
Formosa	50.251,40	24.411,95	12.017,76	210,00	86.891,11
Goiás	8.892,52	2.065,81		35,00	10.993,33
Goiânia	58.472,52	44.918,41	88.410,14	2.330,60	194.131,67
Inhumas	58.472,52	15.739,92	2.844,37	350,03	77.406,84
Itumbiara	56.671,70	23.282,65	10.063,30	35,00	90.052,65
Jataí	36.719,44	36.647,08	31.147,48	25,00	104.539,00
Luziânia	58.472,52	19.642,37	25.501,29	370,00	103.986,18



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Uruaçu	47.825,85	22.787,43	22.510,64	625,00	93.748,92
TOTAL	455.509,24	248.536,29	221.409,54	5.077,53	930.532,60
TOTAL GERAL					930.532,60
KM RODADOS					703.042
VALOR POR KM RODADO					1,32

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Frota de Veículos da Ticket Car.

Quanto ao plano de substituição da frota de veículos, a Administração do Instituto Federal de Goiás tem tomado medidas não só para renovação, mas também para a ampliação da frota. Parte desta meta foi executada em 2012 quando a Instituição adquiriu 03 (três) veículos tipo sedan, 02 (dois) do tipo perua, 04 (quatro) micro-ônibus de 32 (trinta e dois) lugares e 02 (dois) novos ônibus para 50 (cinquenta) passageiros. Para dar continuidade aos objetivos estabelecidos, em 2013, informamos que será realizado um pregão, para aquisição de veículos de diversos tipos.

Ao mesmo tempo, analisar o custo da locação frente ao custo de manutenção de frota própria (manutenção, combustível, motoristas e outros) constatou-se que a opção por frota própria é mais vantajoso para a Administração, principalmente, após calcular o custo por quilômetro rodado, apresentado anteriormente, que fica em torno de R\$1,32/km. Assim sendo, o Instituto Federal de Goiás prefere a aquisição de veículos ao invés da locação.

Do mesmo modo, possuir frota própria traz mais segurança ao Instituto Federal de Goiás, pois contratações podem vir a ser problemáticas, e como foi dito anteriormente, os serviços de transporte do Instituto Federal de Goiás são de vital importância para o perfeito funcionamento da Instituição.

Finalmente, o Instituto Federal de Goiás firmou um contrato com a empresa Ticket S/A para utilizar o sistema de administração de frota que essa empresa oferece. O sistema administra tanto os gastos com abastecimento quanto com manutenção dos veículos, fornecendo relatórios dos custos das operações, entre outras informações. Em suma, a Administração acredita que possuir frota própria e bem gerenciada seja a opção mais segura para garantir a oferta dos serviços de transporte aos servidores e alunos do Instituto Federal de Goiás.

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O quadro denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade do Instituto Federal de Goiás no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2012	Exercício 2011
Brasil	GOIÁS		
	Águas Lindas	01	01
	Anápolis	01	01
	Aparecida de Goiânia	01	01

	Cidade de Goiás	01	01
	Cidade de Goiás (Cessão)	01	
	Formosa	01	01
	Goiânia + Lotes	04	02
	Goiânia (Locação de terceiros)	01	
	Inhumas	01	01
	Itumbiara	01	01
	Jataí	02	02
	Luziânia	01	01
	Uruaçu + Lote	02	02
	Valparaíso	01	
Subtotal Brasil		19	14
Exterior			
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		19	14

Fonte: SPIUNET.

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O quadro denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pelo Instituto Federal de Goiás no final dos exercícios de 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil.

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UJ	
		Exercício 2012	Exercício 2011
Brasil	GOIÁS		
	Goiânia	01	01
Subtotal Brasil		01	01
Exterior			
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SPIUNET.

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

O quadro denominado Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade do Instituto Federal de Goiás.

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.

UG	Identificação	RIP	Regime de utilização do imóvel	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158153	Em construção - Câmpus Águas Lindas	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	24/03/2011	12.523.095,67		
	Em implantação - Câmpus Cidade de Goiás	9377000465000	Uso em Serviço Público	Bom	214.000,00	20/09/2011	214.000,00		
	Em implantação - Câmpus Aparecida de Goiânia	9227000305000	Uso em Serviço Público	Novo	290.341,05	30/11/2011	12.176.365,51		
	Câmpus Goiânia II	9373006075006	Uso em Serviço Público	Bom	2.000,00	27/11/2012	8.207.023,43		
	Câmpus Cidade de Goiás – Quartel do XX	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	24/08/2012	812.173,89		
	Em construção - Câmpus Valparaíso	1066000175003	Uso em Serviço Público	Bom	250.000,00	06/06/2012	250.000,00		
	Reitoria	9373006055005	Locação de Terceiros	Muito Bom	4.500.000,00	23/08/2012	4.500.000,00		814.884,89
158430	Câmpus Goiânia	9373003245008	Uso em Serviço Público	Muito bom	8.577.026,25	30/11/2011	45.273.899,58		1.066.060,60
	Câmpus Goiânia - Lote	9373005405002	Uso em Serviço Público	Bom	15.000,00	30/11/2011	505.544,00		

	Câmpus Goiânia - Casa	9373005895000	Uso em Serviço Público	Ruim	280.000,00	06/02/2012	280.000,00		
158431	Câmpus Jataí - Unidade Riachuelo	9433000195007	Uso em Serviço Público	Bom	1.285.420,84	30/11/2011	5.673.488,98		84.228,74
	Câmpus Jataí - Unidade Flamboyant	9433000385000	Uso em Serviço Público	Novo	1.659.911,00	30/11/2011	6.798.797,19		
158432	Câmpus Inhumas	9395000035003	Uso em Serviço Público	Muito bom	1.262.178,81	30/11/2011	19.506.232,85		138.657,15
158433	Câmpus Itumbiara	9425000275000	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	30/11/2011	13.866.445,89		62.950,20
158434	Câmpus Uruaçu - Lote	9633000225006	Uso em Serviço Público	Bom	150.000,00	30/11/2011	400.000,00		
	Câmpus Uruaçu	9633000245007	Uso em Serviço Público	Bom	1.150.000,00	30/11/2011	8.576.490,88		54.992,15
158522	Câmpus Anápolis	9221000655001	Uso em Serviço Público	Novo	100.000,00	30/11/2011	13.034.371,66		61.778,16
158523	Câmpus Formosa	9361002595001	Uso em Serviço Público	Novo	50.000,00	30/11/2011	9.832.862,14		718.568,14
158524	Câmpus Luziânia	9445000245008	Uso em Serviço Público	Novo	337.270,50	30/11/2011	9.179.013,11		378.295,03
Total									3.380.415,06

LEGENDA: RIP – Registro Imobiliário Patrimonial.

Fonte: SPIUNET.

Análise Crítica

Após o preenchimento do quadro da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial do Instituto Federal de Goiás, onde incluímos uma coluna de identificação dos Câmpus, percebe-se com clareza o quanto a Instituição cresceu nos últimos anos com as novas áreas que foram recebidas de doações e incluídas no patrimônio. Estas, com exceção dos dois (2) lotes mencionados, têm recebido constantes investimentos de obras civis, instalações, materiais permanentes e equipamentos para serem disponibilizados à sociedade. Quanto às áreas mais antigas ou necessitadas de adequações, informamos que estas têm sido contempladas com a manutenção predial corretiva e preventiva continuamente. Além disso, informa-se também que não há nenhuma área com impedimentos de regularização.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

O Quadro A.8.1, no Anexo V, denominado Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a estrutura de governança corporativa e de TI do IFG. Para tanto, o referido Quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais o gestor escolheu a opção que melhor representa a realidade da Instituição. No bloco de questões de 1 a 6, foi assinalado com um “X” as opções que refletem a realidade de TI. Na questão 7, foi considerada a seguinte escala para responder:

- (1) **nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) **usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) **sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Por fim, no bloco de questões 8 e 9, o gestor assinalou apenas uma opção, considerando as particularidades desta Autarquia.

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada apresentado no Anexo V.

8.2. ANÁLISE CRÍTICA

Os princípios de gestão baseados em governança corporativa e, por extensão, a percepção da importância do planejamento, execução e controle como um processo onde essas fases são indissociáveis, são valores que ainda não fazem parte da cultura organizacional da nossa Instituição.

Somente a partir das ações dos órgãos de controle, essas questões começaram a ser discutidas, ainda que timidamente. No entanto, há um esforço para implementar esses princípios, ainda que restrito à Tecnologia da Informação. Esses avanços tem sido tímidos, mas significativos: foram formalizados e estão operando os comitês de gestão de TI e Segurança da Informação, as contratações de TI em 2012, tanto quanto possível, se pautaram pelos procedimentos IN 4/2010/SLTI/MPOG, dentre outros.

Por outro lado, são encontradas com frequência, falhas cuja correção está em curso sendo a principal delas, a ausência de um planejamento formalizado e publicado no que diz respeito à ação da TI nesta UJ.

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- a) Perfil dos recursos humanos envolvidos

O IFG tem em seu quadro de servidores os cargos de Analista de Tecnologia em Informação e Técnico em Tecnologia da Informação.

A distribuição dos servidores é a seguinte: 6 Analistas de TI (3 em exercício, 1 licenciado, 2 exercendo atividades não relacionadas) e 17 Técnicos em TI (14 exercendo atividades relacionadas ao cargo).

Os Analistas exercem suas atividades na Diretoria de TI na Reitoria, enquanto os Técnicos de TI trabalham nos 10 Câmpus do IFG (1 deles na Diretoria de TI). Dentre os analistas há perfis de desenvolvedores (2), analista de negócio (1) e de suporte (1).

Os técnicos de TI trabalham diretamente em atividades de suporte ao usuário nos Câmpus, com exceção de 3 deles, que exercem atividades de programação. Ainda exercendo atividades relacionadas à TI, a Diretoria de Tecnologia da Informação conta com 2 professores ocupando cargos de gestão – Diretor e Gerente, respectivamente.

Todos os servidores em atividades relacionadas à TI participaram, nos últimos dois anos, de cursos de qualificação focados em aspectos tecnológicos – redes e sistemas, segurança da informação, gestão de serviços de TI e governança de TI. O programa de capacitação dos servidores da área continua em 2013, período em que estão programados outros cursos.

b) Desenvolvimento e produção de sistemas

Atualmente não há mais a política de desenvolvimento de novos sistemas no Órgão. O foco de atuação foi mudado para suporte aos sistemas legados (vestibular, biblioteca, patrimônio, almoxarifado) e para a implantação e suporte a novos sistemas, contratados externamente, com destaque para o Sistema de Gestão Acadêmica e o Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP, destinado à gestão administrativa do IFG.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O quadro a seguir, denominado Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis apresentado no Anexo VI.

9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

A Instituição ainda não adota política para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água. Porém, após o levantamento destes dados, percebeu-se a necessidade urgente de estabelecer objetivos e metas de economicidade e gestão sustentável no Instituto Federal de Goiás.

O quadro a seguir, denominado Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental. Para tanto, o quadro encontra-se subdividido em duas partes distintas. Na primeira, estão incluídas informações sobre o tipo de programa, ano de adesão e resultados obtidos com a adesão a tal programa. Na segunda, apresentam-se informações sobre quantidades e valores despendidos com o consumo de papel, energia elétrica e água.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água apresentado no Anexo VII.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10. ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

A Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado e caracteriza-se por atividades de avaliação e assessoramento da administração, busca a eficiência e eficácia dos sistemas de controles e a qualidade do desempenho das áreas.

A Auditoria Interna tem por finalidade essencial o exame da integridade e confiabilidade das informações e registros, a simplificação dos procedimentos e a correta aplicação da legislação.

I - Ações previstas e realizadas no exercício de 2012:

Ações previstas para o Exercício de 2012:

1. Acompanhar o atendimento a atuações do Tribunal de Contas da União;
2. Acompanhar o atendimento a atuações da CGU, concatenar com os setores / unidades internas;
3. Análise do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2011;
4. Atendimento e acompanhamento às auditorias, acompanhamento da implementação do Plano de Providências sobre as recomendações expedidas pela CGU e das determinações e diligências do TCU;
5. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2013;
6. Produção do Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2012;
7. Verificar as indenizações concedidas pelo IFG aos seus servidores;
8. Analisar a aplicação e prestação de contas do Cartão Corporativo do Governo Federal;
9. Verificar os pagamentos de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores;
10. Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios;
11. Acompanhamento dos prazos e execução dos contratos de prestação de serviços continuados;
12. Examinar os processos de Assistência aos Estudantes do ensino de Graduação e Técnico;
13. Análise dos controles de bens móveis e imóveis;
14. Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal, Insalubridade/Periculosidade e Realização de Concurso Público.

Ações Executadas no exercício de 2012:

1. Ocorreu o atendimento às Diligências e Acórdãos do TCU evitando a não execução pelos setores responsáveis.
Foi enviado a AUDIN o ofício do TCU nº 29-752/2011 para o detalhamento de várias informações, em virtude de auditoria operacional feita pelo Tribunal de Contas na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC com o objetivo de avaliar as ações de estruturação e expansão da Educação Profissional, com ênfase na atuação dos Institutos Federais.

Igualmente foi encaminhado a Auditoria Interna o Ofício nº 309/2012-TCU/SECEX-GO referente ao Acórdão nº 2074/2012 para as devidas providências. O Acórdão apresenta recomendações e considera cumpridas as determinações do acórdão 1.693/2011-TCU-1ª Câmara, inerente a situações funcionais indevidas de acúmulos de cargos com dedicação exclusiva e/ou com carga horária superior a 60 horas semanais. Também foram enviados os Ofícios nº 251/2012-TCU/Sefti referente ao questionário Perfil de GovTI 2012 e o nº 1143/2012-TCU/SECEX-RN relativo a acumulação ilegal de cargos públicos, percepção indevida de acréscimo remuneratório e descumprimento de carga horária de servidores docentes. Outra correspondência tratou de julgamento de atos de admissão de pessoal (Acórdão nº 7144/2012-TCU-Segunda Câmara).

2. Quanto ao Controle Interno, efetuou-se o acompanhamento e atendimento de todas as solicitações derivadas da CGU e de suas orientações, recomendações e plano de providências relacionado ao exercício de 2011. Houve o acompanhamento de 100% das solicitações emitidas pela CGU. A AUDIN supervisionou todas as atividades internas durante a auditoria de gestão realizada pela CGU. No total foram 07 as Solicitações de Auditoria emitidas quando da Auditoria Anual de Contas, 05 quando da Auditoria de Acompanhamento da Gestão/2012 e 04 quando da Auditoria em Atos de Pessoal, que suscitaram duas notas técnicas.
3. A atuação da Auditoria Interna ocorreu através das ações de monitoração, inspeções, análises, levantamentos e comprovações, assim como ao atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e plano de providências, reprimindo a vulnerabilidade dos controles.
A atividade inerente ao Plano Permanente de Providências encontra-se ainda em andamento, uma vez que há providências a serem implementadas pelo IFG, conforme pode ser observado nos quadros A.10.3 e A.10.4.
4. Constituição do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o exercício 2013. O PAINT 2013 foi produzido consoante às instruções contidas na IN CGU nº 01/07, IN CGU nº 07/06 e IN CGU nº 09/07.
5. Elaboração do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN.T.
6. Análise dos lançamentos no sistema de concessão de diárias e passagens.
7. Examinamos os cenários de Insalubridade e Periculosidade através dos pagamentos conforme laudos periciais. Foram verificados 100% dos pagamentos realizados. No mês de novembro ocorreram duas inconsistências de valores pagos a maior e que foram corrigidas em dezembro/2012 na remuneração de dois servidores.
8. Verificamos a legalidade e formalidade dos processos licitatórios procurando possíveis impropriedades, assim como, a execução dos contratos. Foram examinados 13 processos licitatórios/contratos, sendo: 10 pregões, 2 dispensas e 1 concorrência. A AUDIN utilizou como metodologia de avaliação as variáveis de relevância, materialidade e criticidade. O valor total analisado foi de R\$ 37.618.393,87.

9. Em referência à Assistência ao Estudante de ensino de Graduação e Técnico (Bolsas de auxílio ao estudante – apoio técnico, auxílio estágio), verificamos a existência de normas para seleção de bolsistas por tipo de bolsas e o cumprimento das etapas de cadastro e registro de frequência. Igualmente, foram averiguados os processos de pagamento e outras formalidades. Foi atestada a necessidade de normatização para a execução da ação e, por conseguinte, realizada a comunicação às Pró-Reitorias responsáveis pelos parâmetros.
10. Na avaliação da Gestão do Uso do Cartão Corporativo, realizamos a avaliação das concessões de suprimentos de fundos por meio da utilização dos cartões de pagamentos atualmente em uso nos Câmpus. Sua utilização está em consonância com os Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008.
11. Quanto à Reposição ao Erário, a conferência foi efetivada através do sistema Siape e de documentos que originaram os valores, abrangendo todo o período de 2012 e ocorreu em 100% das devoluções, totalizando 25 servidores.
12. Foram emitidos 24 (vinte quatro) Despachos referentes às análises dos processos de despesas de exercícios anteriores de pessoal, onde foram verificadas as memórias de cálculos e a pertinência dos pleitos.

II – Implementação ou cumprimento de recomendação dos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

Em atendimento à Controladoria Regional da União no Estado de Goiás – CGU, que emitiu o Relatório de Auditoria Anual de Contas 2011 nº 201203349, foi elaborado o Plano de Providências Permanente, cujo teor expressa-se no Capítulo 10 do Relatório de Gestão.

III – Implementação ou cumprimento de atendimento às Diligências e Acórdãos do TCU.

Acórdãos nº 2315/2012 Plenário e nº 1.693/2011 1ª Câmara, cujas providências constam na PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 QUADRO: A.10.2 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU NÃO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

IV – Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna:

Dentre as atividades consideradas relevantes e que causaram impacto na Auditoria Interna podemos citar:

- 1 - Redução da Equipe, conforme quadro a seguir:

Quadro D.10.1 – Redução da Equipe de atuação na AUDIN

Nome:	Atividade Desenvolvida	Situação Funcional	Período
Dean Mardem	Atuação na AUDIN	Ativo	Janeiro a Dezembro
Marisa Eugênia Pires	Atuação na AUDIN	Inativo	Janeiro a Setembro
Márcia Sotério de Oliveira	Atuação na AUDIN	Ativo	Março a Dezembro
José Augusto Costa	Atuação na AUDIN	Ativo	Janeiro a Dezembro

Fonte: AUDIN

- A Servidora Marisa Eugênia Pires se aposentou em 18/09/2012.

2 - Expansão da Rede Federal Tecnológica.

O Instituto Federal de Goiás inaugurou mais duas unidades, os Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás. A Expansão da Rede de Ensino desenvolve uma demanda elevada na necessidade de aprimoramento dos controles internos, impactando diretamente nas atuações da AUDIN e da Reitoria.

V – Desenvolvimento Institucional e Capacitação da Auditoria Interna:

Quadro D.10.2 – Desenvolvimento Institucional e Capacitação da AUDIN

Atividade	Participação	Período
Participação na edição do Fórum de Auditores Internos das Instituições de Ensino vinculadas ao ministério da Educação – FONAI/MEC.	Participação da servidora Marisa Eugênia Pires no XXXVI FONAI/MEC realizado na cidade de Uberaba – MG.	28 a 30 de Maio.
Estudo técnico de rotina sobre a atuação da Auditoria nas diversas áreas componentes da gestão.	Estudos através de pesquisas nas legislações disponíveis em sites, leitura de livros técnicos e troca de informações com colegas de outras Unidades.	Janeiro a Dezembro.
Capacitação técnica profissional da equipe de auditoria através do curso controle e auditoria interna.	Participação dos servidores Dean Mardem e José Augusto Costa.	12 de Março a 30 de Abril (Internet) 02 a 04 de Maio (Presencial)
Participação na IX Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.	Participação do servidor Dean Mardem, nas oficinas ministradas pela ESAF-DF.	26 a 30 de Novembro.

Fonte: AUDIN

VI – Informações sobre a realização de ações de fortalecimento da unidade de auditoria interna tais como revisão de normativos internos de auditoria, redesenhos organizacionais com impacto sobre a auditoria interna e aquisição ou desenvolvimento de metodologias e softwares aplicados à ação de auditoria:

As ações da Auditoria Interna são delineadas para se conquistar uma segurança satisfatória sobre as questões auditadas, com isso tem procurado entender melhor os eventos, as transações e práticas operacionalizadas na Instituição. Além disso, tem buscado uma interação maior com as Pró-Reitorias, para que haja um alcance de resultados mais relevantes e o aperfeiçoamento de seus trabalhos.

Diante do exposto, prosseguimos os estudos quanto aos normativos internos de auditoria e o desenvolvimento de novas metodologias de trabalho, a serem aplicadas em 2013.

10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU atendidas no exercício.

10.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	015.036/2011-1	2315/2012 – TCU - Plenário	9.9	DE	Ofício nº 1143/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Descrição da Deliberação:					
<p>9.9 determinar aos IFAC, IFAL, IFAM, IFDF, IFES, IFGO, IFGoiano, IFMT, IFMG, IFNorte de Minas, IFSudeste de Minas, IFSul de Minas, IFTriângulo Mineiro, IFPA, IFPB, IFPE, IFSertão Pernambuco, IFPI, IFRJ, IFRN, IFRio Grandense, IFFarroupilha, IFRS, IFCatarinense, IFSC, Cefet/MG, Cefet/Celso Suckow da Fonseca/RJ, Núcleo Avançado São João da Barra/RJ e Núcleo Avançado Valença/RJ que:</p> <p>9.9.1 apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Câmpus:</p> <p>(a) eventual acumulação indevida de cargo público;</p> <p>(b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e</p> <p>(c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva;</p> <p>9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>9.9.2.1 fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada;</p> <p>9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90;</p> <p>9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI					105182
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Instituto Federal de Goiás solicitou à Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás a liberação de senha de					

acesso à RAIS, o que possibilitará o cruzamento dos dados dos servidores deste Instituto referente a acúmulo de cargos e cargas horárias superiores a 60 horas semanais.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A solicitação continua em análise pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	020.520/2010-7	1.693/2011 1ª Câmara	1.7.14	RE	Ofício nº 803/2011-TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Descrição da Deliberação:					
Regulamente no âmbito do IFG a concessão de bolsa de estudos e monitoria nos termos disciplinados no Manual Técnico de Orçamento MTO/2009 do Ministério do Planejamento/Portaria/SOF nº 29, de 27/06/2007.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROEX- Pró- Reitoria de Extensão					105179
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Pró-Reitoria de Extensão, em relação aos Auxílios Estudantis, fechou a Minuta do Regulamento de Assistência Estudantil que está em fase de apreciação pelo Colégio de Dirigentes e sistematizou a Minuta de Assistência Estudantil do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A Minuta do Regulamento de Estágio do IFG foi encaminhada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A passagem do acompanhamento das ações de monitoria do âmbito da Pró-Reitoria de Extensão para a Pró-Reitoria de Ensino no ano de 2012, desencadeou a revisão da proposta inicial e nova elaboração de texto. O texto foi finalizado e tem sido referência para a disponibilização das bolsas de monitoria, bem como para a seleção de alunos bolsistas, restando a sua aprovação pelo Conselho Superior da Instituição.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores negativos.					

10.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações da OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	2.1.1.1 Constatação (2)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451

Descrição da Recomendação 1:	
Recomendamos que o IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás regularize sua situação quanto às exigências da Lei nº 8.730/1993, fazendo com que todos os servidores sobre a qual a referida Lei incida entreguem suas Declarações de Bens e Rendas, ou as correspondentes autorizações para acesso por via eletrônica.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182
Síntese da providência adotada:	
Ratificamos através do Memorando Circular nº 018/2012, a solicitação de entrega e/ou Autorização de Acesso Eletrônico das Declarações de Bens e Rendas dos servidores deste Instituto, obrigados pela Lei nº 8.730/1993, que ainda não o fizeram. Todos os esforços estão sendo envidados para que atualizemos a entrega e/ou Autorização de Acesso Eletrônico das Declarações de Bens e Rendas dos servidores deste Instituto.	
Síntese dos resultados obtidos	
A pendência foi sanada com a entrega das Declarações de Bens e Rendas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores negativos.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	2.1.1.1 Constatação (2)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 2:			
Recomendamos que o IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás promova o aperfeiçoamento dos seus controles internos de modo que seja impedida a perpetuação de impropriedades como a falta de entrega das Declarações de Bens e Rendas pelos servidores exigidos pela Lei nº 8.730/1993, bem como a emissão de quaisquer declarações não confiáveis a respeito de informações quaisquer da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
Aprimoramos nosso sistema de controle interno inibindo a falta de entrega das declarações.			
Síntese dos resultados obtidos			
A incongruência foi resolvida com a entrega das Declarações de Bens e Rendas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás	451

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.2.1 Constatação (8)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que a Unidade aperfeiçoe seus controles e a forma de atuação de sua Auditoria Interna de modo a possibilitar sua ação no sentido de evitar a ocorrência de impropriedades nas áreas de gestão de recursos humanos, de bens imóveis e de licitações e contratos, dentre outras do IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria Executiva			97792
Síntese da providência adotada:			
Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União em Goiás, estamos adotando medidas no sentido de melhorar nosso sistema de controle interno. Trabalhamos ainda na reestruturação da Auditoria Interna para que ela tenha uma atuação mais eficaz no desempenho de suas atividades, deste modo esperamos uma otimização dos controles da gestão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Nosso sistema de controle interno tende a sofrer um aprimoramento mais agudo em virtude de novas formas de atuação da Auditoria Interna, que já está efetuando auditagens nos Câmpus e dedicando-se a uma comunicação mais efetiva com as Pró-Reitorias, contribuindo para uma gestão mais eficaz.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.4.1 Constatação (33)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que a Unidade proceda a inclusão, no Sistema SPIUNet, de todos os seus imóveis locados, em conformidade com a Portaria SPU nº 206, de 08/12/2000, e o Manual do SPIUNet.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD			105181
Síntese da providência adotada:			
A pendência está sanada, conforme documento em anexo, o imóvel locado pelo IFG está devidamente registrado no sistema SPIUNet.			
Síntese dos resultados obtidos			
A pendência foi sanada com o registro no sistema SPIUNet.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.5.1 Constatação (12)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos à Unidade que efetue o cadastramento, no SISAC, do ato da admissão de SIAPE nº 1845054, ocorrido em 21/01/2011, procedendo posteriormente seu encaminhamento ao Controle Interno.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
Cadastramento do ato de admissão de SIAPE nº 1845054 efetuado e encaminhado (Leonardo Costa de Paula)			
Síntese dos resultados obtidos			
Acatou-se a recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.5.1 Constatação (12)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 2:			
Recomendamos à Unidade que encaminhe ao Controle Interno o ato de aposentadoria de SIAPE nº 0271114, cadastrado no SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
Cadastramento de SIAPE nº 0271114 efetuado no SISAC e encaminhado. O processo de aposentadoria da servidora Gilda Aquino de Araújo Mendonça foi enviado à Controladoria Regional da União em Goiás (CGU).			

Síntese dos resultados obtidos
Acatou-se a recomendação.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.5.1 Constatação (12)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 3:			
Recomendamos que a Unidade atente para os prazos estipulados pela IN/TCU n.º 55/2007, art. 7º, alterada pela IN/TCU n.º 64/2010, no tocante aos registros dos atos de admissão e concessão no SISAC (60 dias).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
Estamos envidando esforços para atualizar e manter em dia todos os cadastramentos no SISAC dos atos de admissão e concessão, visando o cumprimento dos prazos estabelecidos pela IN/TCU n.º 55/2007, art. 7º, alterada pela IN/TCU n.º 64/2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os cadastramentos no SISAC foram atualizados.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.6.1 Constatação (11)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que o IFG providencie o levantamento do montante cabível e a devolução ao Erário, pelos pensionistas de matrículas abaixo relacionadas, dos valores auferidos indevidamente em vista de pagamentos de pensões concedidas após 19/02/2004 e cadastradas no SIAPE em "Tipos Menores que 52".			

- Instituidor 04387457 / pensionista 0270719;
- Instituidor 05072778 / pensionista 0271219;
- Instituidor 04379993 / pensionista 0270719;
- Instituidor 04547225 / pensionista 0271254;
- Instituidor 04827660 / pensionista 0270702;
- Instituidor 04749791 / pensionista 0270755.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182

Síntese da providência adotada:

Anexamos a planilha de cálculo dos valores do ressarcimento ao erário de pagamentos indevidos de pensões concedidas até 19/02/2004 e cadastradas no SIAPE em “Tipos Menores que 52” e os descontos terão início na folha de pagamento do Mês de fevereiro/2013.

Síntese dos resultados obtidos

- Instituidor 04387457 / pensionista 0270719: É ex-pensionista e não foi localizado;
- Instituidor 05072778 / pensionista 0271219: Reposição ao erário a partir de fevereiro de 2013;
- Instituidor 04379993 / pensionista 0270719: Reposição ao erário a partir de fevereiro de 2013;
- Instituidor 04547225 / pensionista 0271254: Entrou com mandado de segurança e está sub judice;
- Instituidor 04827660 / pensionista 0270702: Reposição ao erário a partir de fevereiro de 2013; e
- Instituidor 04749791 / pensionista 0270755: Reposição ao erário a partir de fevereiro de 2013.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás	451

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.7.1 Constatação (14)	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás	451

Descrição da Recomendação 1:

Recomendamos que a Unidade promova a adoção, na aquisição de bens, de critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com as normas vigentes a respeito, incluindo as aquisições de TI – Tecnologia da Informação em conformidade com a Portaria SLTI/MP nº 02 de 16/03/10, que em seu Artigo 2º preceitua que tais aquisições devem ocorrer em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) elaborado pelo órgão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD	105181

Síntese da providência adotada:

O IFG tem adotado critérios de sustentabilidade ambiental nos processos licitatórios, inclusive consta a orientação no Guia de Orientação para elaboração de solicitação de aquisição disponível no site do IFG (cópia anexa). Como exemplo de aquisições com critérios de sustentabilidade, citamos os Pregões Eletrônicos nº 19/2012 e 21/2012 que estão em andamento e cujos itens referentes aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental estão anexos ao documento. No que se refere às aquisições de TI –

Tecnologia da Informação, informamos que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) está em fase de elaboração.
Síntese dos resultados obtidos
Os critérios de sustentabilidade ambiental foram inseridos nos processos de aquisição de bens, como pode ser observado nos pregões nº 19/2012, 20/2012, 21/2012, 23/2012 e 04/2013. Em relação ao PDTI, o mesmo está sendo elaborado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.7.2 Constatação (21)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que o IFG implemente, conforme já sinalizado pela Unidade, o aperfeiçoamento das informações atuadas nos processos licitatórios, de modo que estes passem a conter elementos em nível de detalhamento suficiente a fim de justificar adequadamente as contratações pretendidas, contendo memoriais, estudos, projetos ou levantamentos que embasem a necessidade específica de cada item objeto da aquisição, sobretudo quanto aos quantitativos, de modo a atender plenamente às exigências do art. 15 da IN/MPOG nº 02/2008, bem como do art. 6º, inc. IX da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD			105181
Síntese da providência adotada:			
Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União e estamos aperfeiçoando os processos licitatórios no intuito de incluir maior detalhamento para justificar as contratações pretendidas. Para tanto será encaminhado Memorando Circular às unidades orientando que os processos contenham memórias, estudos, projetos ou levantamentos que justifiquem a necessidade específica de cada item objeto da aquisição.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi encaminhado Memorando Circular nº28/PROAD/IFG/2012 para todas as unidades com a recomendação da Controladoria Regional da União e desde então, no nosso entendimento, as justificativas estão com melhor nível de detalhamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.7.3 Constatação (22)	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás	451
Descrição da Recomendação 1:	
Recomendamos que a Unidade efetue um estudo abrangente e atento em relação a eventuais possibilidades de Adesão a Pregão, de modo a aferir, de forma ampla e detalhada, as diferenças entre os vários aspectos dos contratos em função das diferenças das Unidades contratantes, a fim de concluir pela vantagem ou não da contratação com os valores e especificações de preços registrados, contando, inclusive, com o auxílio da Procuradoria Federal Especializada nessa análise, sobretudo nos aspectos legais envolvidos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD	105181
Síntese da providência adotada:	
Acatamos a recomendação após orientação da Controladoria Regional da União e informamos que em todos os processos de Adesão à ARP estamos melhorando a análise da vantajosidade da efetivação das Adesões. Um exemplo dessa situação é o processo nº 23375.000682/2012-40 - Adesão ao Pregão 05/2012 do Instituto Federal do Maranhão, para aquisição de mobiliário, no qual estamos em negociação com a empresa fornecedora para redução do preço dos mobiliários, em função da redução do custo com frete.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em todos os processos de Adesão à Ata de Registro de Preços, o IFG tem observado a vantajosidade da efetivação das aquisições por meio de pesquisa de mercado, consulta ao comprasnet, etc. Em relação à negociação citada, a mesma foi efetivada com redução de 1,5% do valor da Nota Fiscal.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores negativos.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.7.4 Constatação (23)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que a Unidade proceda a consulta à Procuradoria Federal Especializada antes da efetiva Adesão a Ata de Registro de Preços – ARP, acerca da legalidade do certame que originou a ARP e aos aspectos específicos das contratações pretendidas, mesmo nos casos de aquisição de bens, a fim de resguardar o posicionamento do Gestor, sobretudo diante da orientação trazida no item 9.2.1 do Acórdão nº 1.487/2007 – TCU Plenário.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD			105181
Síntese da providência adotada:			
Acatamos a recomendação após orientação da Controladoria Regional da União e informamos que todos os processos de Adesão à Ata de Registro de Preços estão sendo encaminhados para a Procuradoria Federal para análise jurídica.			
Síntese dos resultados obtidos			
Todos os processos de Adesão à Ata de Registro de Preços estão sendo encaminhados para a Procuradoria Federal para análise			

jurídica.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.7.5 Constatação (28)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que o IFG atenda ao Parecer PGF/PFGO/ALPOM nº 10/2011, de 28/01/2011 (fls. 96/98 do Processo nº 23.047.200024/2011-97), quanto à apuração de responsabilidade pela ausência de contrato vigente para os serviços de limpeza, conservação e higiene para o Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás – IFG, entre 01/01 a 05/04/2011, ou implemente a providência informada no Ofício nº 265/2012/GAB/IFG, de 17/05/2012, qual seja encaminhar eventuais justificativas e informações adicionais ao emissor do parecer em questão, a fim de que se manifeste quanto à desnecessidade na apuração de responsabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD			105181
Síntese da providência adotada:			
O processo nº 23.047.200024/2011-97 será encaminhado imediatamente à Procuradoria Federal para análise das justificativas, a fim de que se manifeste quanto à necessidade de apuração de responsabilidade.			
Síntese dos resultados obtidos			
O processo nº 23.047.200024/2011-97 foi encaminhado à Procuradoria Federal que emitiu parecer nº 162/2012 em 08 de novembro de 2012, em anexo, desobrigando a Administração de apuração de responsabilidade administrativa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.8.1 Constatação (38)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			

Em relação ao item B, recomendamos que a Unidade passe a remeter à Controladoria-Regional da União em Goiás, a partir do Exercício de 2012, cópias dos Relatórios de Atividades e outros documentos de interesse elaborados pela Auditoria Interna do IFG, tão logo sejam emitidos, de modo a estreitar a comunicação entre a UG e o Órgão de Controle Interno (CGU), propiciando uma sistemática de controle mais integrada e eficiente.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Auditoria Interna - AUDIN	105183

Síntese da providência adotada:

Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União em Goiás, no mês de outubro/2012 enviamos vários relatórios do ano em curso, em fevereiro/2013 foram remetidos os relatórios restantes inerentes ao exercício 2012 e para o ano de 2013 delineamos o envio quadrimestral dos relatórios de atividades e outros documentos relevantes produzidos pela Auditoria Interna.

Síntese dos resultados obtidos

Os relatórios produzidos pela Auditoria Interna foram na sua totalidade encaminhados à Controladoria Regional da União em Goiás.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás	451

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.8.1 Constatação (38)	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás	451

Descrição da Recomendação 2:

Quanto ao item C, recomendamos que a Unidade remeta à CGU-Regional/GO os comprovantes do cadastramento de atos de admissão, aposentadoria e pensão ocorridos em 2010, apontados no item 2.1.5.1 do Relatório de Auditoria de Gestão 2010, tão logo os mesmos sejam concluídos, o que se dará até julho/2012, conforme Ofício nº 265/2012/GAB/IFG, de 17/05/2012.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182

Síntese da providência adotada:

Todos os comprovantes de cadastramento dos atos de admissão, aposentadoria e pensão ocorridos em 2010 foram devidamente registrados no Sistema SISAC e enviados por meio físico e eletrônico à CGU.

Síntese dos resultados obtidos

Acatou-se a recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
-----------------------	--------------

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.8.1 Constatação (38)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 3:			
Em relação ao item D, recomendamos que a Unidade atualize periodicamente a CGU-Regional/GO acerca dos seguintes casos de pendências no ressarcimento ao Erário de valores percebidos indevidamente pelos servidores abaixo relacionados, que descumpriram o Regime de Dedicção Exclusiva:			
- Matrícula SIAPE nº 1188013 – última posição informada: "O vínculo do servidor, em Regime de Dedicção Exclusiva, com a PUC/GO está "sub judice" devendo este Instituto aguardar decisão do Poder Judiciário sobre a respectiva acumulação de cargos."			
- Matrícula SIAPE nº 0271114 – Processos 23373.002086/2011-33 (comunicado do ressarcimento que a servidora deveria fazer), 23373.002286/2011-96 (solicitação da servidora de como ressarcir o Erário) e 23373.002478/2011-01 (apresentação de defesa da servidora) – última posição informada: "Todos os processos foram apensados e encaminhados à Procuradoria Federal/IFG para parecer. Esta DDRH está aguardando o parecer da PROFE."			
Ressaltamos que, no caso da servidora matrícula SIAPE nº 0271114, a análise da assessoria jurídica está pendente desde 06/10/2011, merecendo, ainda, avaliação do IFG quanto às razões dessa demora.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
Foram emitidas Notas Técnicas pela DDRH para os servidores Edison de Almeida, James Deam Amaral Freitas e Ronay de Andrade Pereira, informando que os servidores não descumpriram o disposto no inciso I, art. 15 do Decreto nº 94.664/87; O servidor Charles dos Santos Costa entrou com Mandado de Segurança, obteve uma liminar favorável e está aguardando o trânsito em julgado da ação; e A servidora Gilda Aquino Araújo Mendonça fará a reposição ao erário com início em março de 2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Acatou-se a recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	3.1.8.1 Constatação (38)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 4:			
Quanto ao item H, recomendamos que a Unidade continue aperfeiçoando seus procedimentos para a melhoria do			

acompanhamento, supervisão, fiscalização e gestão dos contratos, de modo a evitar a reincidência de falhas quanto a apresentação de prestações de contas de contratos para realização de concursos públicos e processos seletivos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD	105181

Síntese da providência adotada:

Para aperfeiçoar o acompanhamento, a supervisão, a fiscalização e a gestão de contratos, convênios e outros ajustes de natureza financeira firmados com terceiros pelo Instituto Federal de Goiás, os gestores, os pregoeiros e fiscais de contratos foram orientados por meio das recomendações contidas nos Memorandos Circular n. 40/2011, 41/2011 e 42/2011 (cópias anexas), da Pró-Reitoria de Administração do IFG. Além disso, com o mesmo objetivo foi publicada a Portaria n. 390, de 27 de março de 2012 (em anexo). E ainda, estão divulgadas, no site do IFG, as orientações relativas à Gestão e Fiscalização de Contratos, disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ifg.edu.br/dap/index.php/contratos/189>.

É importante ressaltar que, a Pró-Reitoria de Administração mantém um relacionamento estreito com os Gestores e Fiscais de Contratos com o objetivo de auxiliar os servidores nomeados para o desempenho de tais funções a garantirem a efetiva prestação de serviços pelos contratados.

Síntese dos resultados obtidos

Houve melhoria na gestão de fiscalização de todos os contratos da Instituição. Em se tratando do Contrato para a realização de concursos públicos e processos seletivos, a emissão de Ordem de Serviço pelo fiscal do Contrato, com detalhamento das demandas trouxe melhoria para a Gestão e Fiscalização do referido contrato. Além disso, é prática contínua da Administração o aperfeiçoamento do acompanhamento, supervisão, fiscalização e gestão de contratos. Inclusive em 2012, foi realizado o Pregão 19/2012, cujo objeto é a capacitação de servidores e o Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos está entre os cursos que serão oferecidos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores negativos.

10.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria Anual de Contas nº 201203349	1.1.1.1 Constatação (1)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que a Unidade, na redação dos próximos Relatórios Anuais de Gestão, atente para a inclusão de todas as análises e justificativas para os pontos relevantes apresentados, em nível de detalhamento adequado para permitir o devido entendimento acerca dos respectivos fatores envolvidos, bem como providencie para que a versão impressa do documento contenha as assinaturas do Gestor e dos subscritores das declarações apensadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182

Síntese da providência adotada:
Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União em Goiás.
Síntese dos resultados obtidos
Quando da edição dos próximos Relatórios Anuais de Gestão estaremos atentos ao cumprimento da recomendação acima.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores negativos.

10.5. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.5.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

O Quadro A.10.5 abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei.

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	5
	Entregaram a DBR	-	-	5
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	232
	Entregaram a DBR	-	-	232
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: PRODI / DDRH

10.6. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Quadro A.10.6 - Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Paulo Francinete da Silva Júnior**, CPF nº **557.810.711-72**, **Pró-Reitor de Administração**, exercido no **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Quanto a alimentação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV não foram lavrados convênios.

Brasília, ___ de ____ de 2013.

Paulo Francinete da Silva Júnior
CPF nº 557.810.711-72
Pró-Reitor de Administração

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Neste subitem a Unidade Jurisdicionada deveria informar sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CCFC 1.136/2008 e 1.137/2008. Entretanto, a Unidade Jurisdicionada ainda não está aplicando os dispositivos contidos nessas normas, por falta de um sistema patrimonial informatizado.

No momento, da Diretoria de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Goiás está trabalhando no sentido de implantar o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, o qual fornecerá mecanismos para o processo contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos bens patrimoniais da Unidade.

A expectativa da gestão é que a Diretoria de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Goiás disponibilize o SUAP com os mecanismos de gestão patrimonial no decorrer deste exercício.

11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1. Declaração Plena

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com o Quadro A.11.1 (De Conformidade ou da Não Conformidade) apresentado a seguir; local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			158153
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Goiânia	Data	25/02/2013
Contador Responsável	Terezinha Borges de Almeida	CRC nº	6.447

12 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

12. INDICADORES DE DESEMPENHO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

A Pró-Reitoria de Ensino realizou a análise dos indicadores de gestão acadêmica, tendo como base os dados cadastrados no SISTEC. As informações constantes dos dados coletados pelo SISTEC aplicam-se aos cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC e aos cursos técnicos e superiores, de graduação e de pós-graduação, presenciais. Os cursos e vagas na modalidade de Educação a Distância, EaD, ofertados em 2012 por meio do E-TEC, incluindo os cursos do programa PROFUNCIÓNÁRIO, não integraram a base de dados do SISTEC e, nesse sentido, não consta dos referidos indicadores.

As ações desenvolvidas no âmbito da PROEN em 2012 concentraram-se na aprovação da planilha de oferta e alteração de oferta de cursos e vagas constante do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, ajustando a mesma às diretrizes políticas de atuação dos Institutos Federais. A expansão da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos Câmpus, o ajuste da oferta de cursos técnicos, prioritariamente na forma integrada ao ensino médio, e a expansão da oferta de cursos de Licenciatura, possibilitaram o atendimento às diretrizes da lei de criação dos Institutos Federais, Lei 11.892/2008, conforme verificado nos gráficos em anexo.

Os trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Educação Básica e Superior – DEBS/PROEN na sistematização das alterações da planilha de oferta de cursos foi aprovado pela Resolução nº 16, de 13 de novembro de 2012 do Conselho Superior da Instituição .

As demais ações estratégicas de desenvolvimento do ensino estiveram focadas nos seguintes aspectos:

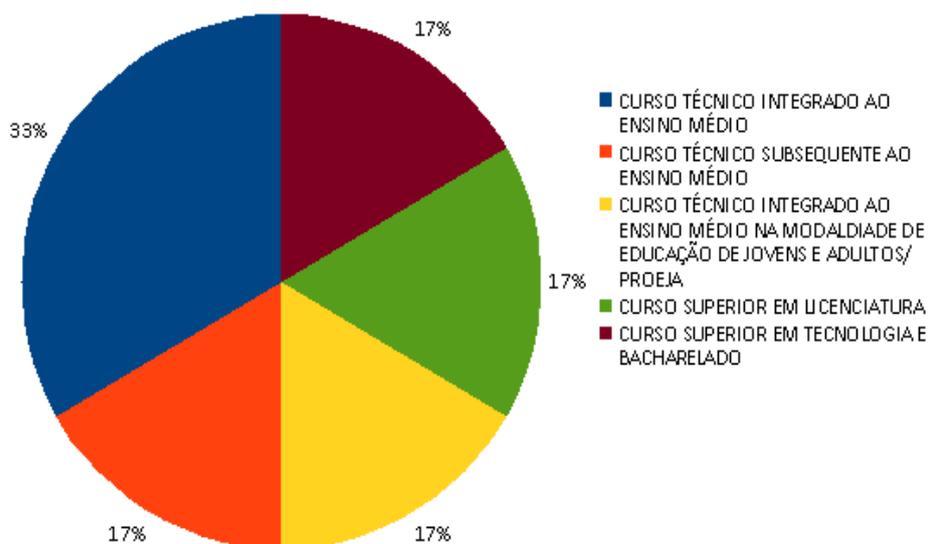
- Sistematização de proposta final de revisão da legislação acadêmica referente ao Regulamento do Corpo Docente e ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, ambas encaminhadas à Reitoria, aos Câmpus e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CEPEX em agosto e setembro de 2012, aguardando a apreciação do CEPEX para encaminhamento ao Conselho Superior.
- Publicação dos Editais de monitoria para o primeiro e segundo semestre de 2012 em abril e setembro de 2012 e elaboração de proposta de minuta de regulamentação do programa de bolsas de monitoria a ser apreciada pela Câmara de ensino do CEPEX em março deste ano de 2013.
- Elaboração e aprovação dos projetos de cursos na modalidade de Educação a Distância – EaD.
- Implementação da oferta de cursos na modalidade de EaD.
- Implementação da oferta de cursos de capacitação de professores e tutores para a atuação em EaD.

- Elaboração de proposta de curso de capacitação pedagógica de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica em conjunto com a Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, por meio de comissão de trabalho constituída por portaria do Reitor. O curso tem início em março deste ano de 2013.
- Adequação do Sistema de Gestão Acadêmica e sistematização de procedimentos técnicos para a emissão e registro de diplomas no âmbito da CRD/DAA/PROEN.
- Sistematização de procedimentos e orientação dos Câmpus para a certificação de conclusão do ensino médio com base no ENEM.
- Constituição do Fórum de Licenciaturas com representação dos coordenadores de curso e representantes docentes e discussão de minuta de políticas e diretrizes para a oferta de cursos de Licenciatura.
- Construção dos Projetos Pedagógicos dos novos cursos técnicos integrados ao ensino médio e da alteração dos PPC dos cursos para a oferta em tempo integral.
- Orientação e coordenação das ações institucionais tendo em vista a implementação do Programa de Educação Tutorial – PET com submissão e aprovação de projeto junto à SESU/MEC no Câmpus Itumbiara.
- Capacitação/treinamento de gestores acadêmicos dos Câmpus na atualização do Sistema de Gestão Acadêmica, Q-acadêmico, no âmbito da DAA/PROEN.
- As ações de rotina dos setores que congregam a Pró-Reitoria de Ensino, dentre estes o Centro de Seleção, foram desenvolvidas considerando as adequações decorrentes do atendimento às mudanças da legislação, a exemplo da lei de reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública, por etnia e por faixa de renda familiar no segundo semestre de 2012, e os atos de regulação e supervisão da educação superior, por meio do e-mec, que orientou os procedimentos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores por parte da Procuradoria Educacional Institucional.

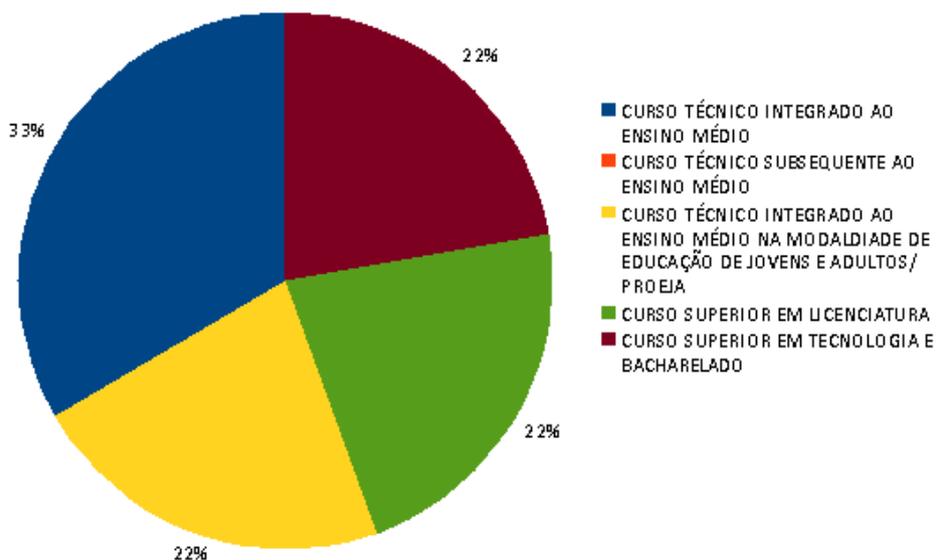
Distribuição de vagas nos diferentes níveis e modalidades de Cursos do IFG (Fonte: Sistec/QAcadêmico/Proen):

IFG/ Câmpus Anápolis

Anápolis - distribuição de vagas atuais

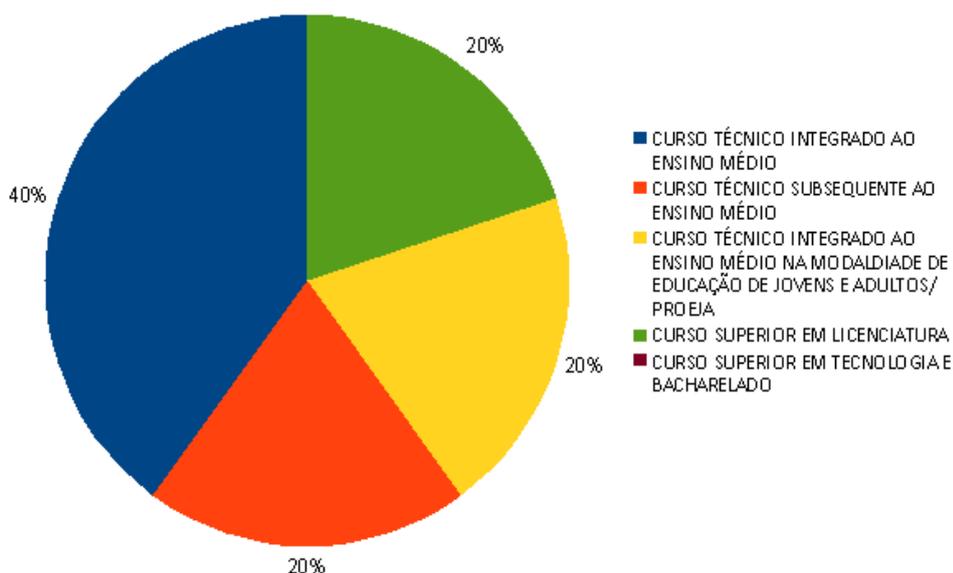


Anápolis - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

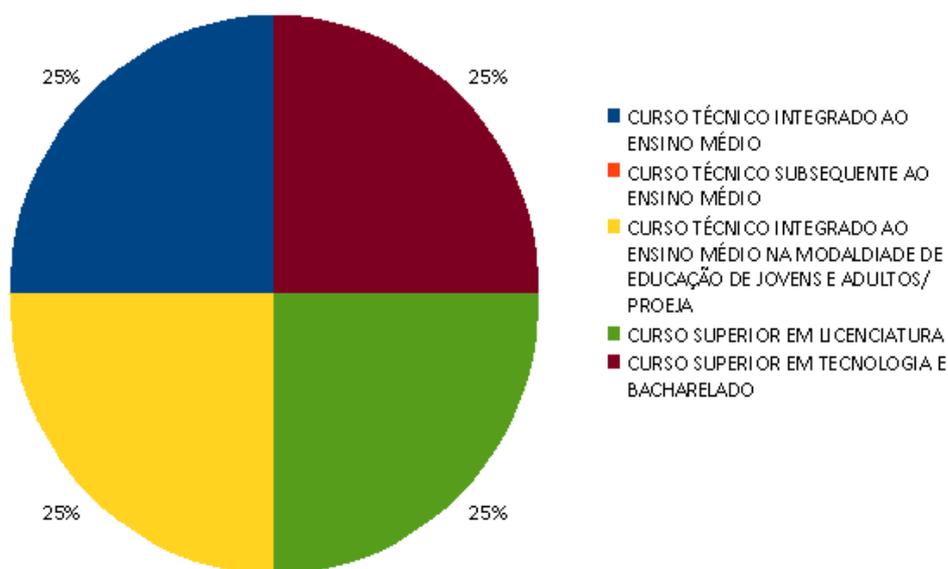


IFG-Câmpus Formosa

Formosa - distribuição de vagas atuais

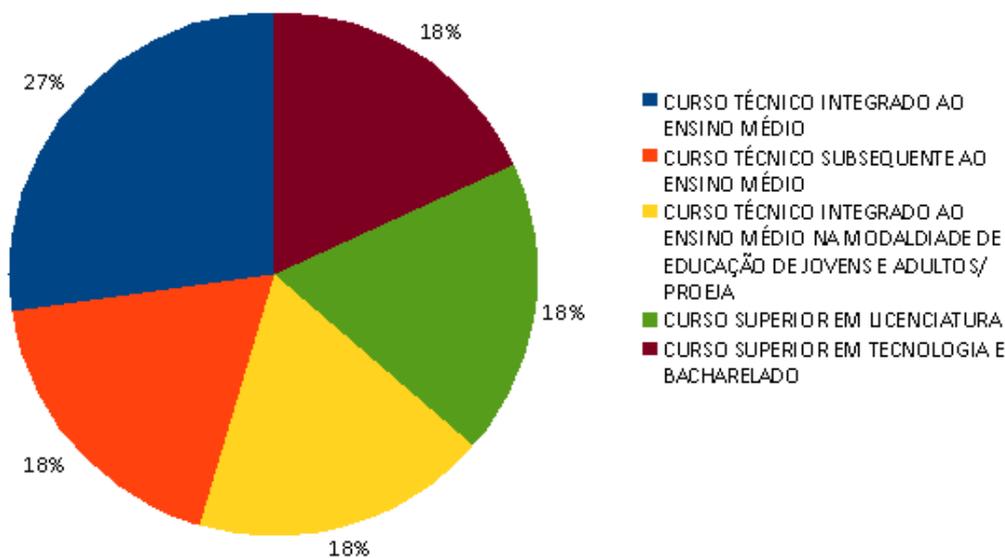


Formosa - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

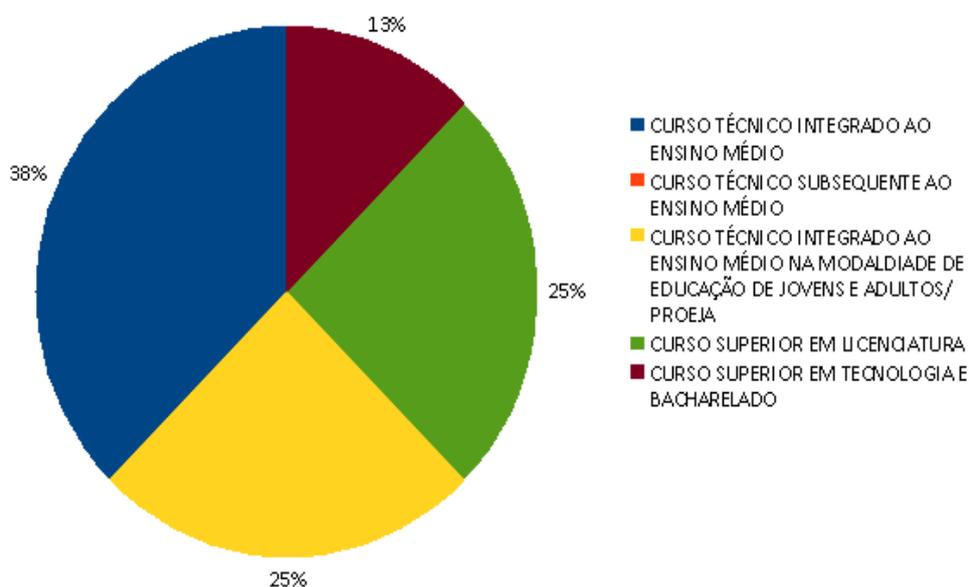


IFG / Câmpus Luziânia

Luziânia - distribuição de vagas atuais

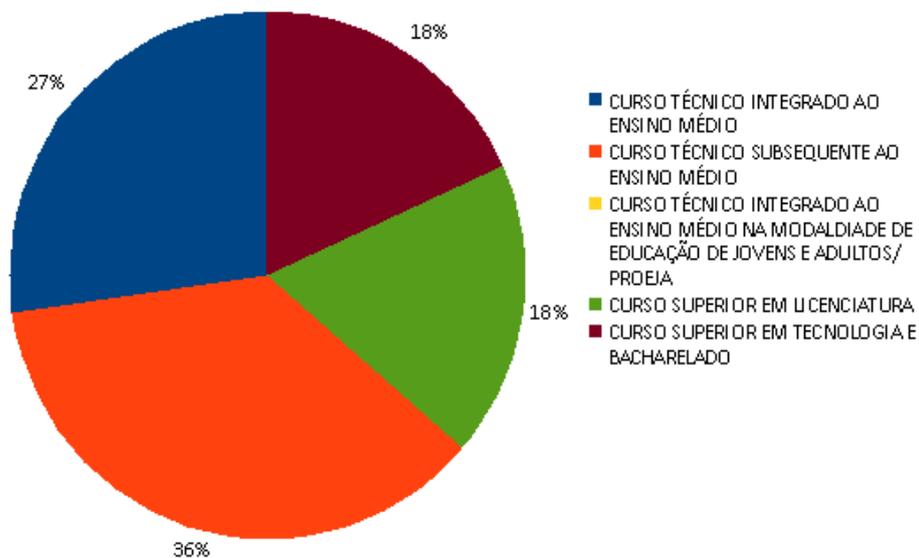


Luziânia - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

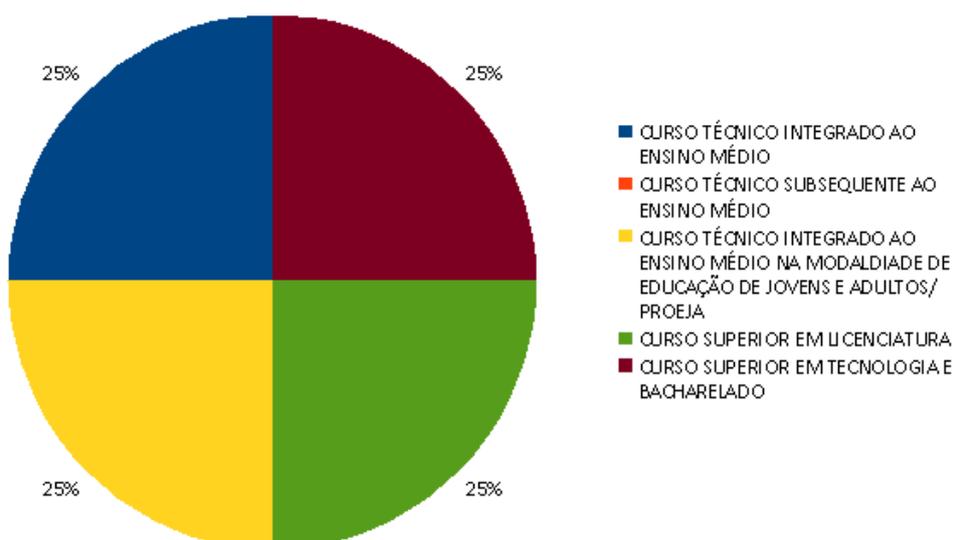


IFG/ Câmpus Itumbiara

Itumbiara - distribuição de vagas atuais

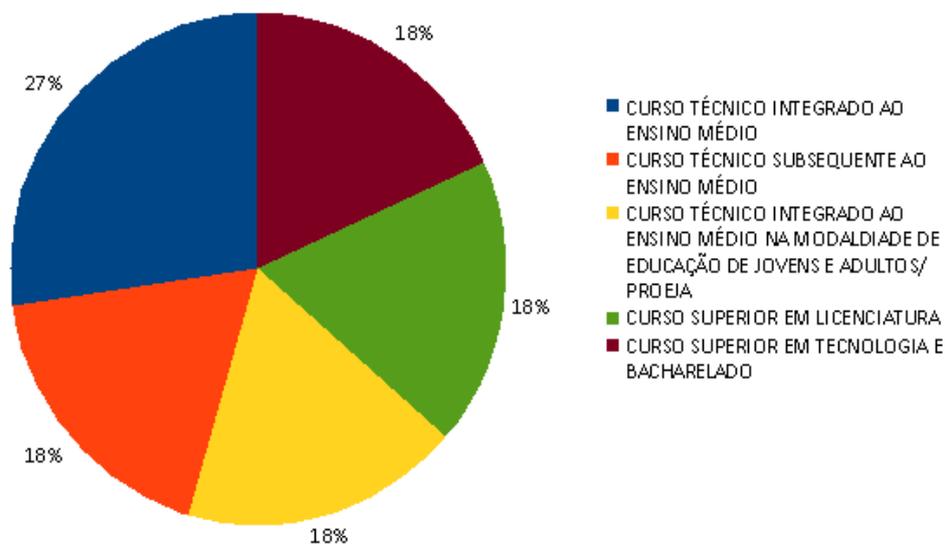


Itumbiara - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

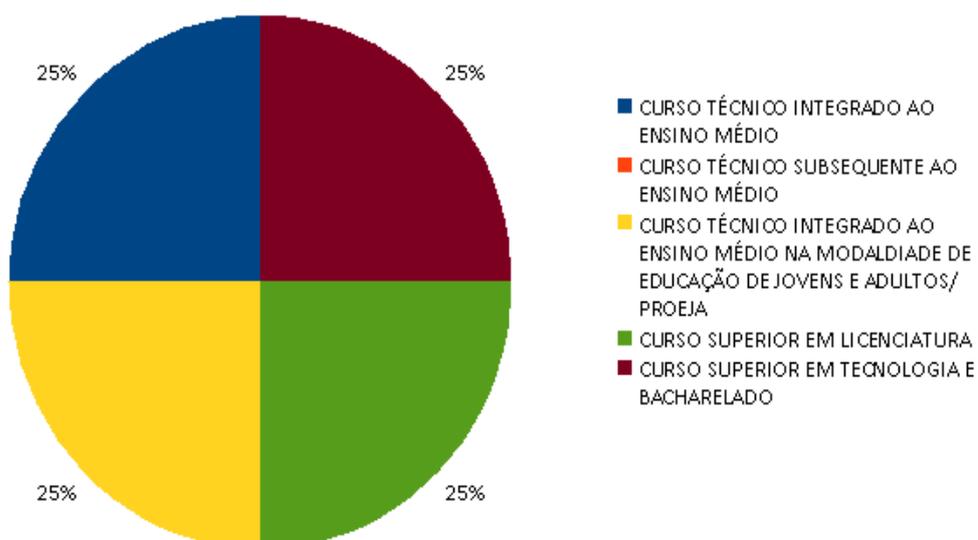


IFG/ Câmpus Uruaçu

Uruaçu - distribuição de vagas atuais

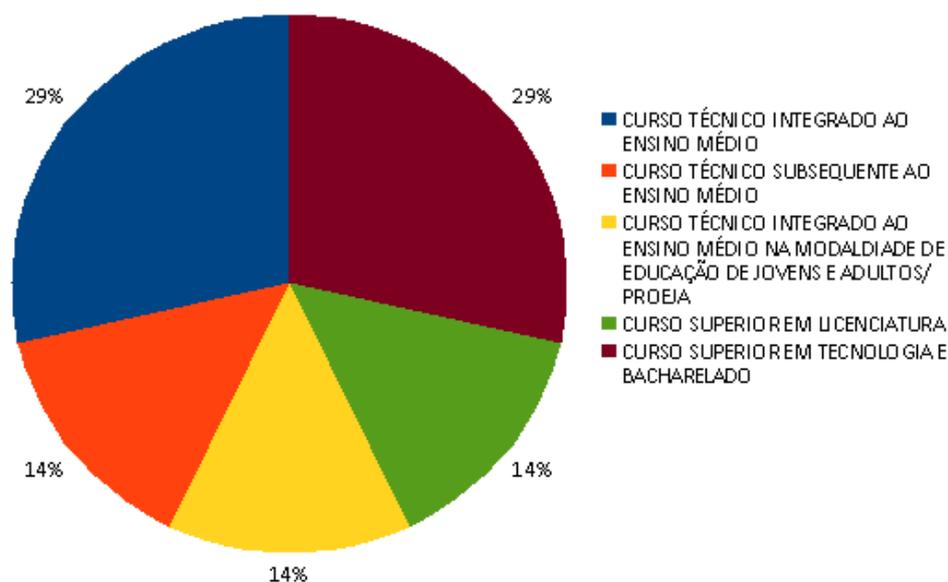


Uruaçu - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

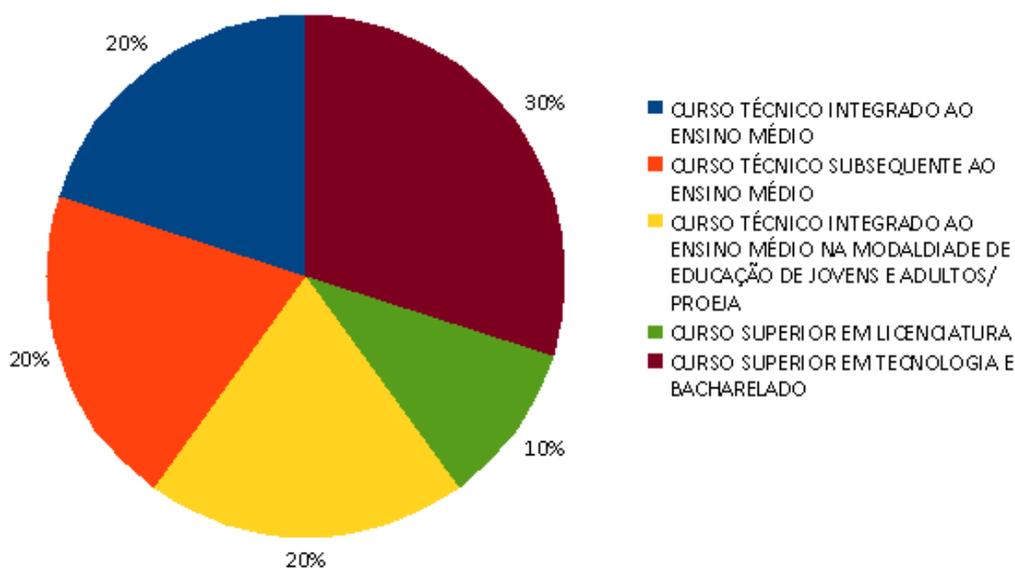


IFG/ Campus Jataí

Jataí - distribuição de vagas atuais

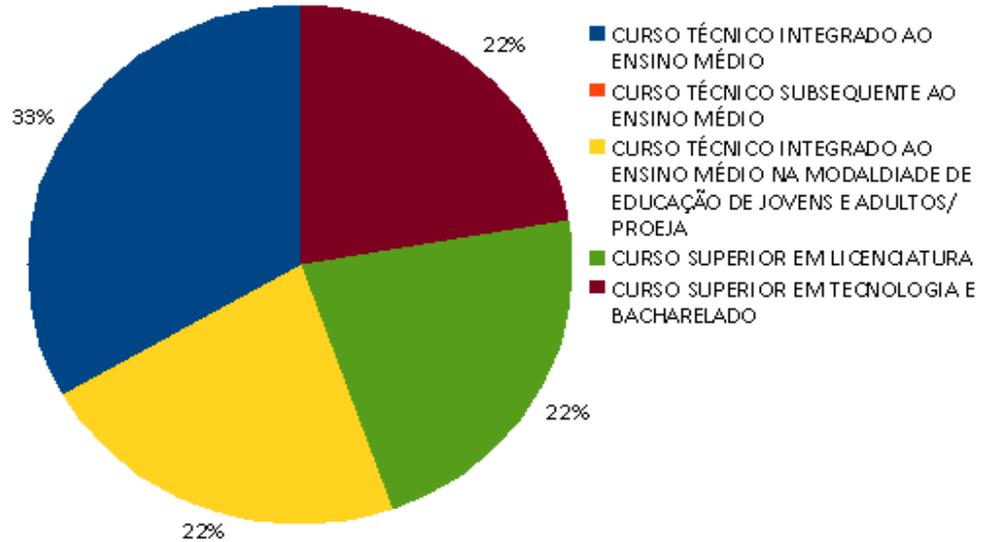


Jataí - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

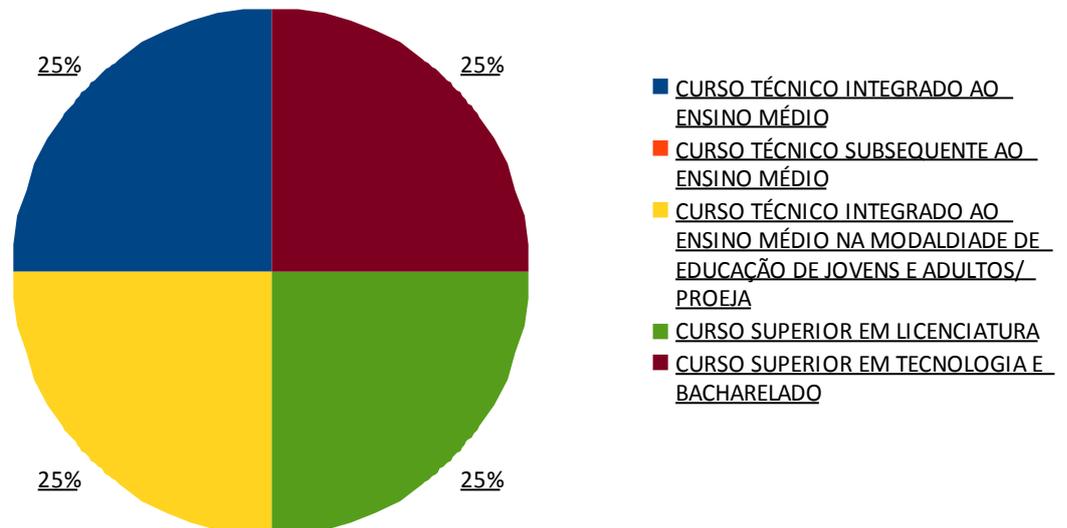


IFG/ Campus Inhumas

Inhumas - distribuição de vagas atuais

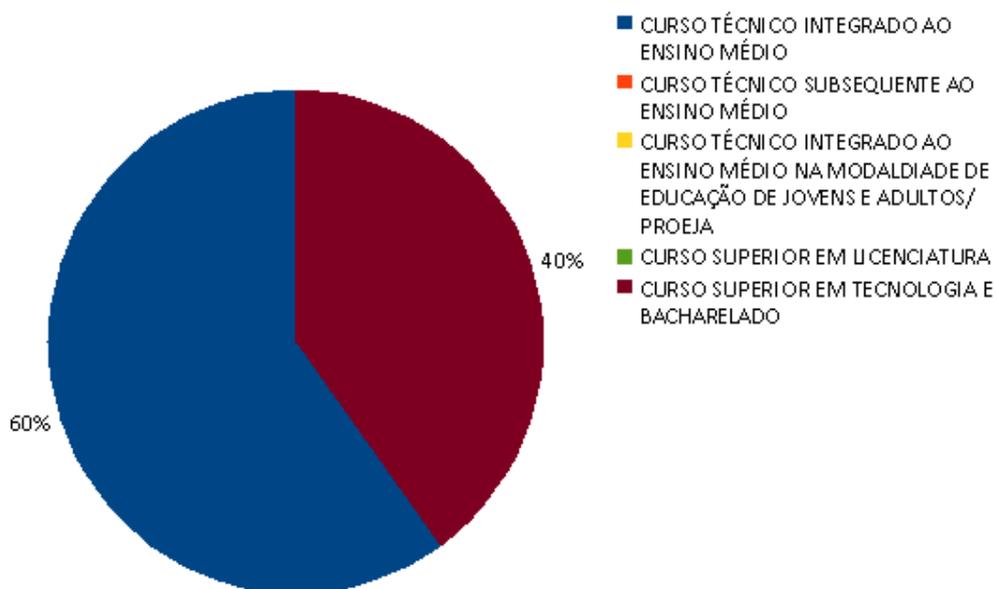


Inhumas - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

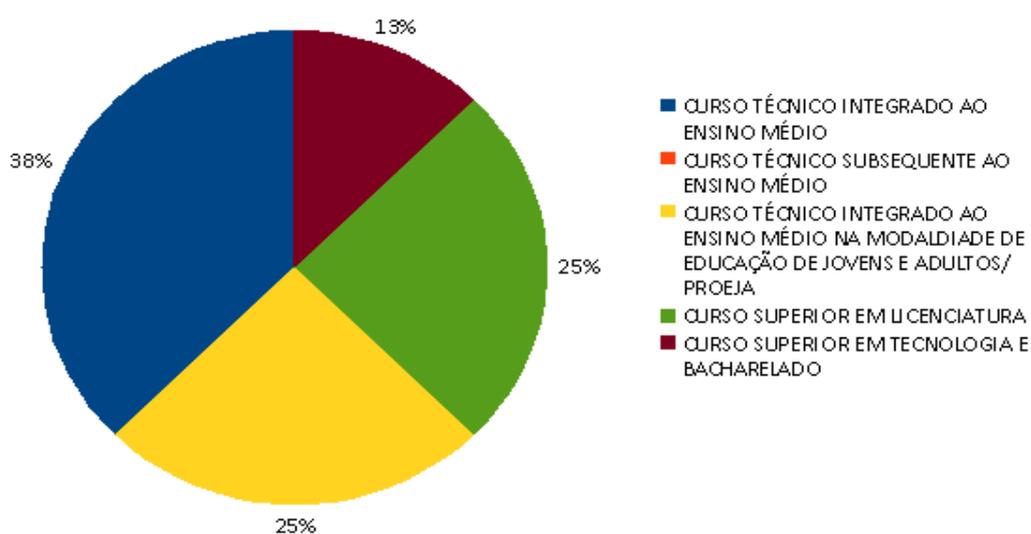


IFG / Câmpus Aparecida de Goiânia

Aparecida de Goiânia - distribuição de vagas atuais

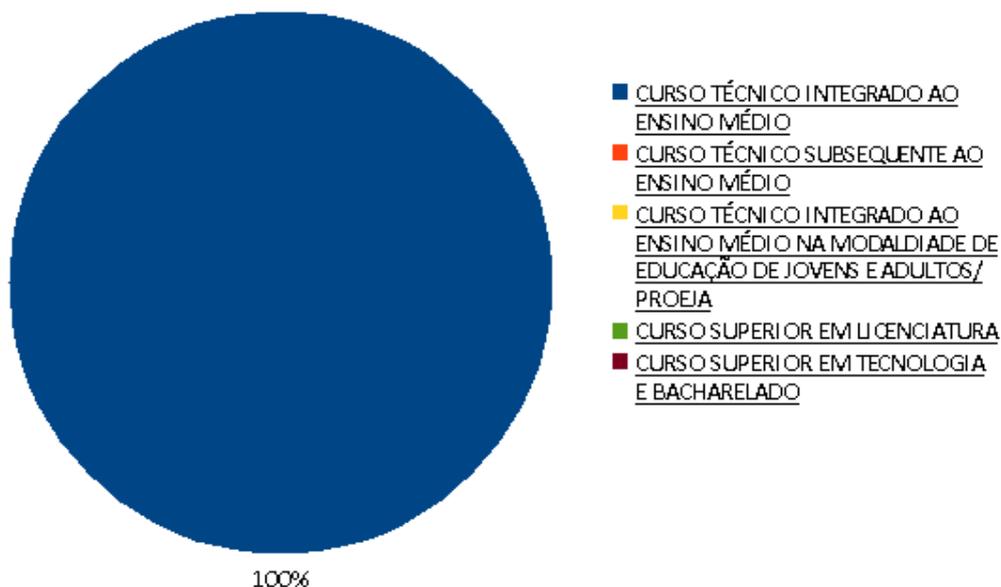


Aparecida de Goiânia - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

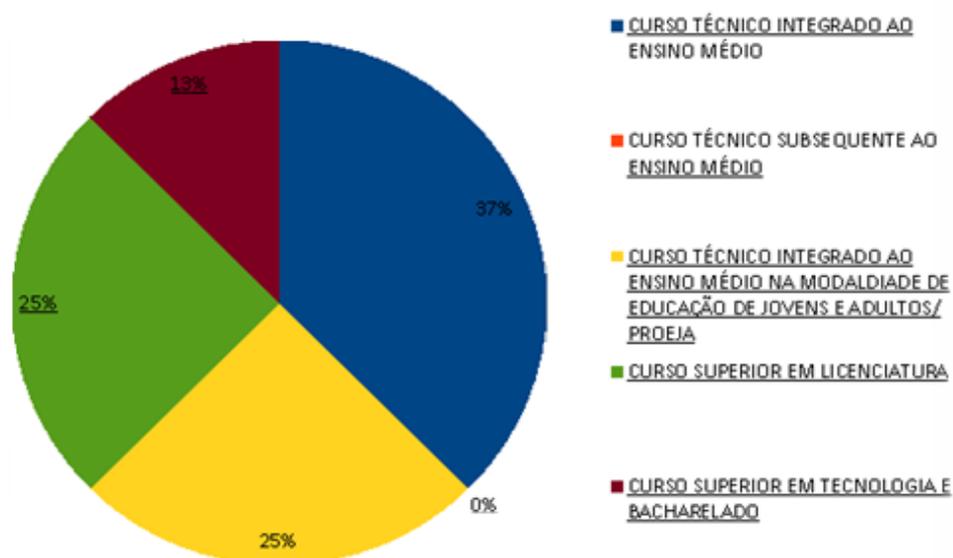


IFG / Câmpus Cidade de Goiás

Cidade de Goiás - distribuição de vagas atuais

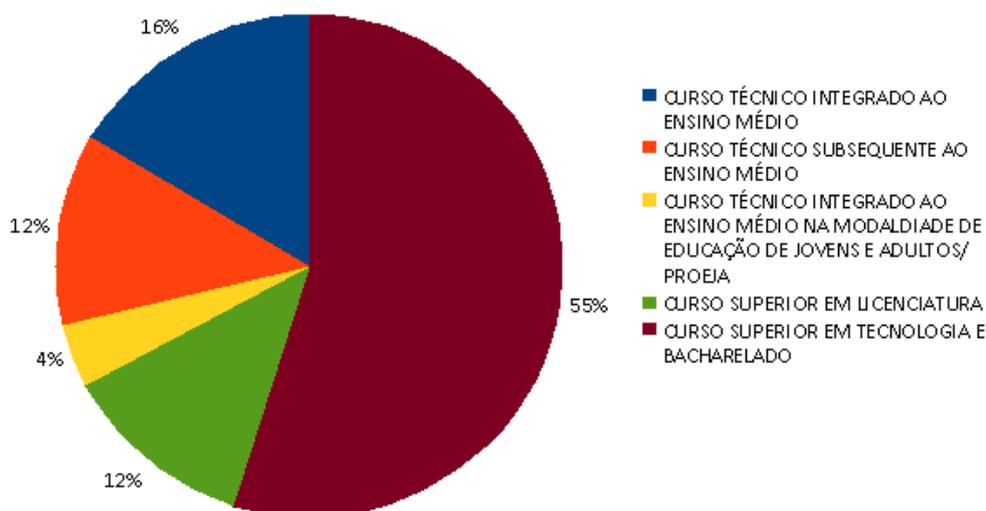


Cidade de Goiás - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016

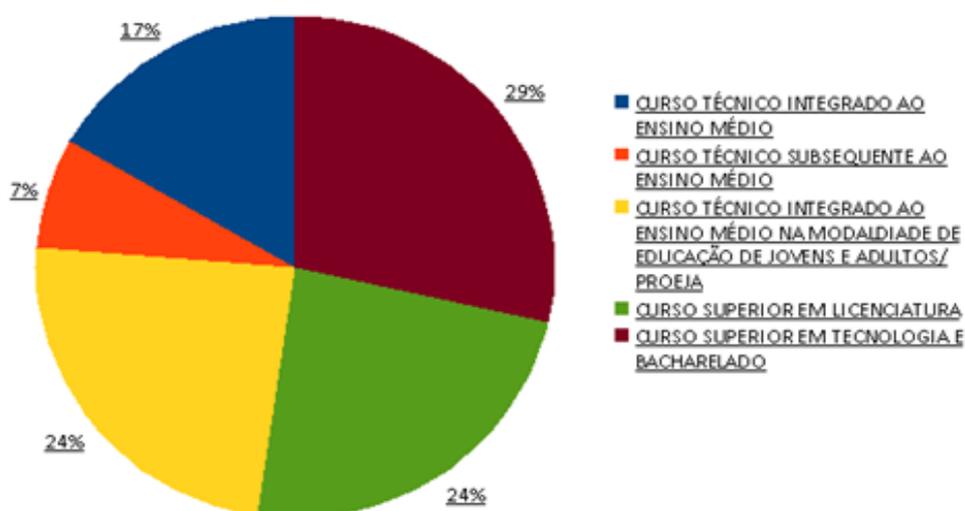


IFG/ Câmpus Goiânia

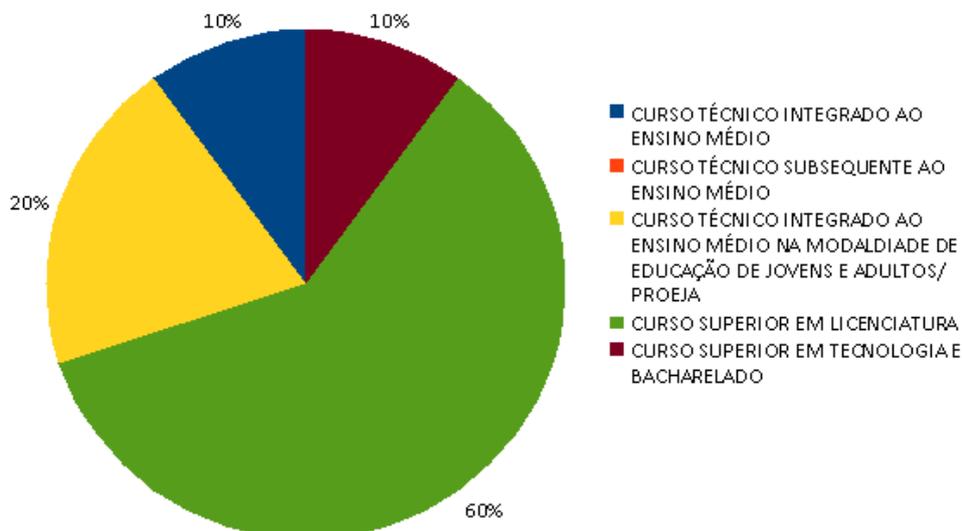
Goiânia - distribuição de vagas atuais



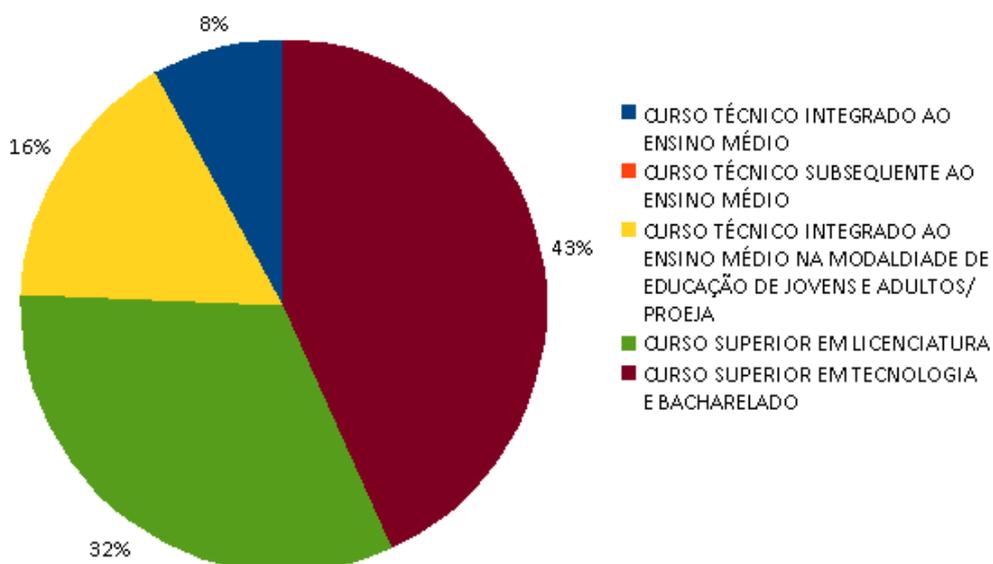
Goiânia - distribuição de vagas 2012 à 2016



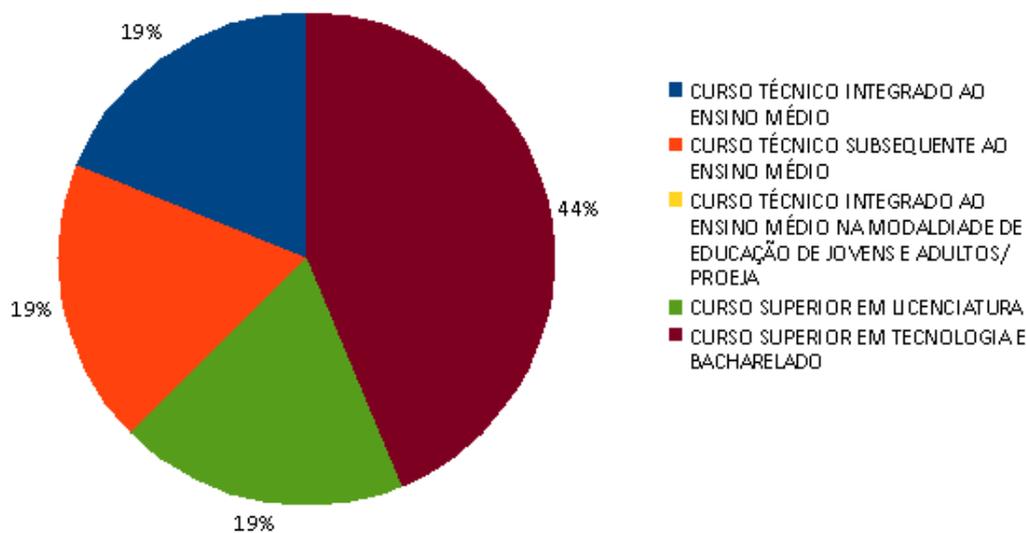
Goiânia/ Departamento I - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016



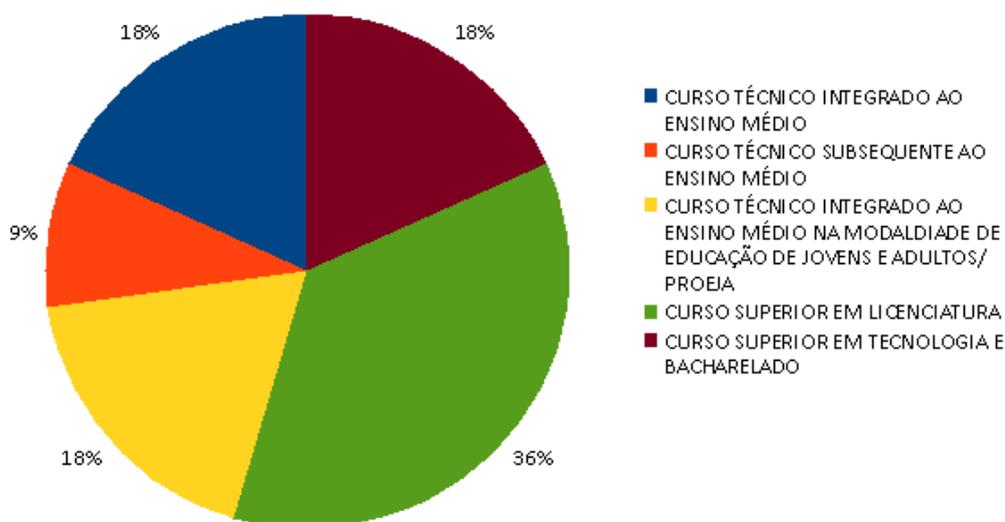
Goiânia/ Departamento I - distribuição de vagas atuais



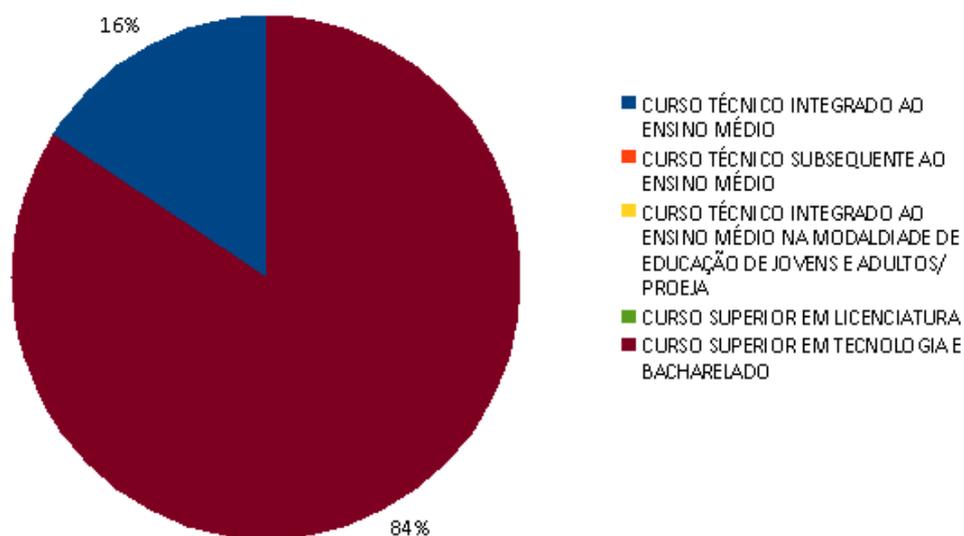
Goiânia/ Departamento II - distribuição de vagas atuais



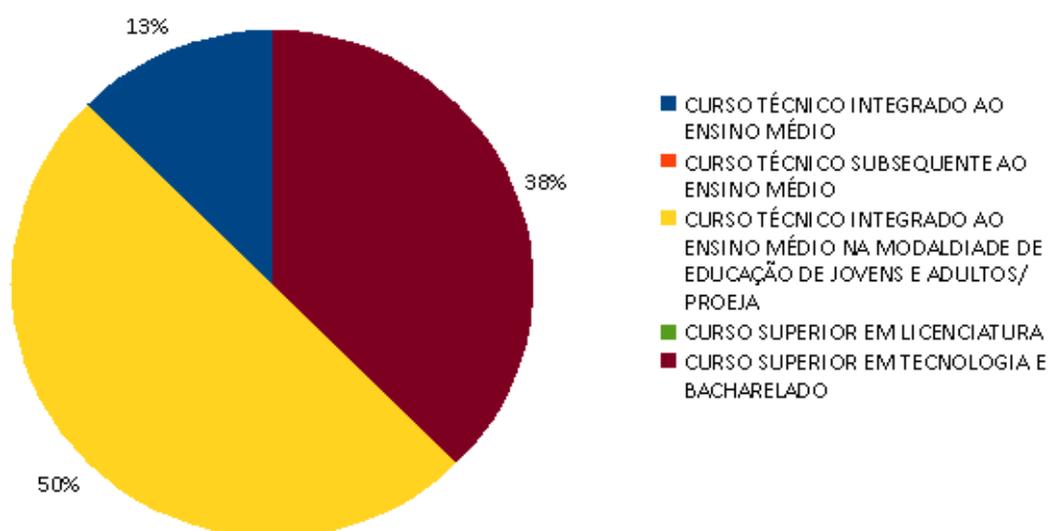
Goiânia/ Departamento II - distribuição de vagas PDI 2012 à 2016



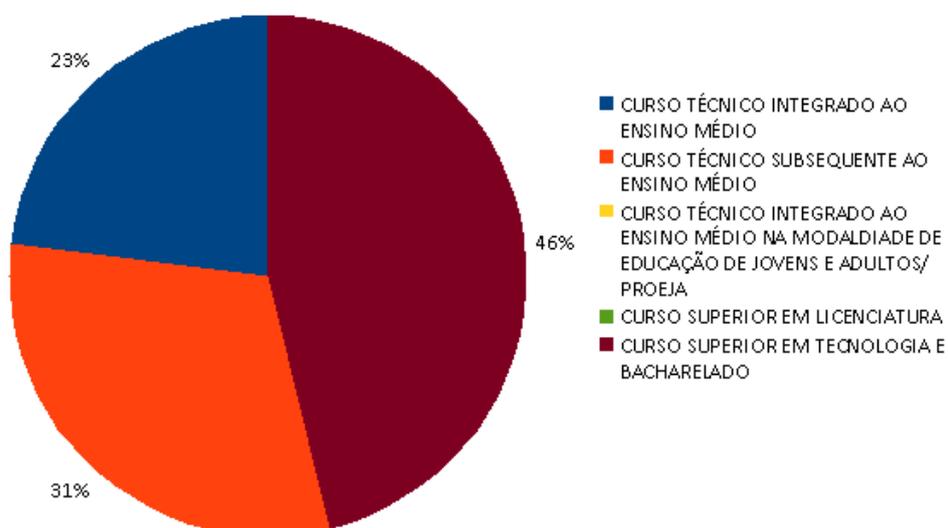
Goiânia/ Departamento III - distribuição de vagas atuais



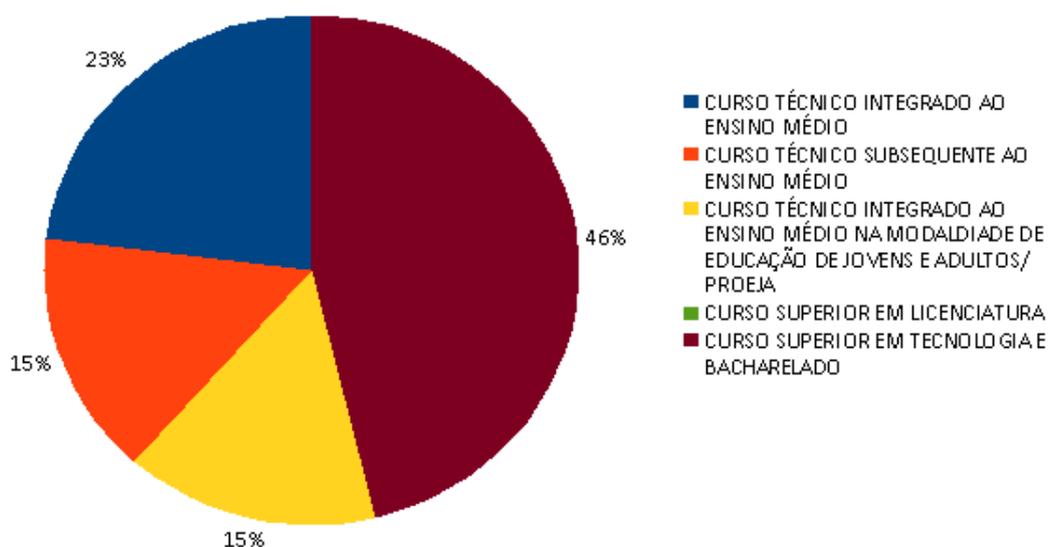
Goiânia/ Departamento III - distribuição de vagas 2012 à 2016



Goiânia/ Departamento IV - distribuição de vagas atuais



Goiânia/ Departamento IV - distribuição de vagas 2012 à 2016



12.1. DA GESTÃO ACADÊMICA

Os indicadores apresentados a seguir foram analisados pela Diretoria de Administração Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino segundo a legislação vigente e tomando como base as informações constantes no SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Diante disso, passa-se a apresentar os indicadores calculados diretamente da planilha de dados SISTEC atualizada até a data de 13/03/2013, conforme arquivo eletrônico anexo, enviada pela “Equipe Indicadores de Gestão 2012” - indicadoresdegestao2012@mec.gov.br. Em seguida faz-se uma análise com relação aos indicadores obtidos em anos anteriores.

Conceitos

Ingressantes: TODOS OS ALUNOS QUE POSSUEM O MÊS DE OCORRÊNCIA DA MATRÍCULA ENTRE JAN E DEZ/12.

Matriculados em Curso: todos os alunos que possuem status EM CURSO tendo o mês de ocorrência da matrícula até dez/12.

Matriculados Finalizados: todos os alunos que possuem status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração de status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que de algum modo já estão finalizados (com ou sem sucesso), porém, que estiveram matriculados durante o exercício de 2012.

Total Matriculados: matriculados em curso + matriculados finalizados

Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.

Retidos em Curso: todos os alunos que ainda estão com status EM CURSO de ciclos que possuem a data prevista para fim até o dia 31/12/2012. Essa fórmula nos apresenta os alunos que ainda estão EM CURSO em ciclos que já deveriam ter terminado.

Retidos Finalizados: todos os alunos que estão com status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração realizada até o dia 25 do mês subsequente à data prevista para o fim do ciclo, contando a partir do dia 25/01/2012 até o limite do dia 26/01/2013. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador.

Total Retidos: retidos em curso + retidos finalizados.

INDICADOR 07 – RELAÇÃO CANDIDATO POR VAGA

Este indicador evidencia a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas, durante o ano de 2012. O resultado do indicador será o quociente da divisão entre ambos os somatórios.

$$\text{relação candidato / vaga} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagas ofertadas}}$$

OBSERVAÇÃO: O cálculo leva em consideração todos os candidatos que buscaram a vaga ofertada, por quaisquer formas monitoradas pela instituição.

Tabela 12.9 – Indicador 7 - Relação candidato por vaga.

CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS / EXERCÍCIO		CANDIDATOS	VAGAS OFERTADAS	INDICADOR (%)
GOIÂNIA	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
	2011	23.165	1.320	17,55
	2012	21179	1335	15,86
INHUMAS	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
	2011	1.413	270	5,233
	2012	1668	530	3,15
ITUMBIARA	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
	2011	2.150	270	7,96
	2012	2095	430	4,87
JATAÍ	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75
	2010	2.253	363	6,21
	2011	2.467	420	5,87
	2012	2616	561	4,66
URUAÇU	2008	1.292	252	5,13
	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
	2011	932	210	4,438
	2012	3615	300	12,05
ANÁPOLIS	2010	961	330	2,91
	2011	4.177	360	11,6
	2012	5100	420	12,14
FORMOSA	2010	1.572	240	6,55
	2011	3.380	300	11,266
	2012	3373	381	8,85
LUZIÂNIA	2010	1.024	288	3,56
	2011	2.960	330	8,97
	2012	5037	440	11,45
CIDADE DE GOIÁS	2012	270	180	1,5
APARECIDA DE GOIÂNIA	2012	2382	150	15,88
TOTAL IFG	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68
	2011	40.644	3.480	11,679
	2012	47335	4727	10,01

Fonte: Sistec / MEC

Análise Crítica

O indicado **Relação Candidato / Vaga** para o IFG, conforme apresentado na tabela 12.9 foi de **10,01**. Este indicador apresentou uma pequena queda comparando com o ano anterior. Deve-se levar em consideração que diversos cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) foram formados com o número de oferta de vagas aproximado ao número de inscritos, por exemplo o curso COZINHA BRASIL do Câmpus Cidade de Goiás com 150 inscritos para 120 vagas. Isto certamente contribuiu para a leve queda do indicador. Os estudantes concorrem às vagas do IFG através de processos seletivos próprios (técnico e superior) e por meio do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) que disponibiliza 20% das vagas dos cursos superiores. Toda essa procura tem contribuído para a manutenção deste indicador em torno de 10%, além disso o IFG vem se consolidando ao longo dos anos como uma Instituição com grande procura pelos seus cursos, inclusive interiorizando a oferta de cursos tradicionais como o curso de Engenharia Civil nos Câmpus de Uruaçu e Aparecida de Goiânia.

Em 2012, através desse indicador, é possível destacar algumas áreas educacionais que mantiveram elevada relação candidato/vaga, conforme apresentado na planilha eletrônica anexa, tais como os superiores de Bacharelado em Engenharia Mecânica, Tecnologia em Construção de Edifícios e Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, todos do campus Goiânia. O curso de Engenharia Civil foi bastante concorrido nos Câmpus de Aparecida e Uruaçu. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do campus de Formosa e o curso de Tecnologia em Logística do campus de Anápolis continuam com uma alta demanda e são ofertados por cidades do interior do Estado. A Instituição mantém a oferta de cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, além de educação para jovens e adultos mesmo com alguns cursos tendo uma procura pequena.

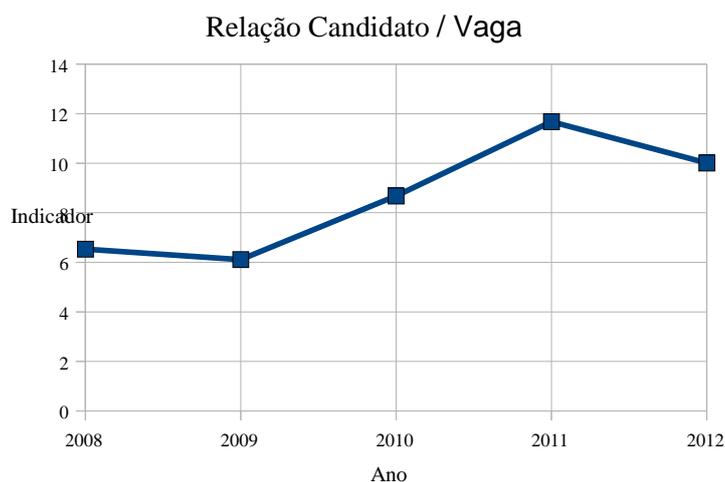


GRÁFICO 12.8 – Evolução da concorrência.
Fonte: Sistec / MEC

INDICADOR 08 – RELAÇÃO INGRESSOS POR ALUNO

Este indicador permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas ativas no mesmo período. Para o cálculo é considerado no numerador o somatório de todas as matrículas registradas pela primeira vez na situação ativa ("Em Curso") no período (considerando as inclusões de cada mês de ocorrência do período). Já no denominador deve ser considerado o total de matrículas em curso considerando o último mês de ocorrência consolidado, tomando como referência a data final do período informado, correspondendo também ao total da soma dos diversos status do aluno no período considerado.

Equação básica:

$$\text{RELAÇÃO} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ DE INGRESSOS OCORRIDOS EM 2012 } \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Tabela 12.10 – Indicador 08 – Relação ingressos por alunos.

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício	Ingressos	Matrículas	Indicador (%)	
Goiânia	2008	1.585	7.175	22,09
	2009	1.461	6.435	22,7
	2010	1.581	8.148	19,4
	2011	1.409	6.476	21,76
	2012	1311	6052	21,66
Inhumas	2008	222	712	31,18
	2009	315	1.090	28,9
	2010	280	1.098	25,5
	2011	265	1500	17,67
	2012	515	1591	32,37
Itumbiara	2008	91	91	100
	2009	243	550	44,18
	2010	241	814	29,61
	2011	282	910	30,99
	2012	402	1066	37,71
Jataí	2008	374	1.699	22,01
	2009	441	1.463	30,14
	2010	348	1.639	21,23
	2011	403	1879	21,45
	2012	511	1475	34,64
Uruaçu	2008	84	84	100
	2009	240	547	43,88
	2010	255	794	32,12
	2011	269	1063	25,31
	2012	283	850	33,29
Anápolis	2010	349	439	79,5
	2011	370	925	56,31
	2012	418	975	42,87
Luziânia	2010	343	498	68,88
	2011	440	998	44,09
	2012	623	1131	55,08

Formosa	2010	277	453	61,15
	2011	308	758	40,63
	2012	351	861	40,77
Aparecida	2012	153	153	100
Cidade de Goiás	2012	165	165	100
IFG	2008	2.356	9.761	24,14
	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.674	13.883	26,46
	2011	3.746	14.509	25,82
	2012	4732	14319	33,05

Fonte: Sistec / MEC

Análise Crítica

Através desse indicador é possível analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Pode-se observar por este indicador decresce à medida que o Câmpus avança com a formação dos ciclos completos de seus cursos e então o valor tende a se estabilizar evidenciando a sua real capacidade de ofertas. Os Câmpus, Aparecida e Cidade de Goiás, inaugurados em 2012 tiveram 100% de capacidade, pois todos os seus alunos ingressaram naquele ano. A relação de ingressos por aluno no IFG, em 2012, foi de 33,05%, o que mostra um aumento da oferta de vagas em relação ao ano anterior ocasionado pela implantação efetiva dos dois novos Câmpus e do aumento de cursos nos demais Câmpus, principalmente na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada).

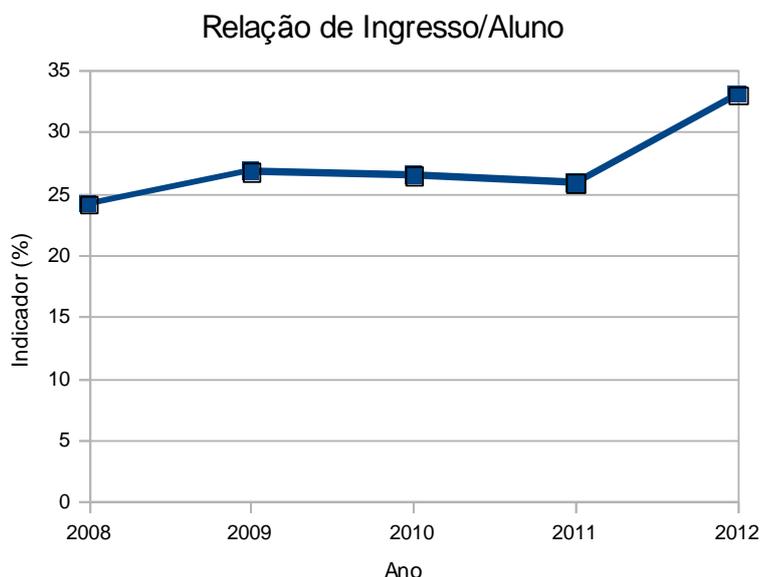


GRÁFICO 12.9 – Potencial de vagas ofertadas.

Fonte: Sistec / MEC

INDICADOR 09 – RELAÇÃO DE CONCLUINTES POR ALUNOS

A relação de concluintes por aluno permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas registradas no SISTEC com a situação “CONCLUÍDA/INTEGRALIZAR FASE ESCOLAR” e o total de matriculados no mesmo período.

Tabela 12.11 – Indicador 09 – Relação de concluintes por alunos.

CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS / EXERCÍCIO	CONCLUINTES	MATRÍCULAS	INDICADOR	
GOIÂNIA	2008	883	7.175	12,31
	2009	547	6.435	8,5
	2010	515	8.148	6,32
	2011	802	6.476	12,38
	2012	400	6052	6,61
Inhumas	2010	28	1098	2,55
	2011	67	1500	4,47
	2012	70	1591	4,4
Uruaçu	2010	1	794	0,13
	2011	34	1063	3,20
	2012	93	850	10,94
Itumbiara	2010	20	814	2,46
	2011	34	910	3,74
	2012	177	1066	16,6
Jataí	2008	195	1.699	11,48
	2009	120	1.463	8,2
	2010	48	1.639	2,93
	2011	80	1879	4,26
	2012	158	1475	10,71
Aparecida	2012	0	153	0
Cidade de Goiás	2012	99	165	60
Luziânia	2012	97	1131	8,58
Formosa	2012	56	861	6,5
Anápolis	2012	31	975	3,18
IFG	2008	1.078	8.874	12,15
	2009	667	7.898	8,45
	2010	612	13.883	4,41
	2011	1017	14.509	7,01
	2012	1181	14319	8,25

Fonte: Sistec / MEC

Equação básica:

$$\text{Relação} = \frac{\sum \text{N}^\circ \text{ de concluintes ocorridos em 2012} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Através desse indicador torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. A Figura do Gráfico 12.10 evidencia uma queda na relação de concluintes de 2008 a 2010. O baixo valor em 2010 se justifica devido ao aumento de matrículas quase o dobro quando comparado com 2009, ou seja, de 7.898 em 2009 para 13.883 em 2010. A partir de 2011 o gráfico inicia uma tendência de aumento. O valor de 2012 seria maior se não houvesse o movimento de paralisação que provocou o término do ano letivo para o início do ano de 2013. Com isto, muitas situações de matrículas de concluintes não foram registradas a tempo. Uma constatação é que a tendência do indicador é de crescimento, visto que o IFG possui grande parte dos seus alunos na fase intermediária dos seus cursos e, a medida que parte destes alunos alcancem a situação de concluído o indicador aumentará.

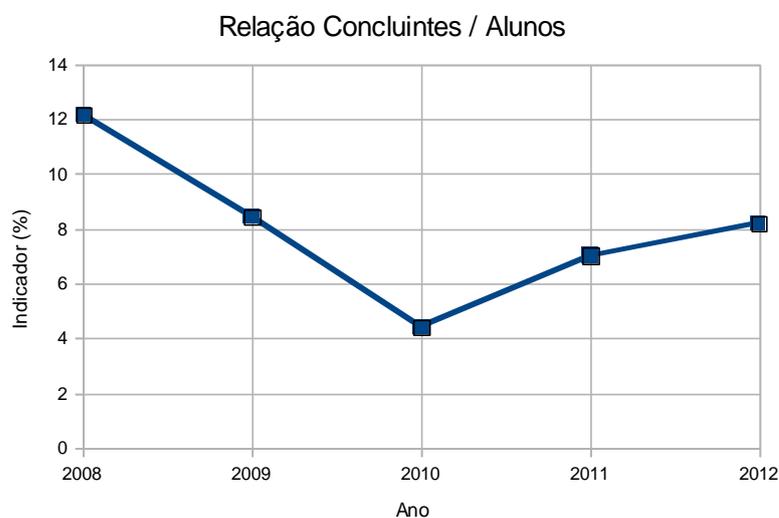


GRÁFICO 12.10 – Percentual de Conclusão.
Fonte: Sistec / MEC

INDICADOR 10 – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA

O índice de eficiência acadêmica permite que se calcule o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise.

Para efeito de cálculo do índice no SISTEC, são inicialmente selecionados todos os ciclos de matrícula que possuem data final prevista compreendida entre a data inicial e data final informados para a geração do indicador. Em seguida, são totalizadas as matrículas que possuem situação final em cada ciclo de matrícula, quantificando cada situação final individualmente.

A geração do indicador se dá através da geração do numerador, formado pelo total de concluintes (situação final igual a concluído) em 2012 e que pertençam a ciclos com previsão de término acima do ano de 2011, e o denominador é formado pelos alunos dos ciclos selecionados com situação final definida, isto é situação de “EVADIDOS”, “DESLIGADOS” ou “CONCLUÍDOS”. A Eficiência Acadêmica do IFG em 2012 foi de 48,1%. A Figura 12.11 mostra o gráfico deste indicador nos últimos cinco anos.

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes ocorridos em 2012 [dentro de ciclo com término em 2012]} \times 100}{\text{Alunos com Situação Final}}$$

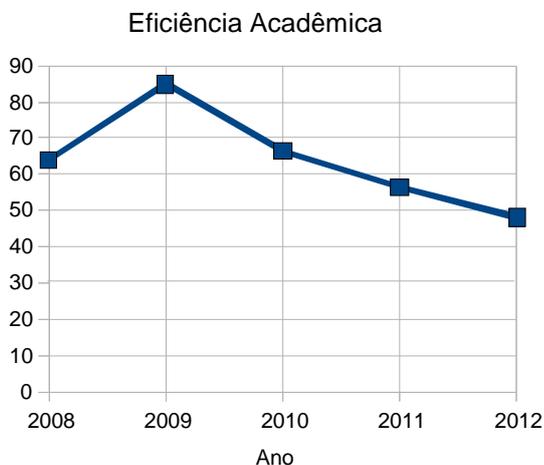


GRÁFICO 12.11 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente.
Fonte: Sistec / MEC

Análise Crítica

Através deste indicador é possível verificar se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes com ciclo ainda em vigor e o número de alunos que não estão mais ativos. Deve se ressaltar que apenas dois Câmpus possuem todos os ciclos ativos na maioria dos cursos contribuindo assim na formação dos concluídos. Mesmo, nestes Câmpus existem um grande número de novos cursos onde o alunato encontra-se nos primeiros anos dos seus respectivos cursos e, além disso, o modelo IFG é diverso e complexo possuindo cursos em diferentes níveis de ensino com carga horária / duração dos cursos também diferenciados, pois as políticas da educação têm sido alteradas em curto espaço de tempo. Portanto, a análise de eficiência somente é possível, a partir do acompanhamento dos ingressos de determinado nível de curso até que esse aluno ingressante conclua o curso.

O indicador ficou comprometido com o movimento de paralisação, ocorrido em 2012, pois todos aqueles alunos de ciclos com término em 2012 e que teria a situação alterada para concluído ficaram sem estes registros. Infelizmente, estes dados de concluídos não favorecerão o indicador no próximo ano, uma vez que a data prevista de término do ciclo já ocorreu em 2012. O mesmo aplica-se aos dados de concluídos de 2011 cujo indicador também ficou comprometido em função do movimento de paralisação que ocorreu naquele ano.

O objetivo do IFG é trabalhar com uma eficiência de 75% a 85% para isto tem colocado como meta uma comunicação mais eficaz com o alunato. Traduzindo, procura-se motivar os alunos para que conclua não apenas os componentes da matriz, como também o estágio ou outra atividade obrigatória dentro do prazo previsto do ciclo.

Uma observação que se faz é que o aluno está tendo oportunidades de trabalho antes de concluir o curso ou dedicando um tempo extra a estágio ou TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

INDICADOR 11 – ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Este indicador é calculado para matrículas que permanecem ativas (situação “em curso”) mesmo após a data prevista para o término do curso (data final do ciclo de matrícula), ou que a sua conclusão no curso (situação final da matrícula, nos casos de conclusão, integralização de fase

escolar ou demais situações finais), ocorram em período (mês de ocorrência) superior a data final prevista para o curso (ciclo de matrícula).

O cálculo do indicador para o ano de 2012 procedeu com a seleção de todos os ciclos de matrículas de cursos com data prevista de término entre jan/12 e dez/12. Em cada ciclo foram contabilizados o total de matrículas em situação em curso, compondo assim o numerador. O denominador foi composto por todas as matrículas registradas nos ciclos de matrícula considerados.

Para o cálculo deste Indicador (Retenção) os ciclos selecionados foram aqueles com término em 2012. A tabela 12.13 mostra a totalização por Câmpus e o cálculo do indicador.

Tabela 12.13 – Indicador 11 – Índice histórico de retenção do fluxo escolar.

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
ANÁPOLIS	2011	37	98	37,76
	2012	89	975	9,13
FORMOSA	2011	9	163	5,52
	2012	124	861	14,4
LUZIÂNIA	2011	11	106	10,38
	2012	212	1131	18,74
GOIÂNIA	2008	781	7.175	10,89
	2009	986	6.435	15,32
	2010	1.126	8.148	182,
	2011	439	861	50,99
	2012	2391	6052	39,51
INHUMAS	2008	185	712	25,98
	2009	262	1.090	24,04
	2010	285	1.098	25,96
	2011	258	450	57,33
	2012	614	1591	38,59
ÍTUMBIARA	2008	11	91	12,09
	2009	127	550	23,09
	2010	181	814	22,24
	2011	37	118	31,36
	2012	173	1066	16,23
JATAÍ	2008	240	1.699	14,13
	2009	283	1.463	19,34
	2010	286	1.639	17,45
	2011	49	278	17,63
	2012	190	1475	12,88

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
URUAÇU	2008	04	84	4,76
	2009	47	547	8,59
	2010	192	794	24,18
	2011	15	88	17,05
	2012	118	850	13,88
APARECIDA DE GOIÂNIA	2012	0	153	0
CIDADE DE GOIÁS	2012	0	165	0
IFG	2008	1.221	9.761	12,51
	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	2.187	13883	16,08
	2011	855	2162	39,55
	2012	3911	14319	27,3

Fonte: Sistec / MEC

Análise Crítica

A taxa de retenção do fluxo escolar (aluno “Em Curso” com ciclo vencido), em 2012 foi de 27,3%, valor que aponta para uma queda do indicado dentro de níveis aceitáveis (10 a 20%).

A Instituição tem incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: grupo de apoio psicopedagógico nos departamentos para interagirem com os alunos e estudarem alternativas para minimizar problemas extra salas que atrapalhem o rendimento escolar, ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo a iniciação científica e assistência ao educando, etc.

Este indicador também ficou comprometido com o movimento de paralisação, ocorrido em 2012, pois todos aqueles alunos de ciclos com término em 2012 e que teria a situação final definida ficaram sem estes registros. O mesmo aplica-se aos dados de concluídos de 2011 cujo indicador também ficou comprometido em função do movimento de paralisação que ocorreu naquele ano.

Retenção Escolar

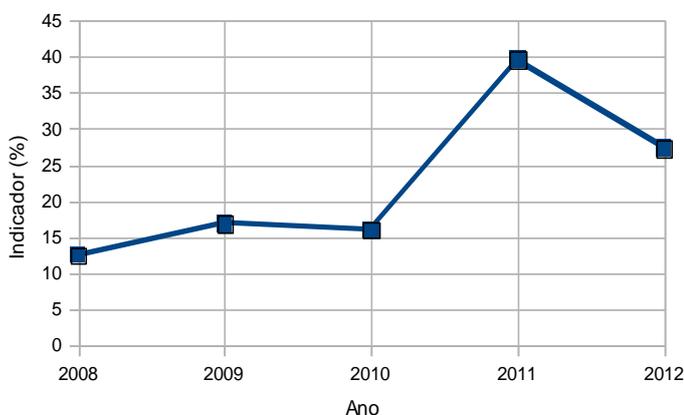


GRÁFICO 12.12 – Evolução do índice de retenção do fluxo escolar

Fonte: Sistec / MEC

Dados básicos para cálculo dos indicadores da gestão acadêmica disponíveis no Anexo VII.

12.2 INDICADORES DE GESTÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005

O Acórdão TCU n° 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 os Institutos federais informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições.

Para efeito desse Acórdão, os Institutos Federais deverão apresentar o resultado dos indicadores conforme estabelecidos no quadro a seguir, considerando-se o exercício de referência do Relatório de Gestão e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

Quadro B.7.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2012	2011	2010	2009	2008
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\text{Gastos correntes por aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Número matrículas}}$	12.673,76	11.015,65	11.370,83	6.559,92	5.164,94
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	56,91	61,10	65,38	70,36	59,55
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\text{Percentual de gastos com outros custeios} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	15,19	11,34	9,99	10,59	11,77
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\text{Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais)} = \frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos (LOA + Movimentações)}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	25,25	23,40	20,20	17,31	27,00

Fonte: SIAFI.

12.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

No quadro apresentado anteriormente, percebe-se claramente a política adotada pelo Governo Federal para a educação. Esta política vem de encontro com os objetivos e metas estabelecidas pela Instituição, isto é, fortalecer-se como centro de referência na área tecnológica no estado de Goiás, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

Também percebe-se a política adotada pela Instituição de minimizar e otimizar os recursos destinados à manutenção para possibilitar maiores investimentos, seja pelas aquisições compartilhadas, pelo investimento em tecnologia, pela melhoria das condições de trabalho ou pela melhoria da infraestrutura física, têm contribuído de forma significativa para a eficiência da Instituição e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino ofertado.

Porém, reconhece-se que os recursos destinados a investimentos e modernização tecnológica devem ser ampliados, principalmente, em Instituições Educacionais que atuam no campo tecnológico, onde os avanços são constantes e o aluno necessita estar em contato com a tecnologia de ponta para estar apto a buscar sua inserção no mundo do trabalho. Diante disso, a Reitoria do IFG tem se empenhado na busca por recursos extra-orçamentários, o que pode ser comprovado através do montante disponibilizado através dos créditos recebidos por movimentação interna e externa nos últimos anos.

Concluindo, no PPA 2012-2015 ***“Plano mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação”*** do novo Governo Federal, continuou a estabelecer metas e prioridades para a educação incluindo, especificamente, a educação profissional e tecnológica na perspectiva de que esta incrementará a acolhida e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.

Essa transformação tem possibilitado à Instituição maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do Estado onde está inserida.

CONCLUSÃO

O ano de 2012 representou um período de continuidade da expansão e consolidação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na perspectiva do todo que preconiza a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008. O início do funcionamento do Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, no primeiro semestre de 2012, e as ações para implantação de outros 4 (quatro) Câmpus nos próximos semestres, nos municípios de Águas Lindas, Goiânia (Região Oeste), Novo Gama e Valparaíso de Goiás, totalizando 14 (quatorze) Câmpus, ilustram bem o crescimento institucional, bem como apontam para a importância estratégica da sua consolidação.

No que diz respeito às ações de ensino, pesquisa e extensão, tivemos grandes avanços e conquistas:

- Oferta de Mestrado Profissional em Tecnologia de Processos Sustentáveis, oferecido pelo Câmpus Goiânia e do Mestrado Profissional em Educação para a Matemática, oferecido pelo Câmpus Jataí;
- Atualização da oferta de cursos em todos os Câmpus, a partir de estudos técnicos, debates e avaliações das expectativas sociais;
- Elevado nível dos candidatos aos cursos oferecidos pela Instituição, refletido nas notas de corte nos processos seletivos, demonstrado pela grande procura da sociedade pelo IFG;
- Melhor desempenho entre as instituições públicas de Goiás na classificação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2011;
- Acolhimento, por meio do Programa Mulheres Mil, de 460 (quatrocentos e sessenta) mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, proporcionando elevação do nível de escolaridade, aprendizado profissional e aumento de autoestima;
- Oferta, pelo IFG, em todos os seus Câmpus, de 2.030 (duas mil e trinta) vagas referentes ao Programa Nacional de Acesso a Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- Ampliação da oferta de vagas para os cursos técnicos;
- Ampliação da oferta dos cursos de Educação a Distância.

Diante de todos os avanços, aumenta, a cada dia, nossa responsabilidade e a importância social, educacional e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, consubstanciada por uma proposta de ensino focada na gratuidade e na qualidade, o que se traduz em inclusão social para milhares de estudantes de norte a sul de nosso Estado.

ANEXOS



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

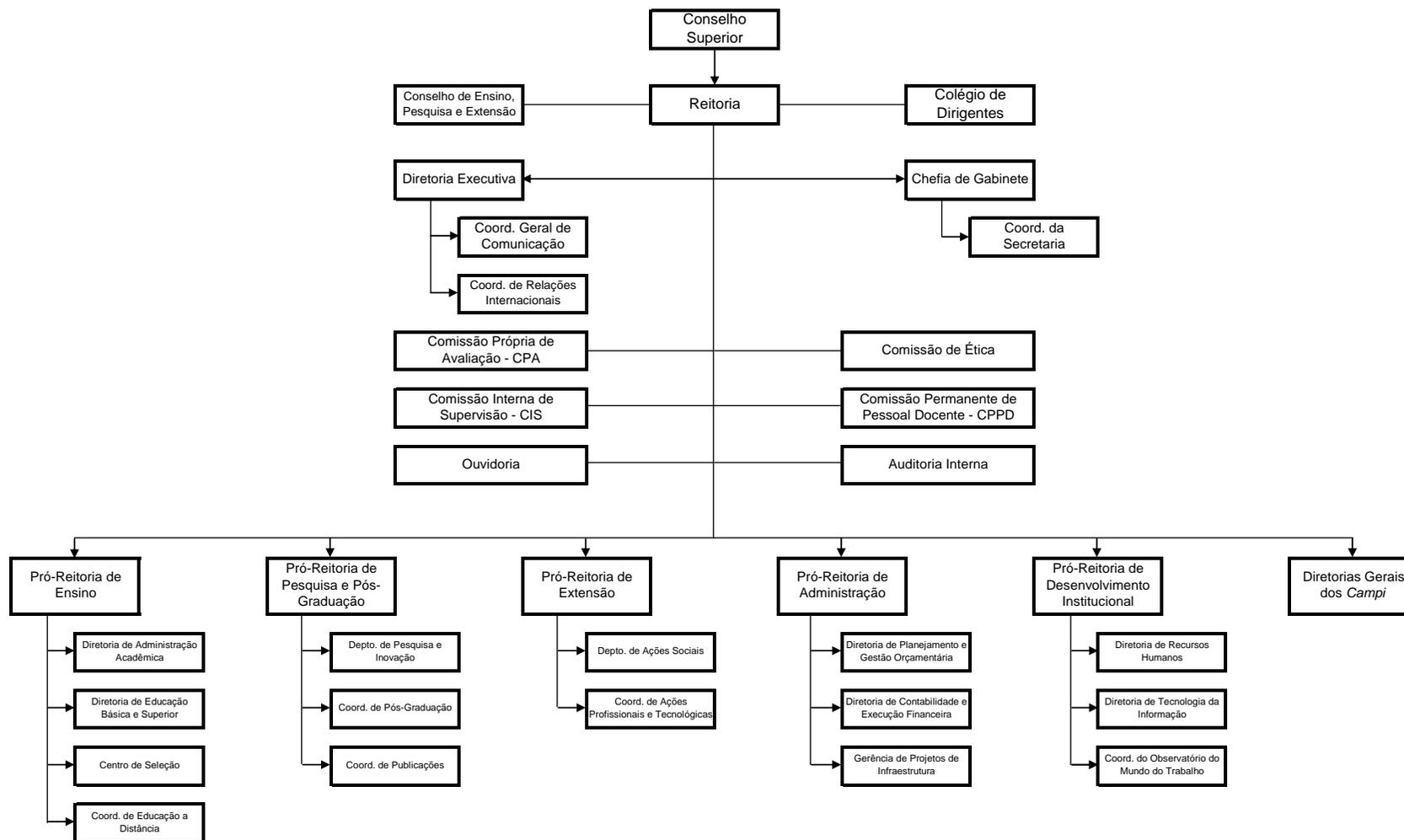
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

ANEXO I

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

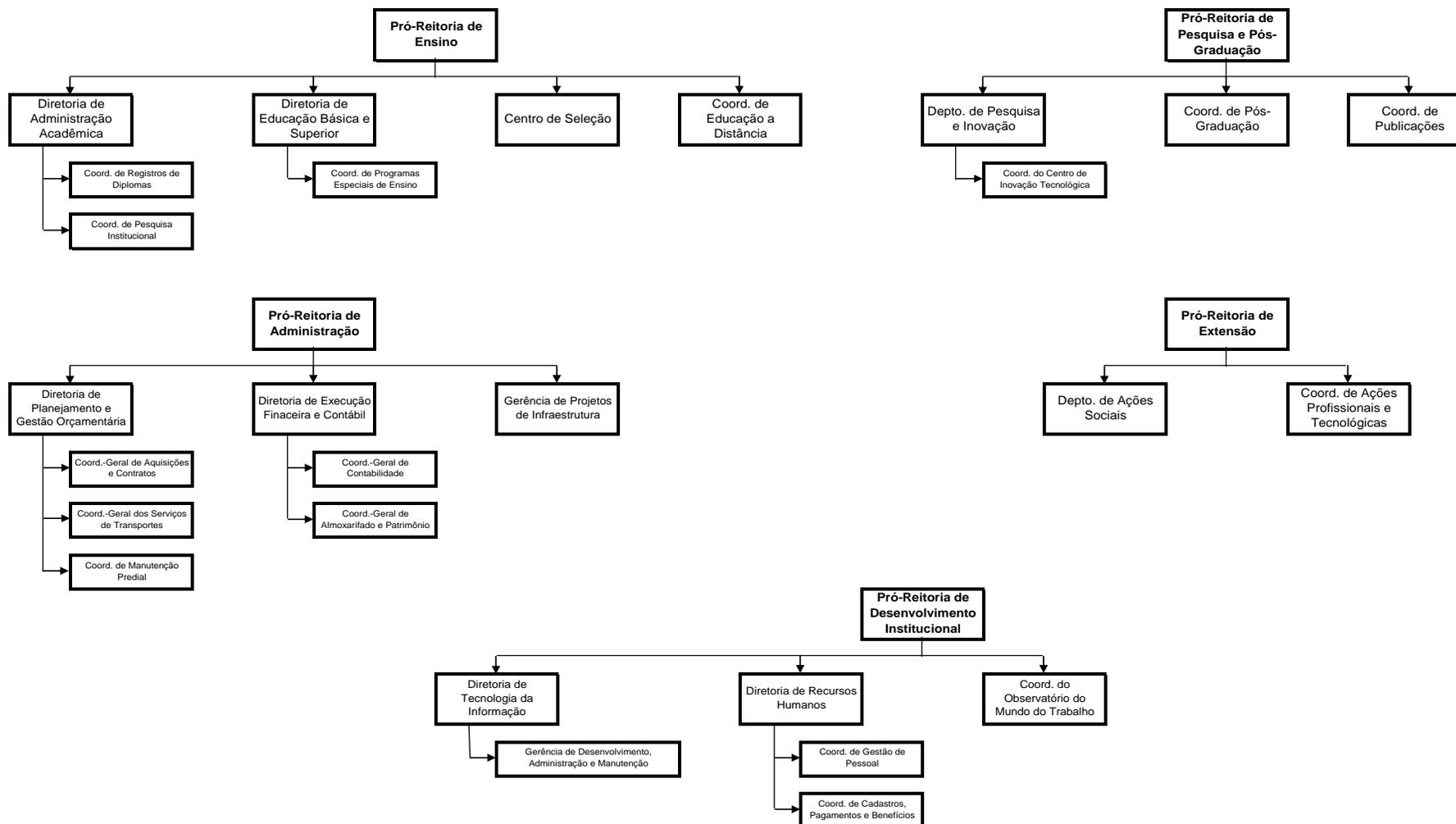


Organograma Institucional



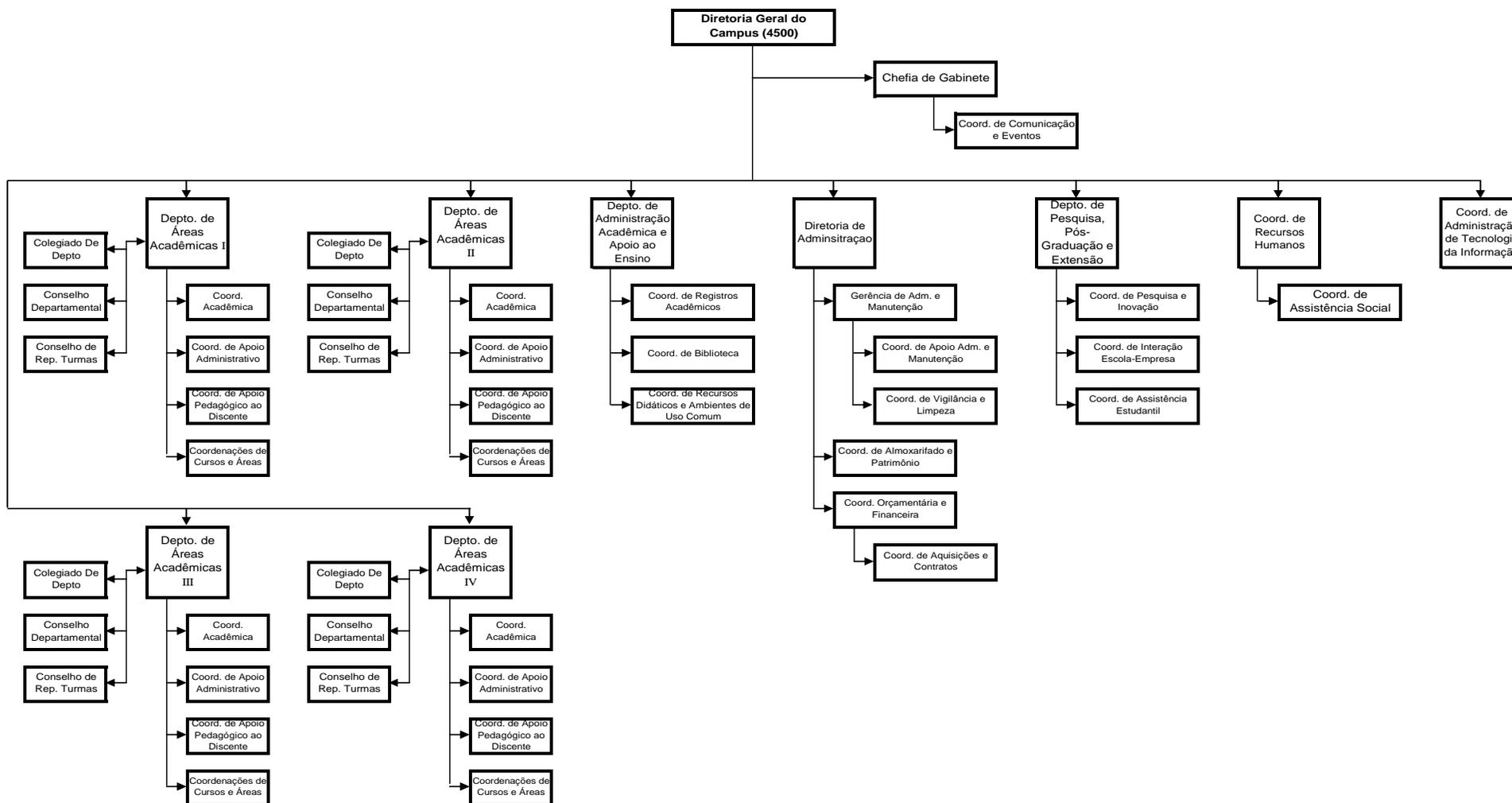


Organograma Institucional - Pró-Reitorias



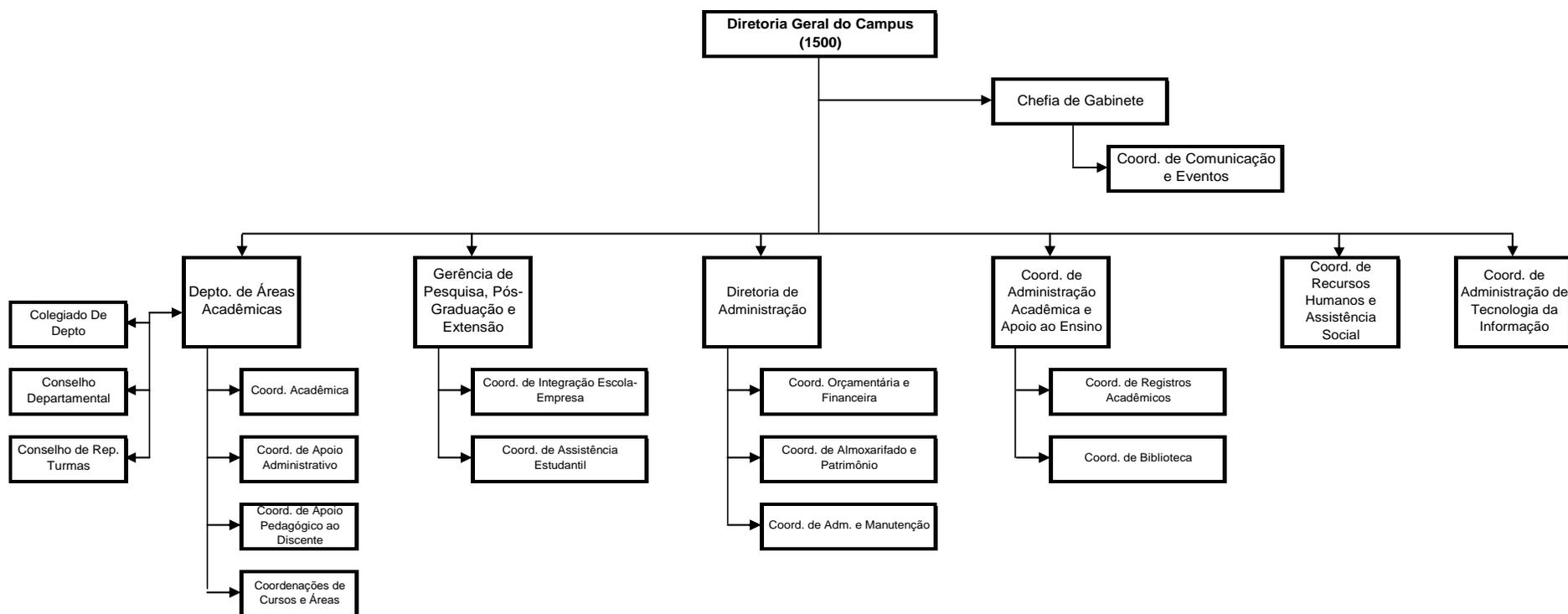


Organograma Institucional - Campus com 4500 alunos





Organograma Institucional - Campus com 1500 alunos





INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

ANEXO II

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: O IFG vem buscando o aprimoramento de seus controles internos através da formalização de procedimentos e orientações padronizados, com a finalidade de obter um ambiente de controle que contribua com os objetivos e metas da Instituição.</p> <p>Na Avaliação do Sistema de Controles Internos, vários elementos foram classificados no status de avaliação neutra, contudo, a Administração do IFG tem atuado no sentido de aperfeiçoar e estruturar suas atividades através de ações como a implantação de políticas institucionais, de avaliações de desempenho, criação de comissões, tais como: comissão própria de avaliação, comissão permanente de pessoal docente e administrativo, comissão de ética, regulamentação de atividades, como jornada de trabalho dos docentes, gestão administrativa.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO III
QUADRO C.7.1 - RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Item	Placa	Cidade de Emplacamento	Ano de Fabricação	Ano do Modelo	Combustível	Fabricante	Modelo
REITORIA							
01	NLT-7482	GOIÂNIA	2009	2009	DIESEL	VOLKSWAGEN CAMINHÕES	8.150
02	HOE-4335	GOIÂNIA	2010	2011	GAS/ALC	FORD	FOCUS
03	OGJ-6168	GOIÂNIA	2012	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE
04	OGO-7159	GOIANIA	2012	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE
05	OGJ-6248	GOIÂNIA	2012	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE
06	NFD-6884	GOIÂNIA	2004	2004	GAS	VOLKSWAGEN	SANTANA
07	NLB-3962	GOIÂNIA	2009	2009	GAS/ALC	FIAT	UNO
08	JDX-0036	BRASÍLIA	2011	2011	DIESEL	MERCEDES	ATEGO-1725
CÂMPUS ANÁPOLIS							
09	NLB-3952	GOIÂNIA	2009	2009	GAS/ALC	FIAT	UNO
10	NWH-1072	GOIÂNIA	2010	2011	GAS/ALC	RENAULT	SANDERO
CÂMPUS FORMOSA							
11	NKL-3855	GOIÂNIA	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC
12	OGT-9558	GOIANIA	2012	2012	FLEX	VW	SPACE FOX
13	OGV-1268	URUAÇU	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
CÂMPUS GOIÂNIA							
14	NKO-5385	GOIÂNIA	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC
15	NFD-6864	GOIÂNIA	2004	2004	GAS	VOLKSWAGEN	SANTANA
16	KEC-4613	GOIÂNIA	1999	2000	DIESEL	VOLKSWAGEN ÔNIBUS	COMIL VERSATILE
17	NFD-9459	GOIÂNIA	2003	2004	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
18	KCS-8462	GOIÂNIA	1996	1997	DIESEL	SCANIA ÔNIBUS	K



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Item	Placa	Cidade de Emplacamento	Ano de Fabricação	Ano do Modelo	Combustível	Fabricante	Modelo
19	NGR-7901	GOIÂNIA	2006	2007	DIESEL	RENAULT VANS	MASTER
CÂMPUS INHUMAS							
20	NLB-3932	GOIÂNIA	2009	2009	GAS/ALC	FIAT	UNO
21	NWG-9662	GOIÂNIA	2010	2011	GAS/ALC	RENAULT	SANDERO
22	OGV-0678	GOIANIA	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
CÂMPUS ITUMBIARA							
23	NVV-8562	GOIÂNIA	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
24	NWG-9622	GOIÂNIA	2010	2011	GAS/ALC	RENAULT	SANDERO
25	OGV-0988	GOIANIA	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
CÂMPUS JATAÍ							
26	NKO-5365	GOIÂNIA	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC
27	NVV-8582	GOIÂNIA	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
28	NGR-7871	GOIÂNIA	2006	2007	DIESEL	RENAULT VANS PICAPES E JIPES	MASTER
29	KCU-6992	GOIÂNIA	1996	1997	DIESEL	SCANIA ONIBUS	K
CÂMPUS LUZIÂNIA							
30	NVV-8602	GOIÂNIA	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
31	NGR-1405	GOIÂNIA	2006	2006	GAS/ALC	RENAULT	SCENIC
CÂMPUS URUAÇU							
32	NVV-8632	GOIÂNIA	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
33	NKL-3835	GOIÂNIA	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC
34	OGV-1088	URUAÇU	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
CÂMPUS APARECIDA							
35	NGX-9482	GOIÂNIA	2007	2007	GAS/ALC	GENERAL MOTORS	ASTRA
36	OGT-9678	GOIÂNIA	2012	2013	GAS/ALC	VW	SPACEFOX



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

ANEXO IV

QUADRO C.7.2 - EVOLUÇÃO DA QUILOMETRAGEM POR VEÍCULO EM 2012



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Placa	Veículo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
OGJ-6168	Renault Fluence 2.0 16 V Hi Flex 2012/2012								874	6.386	5.580	5.492	2.204	4.107
NWG-9622	Renault Sandero 1.6 2010/2011	802	4.020	3.917	4.861	5.226	3.409	1.809	4.797	3.131	2.765	4.308	4.478	3.627
OGO-7159	Renault Fluence 2.0 16 V Hi Flex 2012/2013									459	4.512	4.316	4.646	3.483
NKO-5365	Renault Scenic 2.0 16v 2008/2009	2.189	2.195	5.088	4.961	5.233	2.990	2.511	3.395	2.447		4.089	2.399	3.409
OGV-1268	Volare Micro Ônibus 150 Cv 2012/2013									428	3.110	4.041	5.526	3.276
NWG-9662	Renault Sandero 1.6 2010/2011	718	3.694	3.172	2.720	2.832	3.648	2.572	3.305	4.109	3.190	5.342	2.679	3.165
NVV-8632	Ford Vans Picapes E Jipes Ranger 3.0 2010/2010	2.081	5.896	4.062	1.681	3.280	4.996	4.019	2.220	2.863	2.115	2.357	1.053	3.052
NKL-3855	Renault Scenic 2.0 16v 2008/2009	2.328	1.542	3.098	3.451	3.056	4.820	2.726	3.182	2.771	2.422	4.353	2.033	2.982
NGR-1405	Renault Scenic 2.0 16v 2006/2006	296	2.429	1.865	782		4.362	3.528	1.721	1.281	3.370	5.748	4.915	2.754
NFD-6884	Volkswagen Santana 2.0 2004/2004		3.496	4.658	4.788	1.392	4.350	2.663	2.478	433	1.104	3.080	1.011	2.678
OGV-1088	Volare Micro Ônibus 150 Cv 2012/2013									262	5.308	2.909	2.128	2.652
NGX-9482	General Motors Astra 2.0 Flexpower 2007/2007	1.449	2.923	3.148	4.828	6.214	4.534	2.878	1.562	412	1.022	453	2.032	2.621
OGJ-6248	Renault Fluence 2.0 16 V Hi Flex 2012/2013									796	2.963	2.899	3.727	2.596
NVV-8602	Ford Vans Picapes E Jipes Ranger 3.0 2010/2010	1.855	2.939	1.588	1.144	3.897	5.029	2.382	1.979	1.796	3.899	1.579		2.553
HOE-4335	Ford Focus 2.0 2010/2011	2.734	3.012	3.646	1.732	1.977	3.183	1.767	3.242	2.038	1.534	1.868	2.717	2.454
KCS-8462	Scania Ônibus K K 113cl D 1996/1997		1.183		1.353	1.888	1.602	5.183			3.534	2.081	1.651	2.309
NVV-8562	Ford Vans Picapes E Jipes Ranger 3.0 2010/2010	1.313	3.401	1.509	2.842	4.280	3.832	2.086	1.402	1.797	786	1.441	2.746	2.286
KCU-6992	Scania Ônibus K K 113cl D 1996/1997				1.841	1.243	4.707			745	4.413	2.000	866	2.259
NKL-3835	Renault Scenic 2.0 16v 2008/2009			326	1.539	2.796	3.933	1.538	3.601	1.723	771	3.437	2.104	2.177
NLB-3962	Fiat Uno 1.0 2009/2009	1.758	2.819	2.026	2.588	2.810	3.031	1.276	597	2.434	2.855	1.689		2.171
NVV-8582	Ford Vans Picapes E Jipes Ranger 3.0 2010/2010	2.145	2.790	4.365	1.353	1.077	773	920	768	1.489	2.948	3.395	2.757	2.065
OGV-0988	Volare Micro Ônibus 150 Cv 2012/2013										2.753	2.785	566	2.035
NKO-5385	Renault Scenic 2.0 16v 2008/2009	1.278	2.776	1.899	2.764	1.372	1.222	952	1.250	1.367	2.406	3.244		1.866
OGT-9558	Volkswagen Space Fox 1.6 2012/2012									971	2.636	664	2.975	1.812
OGV-0678	Volare Micro Ônibus 150 Cv 2012/2013										1.016	2.333	1.870	1.740
OGT-9678	Volkswagen Space Fox 1.6 2012/2012									722	2.133	1.002	1.966	1.456
NWH-1072	Renault Sandero 1.6 2010/2011	355	1.384	2.550	3.038	2.233	821	1.622	873	1.178	1.972	2.377	1.278	1.640
NGR-7901	Renault Vans Picapes E Jipes Master 2.5 Commom Rail Turbo 2006/2007	714	958	694	1.462	524	1.667	847	1.563	1.999	2.753	1.175	1.428	1.315



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

NFD-9459	Marcopolo Volare A6 2003/2004	1.003	1.504	230	329	1.521	1.663	615		2.772	639	2.303	1.568	1.286
NLT-7482	Volkswagen Caminhões 8.150 8.150d 2009/2009	332	1.558	891	1.563	2.983	704	1.134	1.422	593		1.034	1.016	1.203
NGR-7871	Renault Vans Picapes E Jipes Master 2.5 Commom Rail Turbo 2006/2007	424	741	2.359	229	323	2.225	701	1.344	1.166	875	1.135	2.495	1.168
NFD-6864	Volkswagen Santana 2.0 2004/2004	2.010	1.165	428	2.231	1.207	729	779	368	233	658	2.237	1.397	1.120
KEC-4613	Volkswagen Ônibus 16.210 16.210co D 1999/2000	930	1.554	378	591	1.358	2.124	720	694	852	2.676	306		1.108
NLB-3952	Fiat Uno 1.0 2009/2009		256	303	415	1.023	758	944	1.266	714	1.524	1.685		889
NLB-3932	Fiat Uno 1.0 2009/2009		1.126	452		417	933	810	662	612		476	390	653
	TOTAL	26.714	55.361	52.652	55.086	60.162	72.045	46.982	44.565	50.979	80.242	89.633	68.621	58.587
TOTAL DE KM RODADOS													703.042	

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Frota de Veículos da Ticket Car.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

ANEXO V GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.



	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.



(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Os princípios de gestão baseados em governança corporativa e, por extensão, a percepção da importância do planejamento, execução e controle como um processo onde essas fases são indissociáveis, são valores que ainda não fazem parte da cultura organizacional da nossa Instituição. Somente a partir das ações dos órgãos de controle, essas questões começaram a ser discutidas, ainda que timidamente. No entanto, há um esforço para implementar esses princípios, ainda que restrito à Tecnologia da Informação. Esses avanços tem sido tímidos mas, significativos: foram formalizados e estão operando os comitês de gestão de TI e Segurança da Informação, as contratações de TI em 2012, tanto quanto possível, se pautaram pelos procedimentos IN 4/2010/SLTI/MPOG, dentre outros. Por outro lado, são encontradas com frequência, falhas cuja correção está em curso sendo a principal delas, a ausência de um planejamento formalizado e publicado no que diz respeito à ação da TI nesta UJ.	



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

ANEXO VI GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS



Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação					
	1	2	3	4	5	
Licitações Sustentáveis						
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? ÀQUELES PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.				X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? CERTIFICAÇÃO DE USO DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, SELO DA PROCEL.				X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? QUANTO À AQUISIÇÃO DE BENS/PRODUTOS QUE COLABORAM PARA A ECONOMICIDADE, O IFG TEM ADQUIRIDO PARA OS NOVOS CÂMPUS TORNEIRAS AUTOMÁTICAS E LÂMPADAS ELETRÔNICAS E NOS CÂMPUS EM FUNCIONAMENTO ESTES EQUIPAMENTOS TEM SIDO SUBSTITUÍDOS GRADUALMENTE. O IMPACTO DA AQUISIÇÃO DESSES ITENS AINDA NÃO FOI AVALIADO.			X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? OS VEÍCULOS FORAM ADQUIRIDOS POR MEIO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.					X	
			Sim (X)		Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? NA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS.		X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X			



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? EM ALGUNS CÂMPUS EXISTEM ADESIVOS FIXADOS JUNTO AOS INTERRUPTORES E TORNEIRAS COM SOLICITAÇÃO PARA APAGAR A LUZ AO SAIR E EVITAR O DESPERDÍCIO DE ÁGUA, RESPECTIVAMENTE.			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? FOI REPRODUZIDA E DISTRIBUÍDA CARTILHA DA COLETA SELETIVA SÓLIDÁRIA.			X		
Considerações Gerais: APÓS A ANÁLISE E RESPOSTA ÀS QUESTÕES APRESENTADA PERCEBE-SE A NECESSIDADE DA GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS EM APERFEIÇOAR E CONTINUAR INVESTINDO NA GESTÃO AMBIENTAL E EM LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.					
LEGENDA <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

ANEXO VII CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
NÃO HOUVE ADESÃO A PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE						
CÂMPUS/Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
APARECIDA DE GOIÂNIA						
Papel	86			893,54		
Água						
Energia Elétrica	69.653			49.260,66		
ANÁPOLIS						
Papel		7.000	20		57.750,00	67,40
Água	2.590	4.320	2.345	12.607,06	19.808,00	10.497,30
Energia Elétrica	137.262	61.290	12.961	84.295,45	24.897,59	5.836,98
FORMOSA						
Papel	800	800	2.000	6.751,00	6.240,00	17.900,00
Água	1.157	370	1.522	3.665,33	1.716,21	7.498,80
Energia Elétrica	104.678	73.140	17.229	101.862,23	56.405,06	7.679,05
GOIÁS						
Papel	200			1.560,00		
Água	418			4.071,23		
Energia Elétrica	18.133			9.533,57		
GOIÂNIA						
Papel		11.000	1.700		105.350,00	14.110,00
Água	12.498	11.708	12.529	115.096,09	99.194,09	100.250,41
Energia Elétrica	810.917	740.402	811.733	348.768,84	291.574,76	319.095,38
INHUMAS						
Papel	687	582	493	5.438,20	5.208,90	4.412,35
Água	3.700	4.329	4.351	35.829,19	39.767,66	38.374,46
Energia Elétrica	173.335	112.054	130.821	79.739,13	48.432,91	53.377,93
ITUMBIARA						



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Papel	20	10.530	530	457,50	83.753,65	4.267,96
Água	4.266	3.212	3.566	24.946,19	17.752,37	18.694,53
Energia Elétrica	224.065	107.369	86.354	123.703,81	47.873,03	38.709,75
JATAÍ						
Papel	1.450	1.300	1.200	11.962,50	10.725,00	9.600,00
Água						
Energia Elétrica						
LUZIÂNIA						
Papel	1.054	798	137	8.695,50	6.583,50	1.130,25
Água	3.540	3.388	688	51.369,35	24.844,43	5.242,40
Energia Elétrica	99.673	58.446	14.852	51.049,79	26.581,60	6.734,19
URUAÇU						
Papel	679	431	399	5.741,20	4.008,30	3.559,08
Água	2.599	1.757	762	12.589,52	8.105,66	3.342,25
Energia Elétrica	172.648	86.315	47.109	86.273,95	44.612,27	23.353,48
TOTAL IFG						
Papel	4.976	32.441	6.479	41.499,44	279.619,35	55.047,04
Água	30.768	29.084	25.763	260.173,96	211.188,42	183.900,15
Energia Elétrica	1.810.364	1.239.016	1.121.059	934.487,43	540.377,22	454.786,76
			Total	1.236.160,83	1.031.184,99	693.733,95

Fonte: SIAFI.



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

ANEXO VIII

DADOS BÁSICOS PARA CÁLCULO DOS INDICADORES DA GESTÃO ACADÊMICA



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Unidade de Ensino	INGRESSANTES	MATRICULADOS EM CURSO	MATRICULADOS FINALIZADOS 2012	MATRICULADOS FINALIZADOS 2013	CONCLUÍDOS	RETIDOS EM CURSO	RETIDOS FINALIZADOS	VAGAS	INSCRITOS
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	515	1450	141	0	70	514	100	530	1668
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	1311	5564	485	3	400	2018	373	1335	21179
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA	402	661	397	8	177	61	112	430	2095
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	623	898	233	0	97	116	96	440	5037
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	511	1103	372	0	158	52	138	561	2616
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS URUAÇU	283	543	301	6	93	58	60	300	3615
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	418	766	207	2	31	68	21	420	5100
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO APARECIDA DE GOIÂNIA	153	148	5	0	0	0	0	150	2382
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	351	647	209	5	56	68	56	381	3373
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO DE GOIÁS	165	59	106	0	99	0	0	180	270



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Unidade de Ensino	Nome do Eixo	Tipo do Curso	Nome do Curso	INGRESSANTES	MATRICULADOS EM CURSO	MATRICULADOS FINALIZADOS 2012	MATRICULADOS FINALIZADOS 2013	CONCLUÍDOS	RETIDOS EM CURSO	RETIDOS FINALIZADOS	VAGAS	INSCRITOS
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO	TÉCNICO EM ALIMENTOS	30	121	31	0	26	34	31	30	54
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TECNOLOGIA	TRANSPORTE TERRESTRE	67	206	0	0	0	32	0	60	1210
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		LICENCIATURA	MATEMÁTICA	41	152	0	0	0	0	0	60	843
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		TECNOLOGIA	PLANEJAMENTO TURÍSTICO	0	117	17	0	17	117	17	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TECNOLOGIA	HOTELARIA	74	361	21	0	18	149	18	60	1480
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA		LICENCIATURA	QUÍMICA	60	157	54	0	7	22	2	60	535
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA		LICENCIATURA	QUÍMICA	70	154	10	0	0	0	0	60	1444
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	91	311	44	0	39	142	29	90	619
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TECNOLOGIA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	55	305	17	1	16	112	12	60	2041
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ		BACHARELADO	ENGENHARIA ELÉTRICA	67	195	29	0	0	0	0	60	835
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		BACHARELADO	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	89	308	14	0	0	54	0	60	1744
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	31	141	28	0	25	50	24	30	372
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM MINERAÇÃO	81	316	36	1	32	156	33	90	470
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		LICENCIATURA	HISTÓRIA	53	184	1	0	0	32	0	60	1095
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM TRÂNSITO	32	122	22	0	17	43	17	30	107
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TECNOLOGIA	ESTRADAS	47	104	0	0	0	0	0	60	809
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM ELETRÔNICA	31	102	24	0	19	44	18	30	119
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	30	114	5	0	0	54	0	30	208
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		BACHARELADO	ENGENHARIA MECÂNICA	78	183	3	0	0	0	0	60	2674
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TECNOLOGIA	GEOPROCESSAMENTO	50	238	29	0	29	101	22	60	845
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	50	108	121	6	52	20	58	60	125
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM MECÂNICA	59	177	57	0	56	68	55	60	263
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		TECNOLOGIA	MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA INDUSTRIAL	0	75	15	1	14	75	16	0	0



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA		BACHARELADO	ENGENHARIA ELÉTRICA	62	109	15	0	0	0	0	60	1011
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO	TÉCNICO EM AÇÚCAR E ÁLCOOL	42	42	0	0	0	0	0	60	159
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	57	91	83	2	42	18	52	60	113
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TECNOLOGIA	REDES DE TELECOMUNICAÇÕES	61	138	0	0	0	0	0	60	1375
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS URUAÇU	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	62	136	124	2	64	29	48	60	203
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS URUAÇU		BACHARELADO	ENGENHARIA CIVIL	63	58	5	0	0	0	0	60	2781
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS URUAÇU	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	75	150	98	3	27	17	12	90	113
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS URUAÇU		LICENCIATURA	QUÍMICA	53	131	52	1	2	12	0	60	487
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	30	101	16	0	15	7	0	30	53
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FORMAÇÃO INICIAL	CAPACITAÇÃO EM LIBRAS (LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS)	30	30	0	0	0	0	0	31	53
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	80	211	59	0	10	3	10	90	206
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	30	113	16	0	14	4	0	30	64
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	86	186	94	0	56	8	50	90	179
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ		LICENCIATURA	FÍSICA	24	47	37	0	15	5	18	60	299
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO	TÉCNICO EM AÇÚCAR E ÁLCOOL	53	53	0	0	0	0	0	60	140
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO	TÉCNICO EM COZINHA	54	164	5	0	1	25	0	60	188
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO	TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL	30	106	19	0	9	22	11	30	109
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	ÉTICA, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE NA VISÃO DE F. NIETZSCHE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	TÉCNICO	TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL	15	91	9	0	0	26	0	30	208
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TECNOLOGIA	GESTÃO DE TURISMO	70	216	2	0	1	0	0	60	1626
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TECNOLOGIA	AGRIMENSURA	49	250	21	0	21	122	17	60	873
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS		LICENCIATURA	QUÍMICA	54	111	34	0	0	0	0	60	1639
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	30	140	34	0	16	53	34	30	58
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO	TÉCNICO EM AÇÚCAR E ÁLCOOL	144	302	0	0	0	158	0	160	458



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS		LICENCIATURA	QUÍMICA	50	199	17	0	14	49	17	60	379
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	54	147	0	0	0	21	0	60	44
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS		BACHARELADO	INFORMÁTICA	60	209	37	0	14	46	18	60	533
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	32	64	11	0	0	0	0	30	70
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS URUAÇU	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM QUÍMICA	30	68	22	0	0	0	0	30	31
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	AMBIENTE E SAÚDE	TECNOLOGIA	SANEAMENTO AMBIENTAL	49	278	9	0	8	84	8	60	1621
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO EM TECNOLOGIA DE PROCESSOS SUSTENTÁVEIS	15	15	0	0	0	0	0	15	106
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		TECNOLOGIA	REDES DE COMUNICAÇÃO	0	181	22	0	17	181	20	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TECNOLOGIA	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	87	146	25	0	0	17	0	60	2576
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	FORMAÇÃO INICIAL	ESPAHOL INSTRUMENTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		TECNOLOGIA	CONSTRUÇÃO DE VIAS TERRESTRES	0	126	16	0	16	71	13	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ		TECNOLOGIA	SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	0	43	54	0	25	21	38	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO AP. DE GOIÂNIA		BACHARELADO	ENGENHARIA CIVIL	63	58	5	0	0	0	0	60	2167
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	65	110	31	0	0	0	0	60	134
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	50	102	23	0	1	49	0	30	193
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM MECÂNICA	37	64	17	0	0	0	0	30	68
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM TRANSPORTE DE CARGAS	58	103	40	0	0	0	0	60	72
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TECNOLOGIA	PROCESSOS QUÍMICOS	0	107	4	0	2	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	GESTÃO E NEGÓCIOS	TECNOLOGIA	LOGÍSTICA	62	136	28	0	0	21	0	60	2503
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	91	159	69	2	31	25	21	90	211
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		TECNOLOGIA	QUÍMICA AGROINDUSTRIAL	0	170	11	0	10	170	11	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA		LICENCIATURA	BIOLOGIA	64	135	28	0	0	0	0	60	2559
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		TECNOLOGIA	TRANSPORTES URBANOS	0	88	33	0	33	88	32	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	FORMAÇÃO CONTINUADA	INTRODUÇÃO A LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	39	74	10	0	0	0	0	30	90



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ		MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO EM EDUCAÇÃO PARA CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	20	20	0	0	0	0	0	20	78
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TECNOLOGIA	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	61	85	30	0	1	0	0	60	666
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA		LICENCIATURA	MÚSICA	59	58	1	0	0	0	0	60	174
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO DE GOIÁS	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	FORMAÇÃO CONTINUADA	COZINHA BRASIL	99	0	99	0	99	0	0	120	150
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM QUÍMICA	30	58	14	0	0	0	0	30	62
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO INICIAL EM OLERICULTURA GERAL - TÉCNICO MODULAR	2	2	0	0	0	2	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	INFRAESTRUTURA	FORMAÇÃO INICIAL	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO/AZULEJISTA	34	34	0	0	0	0	0	30	265
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	90	165	74	1	27	28	16	90	435
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM QUÍMICA	37	67	9	0	0	0	0	30	82
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM QUÍMICA	23	53	18	0	0	0	0	30	23
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO INICIAL EM LÍNGUA ESPAHOLA	0	25	0	0	0	25	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM QUÍMICA	23	104	0	0	0	23	0	30	24
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO	TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR	32	54	11	0	0	0	0	30	13
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ		ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	30	15	37	0	22	0	22	30	43
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	TÉCNICO	TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL	29	57	12	2	0	0	0	30	38
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	FORMAÇÃO INICIAL	TECNOLOGIA DE LEITE E DERIVADOS	0	11	0	0	0	11	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	FORMAÇÃO INICIAL	ENCENAÇÃO E MONTAGEM TEATRAL	0	22	0	0	0	22	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO	0	4	0	0	0	4	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	0	68	22	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	FORMAÇÃO DE LEITORES	0	0	40	0	29	0	40	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	TRABALHANDO COM EXPRESSÕES MATEMÁTICAS	0	8	0	0	0	8	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	31	63	18	0	0	0	0	30	82
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	FORMAÇÃO INICIAL	PROJETO CORAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A CONTRIBUIÇÃO DAS MÚLTIPLAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	INFRA-ESTRUTURA	FORMAÇÃO CONTINUADA	CERTIFIC - SONDADOR	16	17	0	0	0	17	0	17	17



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	FORMAÇÃO CONTINUADA	CERTIFIC - CONDUTOR AMBIENTAL	18	8	10	0	0	8	0	17	17
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	FORMAÇÃO INICIAL	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM ALIMENTAÇÃO	0	60	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	FORMAÇÃO INICIAL	DESENHISTA INDUSTRIAL COM PROGRAMAS CAD 2 D E 3 D	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO DE GOIÁS	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	33	29	4	0	0	0	0	30	62
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	FORMAÇÃO INICIAL	BÁSICO DE AUXILIAR DE COZINHA	130	131	0	0	0	0	0	140	450
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO INICIAL EM LÍNGUA INGLESA	0	25	0	0	0	25	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	FORMAÇÃO CONTINUADA	CERTIFIC - CONDUTOR CULTURAL	7	7	0	0	0	7	0	7	7
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	TÉCNICO	TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA	30	53	5	2	0	0	0	30	123
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	FORMAÇÃO INICIAL	DESENHISTA CADISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0	12	0	0	0	12	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	FORMAÇÃO INICIAL	HISTÓRIA E DIDÁTICA EM ARTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	FORMAÇÃO CONTINUADA	ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	FORMAÇÃO INICIAL	INFORMÁTICA PARA TERCEIRA IDADE	0	4	0	0	0	4	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA	AMBIENTE E SAUDE	FORMAÇÃO INICIAL	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	100	100	0	0	0	0	0	100	129
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	INFRA-ESTRUTURA	FORMAÇÃO INICIAL	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO/AZULEJISTA	66	66	0	0	0	0	0	100	95
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO AP. DE GOIÂNIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO	TÉCNICO EM QUÍMICA	31	31	0	0	0	0	0	30	52
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO AP. DE GOIÂNIA	INFRA-ESTRUTURA	TÉCNICO	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	30	30	0	0	0	0	0	30	53
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO DE GOIÁS	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	33	30	3	0	0	0	0	30	58
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS AVANÇADO AP. DE GOIÂNIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	29	29	0	0	0	0	0	30	110
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	AMBIENTE E SAUDE	FORMAÇÃO INICIAL	CORTE E ESCOVA E MODELAGEM E PINTURA DE SOMBRANCELHA	25	25	0	0	0	0	0	30	265
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBIARA		MULHERES MIL	MULHERES MIL	8	1	106	0	76	1	0	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIÂNIA		MULHERES MIL	MULHERES MIL	108	0	108	0	96	0	96	0	0
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS		MULHERES MIL	MULHERES MIL	122	199	22	0	0	101	0	100	118